

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Vanessa Flores dos Santos

**“Viver sempre junto”:
uma abordagem etnográfica das escolhas e protagonismos
políticos quilombolas no sul do Brasil**

Orientadora: Denise Fagundes Jardim

Porto Alegre

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Vanessa Flores dos Santos

**“Viver sempre junto”:
uma abordagem etnográfica das escolhas e protagonismos
políticos quilombolas no sul do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Denise Fagundes Jardim

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Vanessa Flores dos
"Viver sempre junto" : uma abordagem etnográfica
das escolhas e protagonismos políticos quilombolas no
sul do Brasil / Vanessa Flores dos Santos. -- 2016.
118 f.

Orientadora: Denise Fagundes Jardim.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Comunidades quilombolas. 2. Políticas públicas.
3. Protagonismos. I. Jardim, Denise Fagundes,
orient. II. Título.

Vanessa Flores dos Santos

**“Viver sempre junto”:
uma abordagem etnográfica das escolhas e protagonismos
políticos quilombolas no sul do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovado em 24 de maio de 2016

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Denise Fagundes Jardim (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Maria Eunice de Souza Maciel
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Rosane Aparecida Rubert
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGAnt/UFPEL

Dr.^a Miriam de Fátima Chagas
Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul - MPF/RS

Porto Alegre

2016



(...) O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar.

José Saramago, em Palavras para uma cidade.

Agradecimentos

A realização desse trabalho só foi possível pelo tanto de apoio e incentivo por parte de tantas pessoas amadas. Gratidão imensa por cada uma e cada um de vocês ser presença em minha vida e trilhar comigo esse caminho.

Aos meus pais, Vera e João, por serem esteio e cuidado por toda a vida. Meu amor e admiração a vocês. Ao meu irmão Thiago, à cunhada Priscila e ao sobrinho Miguel, pelos afetos partilhados. Ao meu irmão André, pela paciência e compreensão na convivência cotidiana.

À minha professora e orientadora Denise Fagundes Jardim, pela competência e sensibilidade na condução desse processo. A dissertação é fruto de enriquecedores diálogos e questionamentos, e sou muito grata por contar com sua compreensão em relação às mudanças de um projeto inicial assim como tantas boas sugestões ao longo das disciplinas e durante a orientação.

Às componentes da banca examinadora Prof.^a Dr.^a Maria Eunice de Souza Maciel, Prof.^a Dr.^a Rosane Aparecida Rubert e Dr.^a Miriam de Fátima Chagas, pelas generosas leituras de meu trabalho e valiosos apontamentos sugeridos.

Às amigas e colegas da turma mais legal de todos os tempos, minha gratidão pelas conversas, alegrias, dúvidas e risos partilhados ao longo destes dois anos. Pela compreensão de que o ambiente acadêmico pode, sim, ser mais afetuoso e menos competitivo. Aprendi muito com todas vocês: Karine, Helena Fietz, Helena Lancellotti, Rita, Ananda, Gutcha, Herbert, Luis, Juliana, Eleonora, Rafael, Dardo, Marília, Leandra, Mariana, Marize.

À Rosane Rubert e Patrícia Pinheiro, pelas trocas e sugestões profícuas.

À amiga e colega, Janaína Lobo, pelo incentivo em todos os momentos. E por partilhar de uma experiência de trabalho tão rica e desafiadora.

À Gláucia Maricato, por ser carinho e cumplicidade em cada gesto e em cada olhar.

À Yasmin Silveira, pela alma sensível sempre me impulsionando a novos voos.

Às colegas e amigas de espiritualidade, em especial a Marileda Gonçalves e Roseny Guglieri, pelo encontro de almas amigas. À “minha dupla”, Karine Rodrigues, que amorosamente me ensina a ser amiga-irmã.

Aos amigos e amigas de perto e de longe, que as atribuições cotidianas já não permitem o convívio mas o afeto segue presente. Em especial Laura, Iuri, Renata Strasser, Joice, Matias, Flávio, Renata Córdova, David, Loredana.

À mestra e amiga de sempre Jurema Brites, com quem tanto aprendi e cresci enquanto bolsista e orientanda de graduação.

À toda a equipe da Coordenação de Projetos Especiais do INCRA/RS, à chefia Vitor Py e ao Superintendente Roberto Ramos, pela confiança e apoio institucional durante o período de licença.

Às pessoas e famílias que aceitaram receber-me em suas casas e partilhar um pouco de suas vivências e memórias. Em especial, a Maria Emília, Cremi, Clismam,

Zezinho, Seu Taylor, Dona Santa, Ângela, Dákny, Jaíne, Erlom, Dona Eloá, Roni, Fábio, Loiva. À Associação Quilombola do Rincão da Faxina, meu muito obrigada.

À Eva Pinheiro, Irmã Amada e Irmã Marisa Leite in memoriam. Ao Gil Mattos, pela gentileza em permitir a utilização do mapa de Piratini. À nova amiga Maria Clodomira de Oliveira, pelas receitas e risadas em dia de festa.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo incidir a respeito de variadas experiências sociais que congregam formas de protagonismos políticos engendradas por lideranças negras e comunidades quilombolas, e as escolhas por caminhos distintos no que diz respeito a suas avaliações e decisões quanto aos diálogos com esferas do poder público e acessos às políticas públicas. Considerando as condições de possibilidade de projetos e interlocuções que chegam e acontecem em cada localidade, também o trabalho etnográfico junto a comunidades remanescentes de quilombo é posto em avaliação, ao contrastar a receptividade ou não dos grupos à própria pesquisa emergem acúmulos de experiências distintas no manejo das vidas em comum e das novas relações nas lutas por reconhecimento social e reparação histórica.

Partindo de uma primeira experiência em que não foi possível prosseguir no empreendimento etnográfico pretendido, este primeiro movimento aponta a uma maneira possível de negociar relações e pertencimentos etnicorraciais, priorizando uma autonomia pretendida nas interlocuções já existentes no local. Num segundo movimento, a experiência etnográfica junto a pessoas e famílias que compõem o Rincão da Faxina tem desdobramentos no olhar e problematizar variadas esferas da vida. Dos projetos de desenvolvimento que chegam à cidade de Piratini, assim como a uma abertura ao novo e dinâmico das interlocuções difíceis e possíveis com o poder público, a visibilidade destas experiências negras na região da campanha gaúcha aponta a deslocamentos geracionais e dinâmicas familiares. Das movimentações geracionais dentre lugares de trabalho e moradia pelos distritos rurais e cidade, ao investimento pretendido na política educacional por meio do acesso a vagas para quilombolas no ensino superior, valores familiares e comunitários como o “viver sempre juntos” e disputas por legitimidades estão em jogo.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidades quilombolas – Políticas públicas – Protagonismos

ABSTRACT

This paper revolves around a variety of social experiences that congregate forms of political prominence engendered by black leaders and *quilombola* communities. It also addresses the different paths that were taken in the evaluation and decisions making regarding the dialogues with governmental spheres and the access to public policies. Taking into consideration the conditions of possibility for projects and interlocutions that attain and occur in each locality, the ethnographic work itself was also called into question and analysed. By contrasting different local groups' receptivity or not to this research, the accumulation of diverse experiences in the handling of shared lives and of new relationships within the fight for social recognition and historical reparation comes into light.

Starting from an initial ethnographic experience in which the continuity of the desired ethnographical initiative wasn't made possible, a first movement points to a possible way of negotiating relationships and ethnic-racial belonging, one that prioritizes a sought autonomy in the already existent local interlocutions. In a second movement, the ethnographic experience with people and families that form the *Rincão da Faxina* has outspreads in the looking and problematizing of diverse life's domains. From the development projects that arrive at the town of Piratini, to the opening to the new and dynamic of the hard and possible interlocutions with public authorities, the visibility of this black experiences in the states' *campanha* region points to generational displacements and family dynamics. From the generational movements between working and living areas along the rural districts and the town, to the sought after investment in educational policies through an access to affirmative actions to *quilombolas* at universities, family and community values such as "to always live together" and disputes for legitimacy are at stake.

KEYWORDS: *Quilombola* communities – Public policies – Political prominence

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunidades remanescentes de quilombos de Piratini na interface dos afrodescendentes (Censo 2010/IBGE). Fonte: Gil Passos de Mattos, 2015.

Figura 2 - Dona Ieda, sua mãe Joana e o filho Adair José. Aos fundos, a antigo rancho de torrão. Fonte: Acervo pessoal de dona Ieda.

Figura 3 - Recordação do dia do casamento de dona Ieda e seu Adair. Ao fundo, o velho rancho de torrão. Fonte: Acervo pessoal de dona Ieda.

Figura 4 - “A gurizada jogando bola no campinho improvisado. Que lembrança boa!”
Fonte: Acervo pessoal de dona Ieda.

Figura 5 - Nos tempos de trabalho nas granjas. Maria Emília e colegas em frente à casa em que viviam na época. Fonte: Acervo pessoal de Maria Emília.

Figura 6 - Maria Emília e as colegas de trabalho aproveitando o dia de sol.
Fonte:Acervo pessoal de Maria Emília.

Figura 7 - Cremi e os companheiros de empreitada nos tempos da Isagro. Fonte: Acervo pessoal de Maria Emília.

Figura 8 - “Peraí, vamos anotar quem veio de onde.” Conversando com Emília, Cremi, Clismam e dona Eloá ao telefone para recordar os nomes das cinco gerações. Fonte: Registro de campo.

Figura 9 - Famílias Rodrigues, Alves, Porto e Dutra. Fonte: Registro de campo.

Figura 10 e Figura 11 – Esboços das genealogias das famílias: Rodrigues, Alves, Porto e Dutra. Fonte: Elaboração conjunta com Clismam Soares.

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEEE- Companhia Estadual de Energia Elétrica
ECC - Encontro de Casais com Cristo
FCP - Fundação Cultural Palmares
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FURG - Universidade Federal de Rio Grande
GEPACS - Grupos de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC - Ministério da Educação
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NACi - Núcleo de Antropologia e Cidadania
NUER - Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas
ONG - Organização Não-Governamental
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PUC - Pontifícia Universitária Católica
RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul
RBA - Reunião Brasileira de Antropologia
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural
Unicamp - Universidade Estadual de Campinas
UFPeL - Universidade Federal de Pelotas
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....	1
A antropologia “em movimento”	3
Abordagem a um universo temático: historicidades e a criação de contextos	4
Engajamentos ao longo de mais de 10 anos de recursividade jurídico-administrativa.....	12
Novas demandas políticas e definições conceituais.....	16
PARTE I: PROTAGONISMOS EM JOGO	23
Capítulo 1 “A gente conversa um pouco e manda logo eles embora”	24
1.1 Produções situadas e o “ir e vir” como aprendizado	25
1.2 Tecendo percursos: a chegada em campo e nas mediações	30
1.3 Sobre morenos, brasileiros e colonos.....	32
1.4 “Depois que o quilombo chegou...” - a dimensão das visibilidades indesejadas	36
1.5 “A gente conversa um pouco e manda logo eles embora”	41
Capítulo 2 Rincão da Faxina e a visibilidade das experiências negras na campanha gaúcha.....	44
2.1 O desenvolvimento que “deu errado” em Piratini.....	45
2.2 A experiência de dona Ieda e seu Adair.....	53
2.3 Momento de abertura: ter boas relações.....	58
2.4 Mobilizando parcerias – o trabalho com a Pastoral Afro e a nova diretoria da organização comunitária	64
PARTE II: ETNOGRAFIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS – PARA ALÉM DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	70
Capítulo 3 Entre deslocamentos geracionais e o “viver sempre junto” na composição do Rincão da Faxina	71
3.1 Na casa de Maria Emília e Cremi, um lugar de referência	72

3.2	Visitas ao interior e a importância de conhecer os lugares	80
3.3	Tecendo afetos – pessoa, família, comunidade.....	86
3.4	Mundos do trabalho.....	88
Capítulo 4	Sobre merecimentos e os processos seletivos específicos para quilombolas no acesso ao ensino superior	93
4.1	As vagas para quilombolas no ensino superior	94
4.2	Acompanhando os processos seletivos e suas adequações	99
4.3	Legitimidades em negociação	104
Considerações Finais	108
Referências bibliográficas	112
Anexos	118

Introdução

Este trabalho tem por objetivo incidir a respeito de variadas experiências sociais que congregam formas de protagonismos políticos engendradas por lideranças negras e comunidades quilombolas, e as escolhas por caminhos distintos no que diz respeito a suas avaliações e decisões quanto aos diálogos com esferas do poder público e acessos às políticas públicas. Considerando as condições de possibilidade de projetos e interlocuções que chegam e acontecem em cada localidade, também o trabalho etnográfico junto a comunidades remanescentes de quilombo é posto em avaliação, ao contrastar a receptividade ou não dos grupos à própria pesquisa emergem acúmulos de experiências distintas no manejo das vidas em comum e das novas relações nas lutas por reconhecimento social e reparação histórica.

Partindo de uma primeira experiência em que não foi possível prosseguir no empreendimento etnográfico pretendido, este primeiro movimento aponta a uma maneira possível de negociar relações e pertencimentos etnicorraciais, priorizando uma autonomia pretendida nas interlocuções já existentes no local. Num segundo movimento, a experiência etnográfica junto a pessoas e famílias que compõem o Rincão da Faxina tem desdobramentos no olhar e problematizar variadas esferas da vida. Dos projetos de desenvolvimento que chegam à cidade de Piratini, assim como a uma abertura ao novo e dinâmico das interlocuções difíceis e possíveis com o poder público, a visibilidade destas experiências negras na região da campanha gaúcha aponta a deslocamentos geracionais e dinâmicas familiares. Das movimentações geracionais dentre lugares de trabalho e moradia pelos distritos rurais e cidade, ao investimento pretendido na política educacional por meio do acesso a vagas para quilombolas no ensino superior, valores familiares e comunitários como o “viver sempre juntos” e disputas por legitimidades estão em jogo.

Ao longo de minha trajetória como estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), passei a ter contato com as temáticas ligadas a raça e identidades étnicas inicialmente a partir das aulas da professora Catarina Zanini e, sobretudo, em minha experiência como bolsista do GEPACS e orientanda da professora Jurema Brites. Integrando o grupo de pesquisa coordenado por ela, e a partir

do envolvimento com a realização das pesquisas relativas às trajetórias de militância das trabalhadoras domésticas, um mundo de aprendizados relativos às experiências destas mulheres – em sua grande maioria, negras – e relativos à pesquisa etnográfica eram revelados a mim. Desse período, rememoro com carinho as primeiras leituras e a primeira experiência de pesquisa que resultou em meu Trabalho de Conclusão de Curso a respeito da autobiografia de uma destas militantes e trabalhadora doméstica, Lenira Carvalho.

Concluída a graduação, tive a oportunidade de prestar concurso e ser aprovada para um cargo de servidora pública no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA. Passei a trabalhar então diretamente - como Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário – no setor responsável, dentro da instituição, pela regularização dos territórios quilombolas na abrangência da superintendência do Rio Grande do Sul. Diante de minha insegurança frente a uma primeira experiência profissional e os tantos desafios de quem trabalha “na ponta” com tal política pública tão questionada, e tão importante, já são mais de 3 anos de muitos aprendizados e diálogos.

Neste meio tempo, a partir do acompanhamento de alguns processos administrativos e do contato com pesquisadores e pesquisadoras em campo realizando pesquisas etnográficas para a elaboração de relatórios técnicos, pude conhecer uma multiplicidade de regiões do Estado e de configurações dos grupos que acessavam a política fundiária. Em uma destas reuniões dentre servidores do INCRA, equipe de pesquisadores e quilombolas, a partir de relatos a respeito das relações dentre famílias negras e famílias de proprietários de terras envolvendo casos de adoções informais, parcerias de trabalho e estratégias de acesso a terra por parte das famílias negras, surge um primeiro interesse de pesquisa, o qual passaria por muitos rearranjos ao longo dos 2 anos e meio de mestrado. No capítulo 1, retomarei esse primeiro interesse de pesquisa e as reflexões que o mesmo suscitou. A partir do capítulo 2, o texto já discorre a respeito do empreendimento etnográfico após a abertura de uma nova possibilidade.

Acredito que todas estas experiências componham minha formação como estudante de Antropologia e o trabalho final que apresento tem muito dos questionamentos congregados dentre a formação acadêmica e a experiência profissional. São variadas escolhas a compor o formato do trabalho, como por exemplo, o cuidado

em não expor situações ou identificar pessoas ou grupos, em especial no primeiro e no quarto capítulos do texto. Entendo que são negociações e cuidados de limites muito tênues, assim como processos em aberto, como no caso dos processos seletivos para quilombolas no acesso a vagas no ensino superior. Desta forma, as reflexões são situadas e falam de um ponto de vista possível, de minhas escolhas e aprendizados, assim como muitas questões ficaram de fora pela necessidade de “recortes” na pesquisa.

A seguir teço alguns apontamentos a respeito dos referenciais teóricos que deram norte ao estudo, evidenciando uma problematização bastante presente em minha trajetória, qual seja, os movimentos e intersecções dentre práticas de conhecimento em antropologia e as esferas de luta por reconhecimento social e reparação histórica.

A antropologia “em movimento”¹

Considero inicialmente uma conjunção de reflexões, trabalhos etnográficos e instrumentos conceituais a respeito da chamada “temática” das comunidades remanescentes de quilombos ou comunidades quilombolas enquanto um interesse de pesquisa nasociologia e na antropologia produzida no Brasil, assim como alguns de seus desdobramentos recentes em termos de uma multiplicidade de etnografias e à variabilidade de abordagens possíveis. Sob a abordagem priorizada em meu texto, o interesse suscitado pelo “tema”, em uma esfera acadêmica, tem ampla relação com as lutas políticas e interesses em torno da formulação e regulação normativa das identidades etnicorraciais que a ele correspondem.

Se por um lado, tecer esses caminhos tem por intento elucidar tanto as emergências conceituais e olhares a respeito das experiências vividas pelas coletividades negras, quanto às intersecções dentre estas práticas de conhecimento em antropologia e as dinâmicas regulatórias operadas sob viés estatal, por fim, a elaboração a respeito da “emergência quilombola” vislumbra embasar as reflexões apresentadas e problematizadas nos capítulos seguintes de meu trabalho, quando buscarei pôr em

¹ Aqui faço referência à expressão já utilizada por autoras como Miriam Chagas (CHAGAS, 2010) em alusão ao papel do antropólogo como mediador. Ao longo do trabalho refiro, em diversos momentos, à expressões como **mediação** e **interlocução** ao tratar do papel desempenhado por agentes do poder público e variados atores sociais - como em alguns casos, a própria antropologia como um saber especialista - inseridos em arenas públicas do reconhecimento social.

perspectiva minha etnografia a alguns dos principais pontos destacados acerca desse debate.

Para construir tal cenário, proponho inicialmente um exercício de historicização dos principais núcleos conceituais pelos quais circula e é assim formulado o debate aqui proposto nas obras de autores como Clóvis Moura (1988), Neusa Gusmão (1991), Maria de Lourdes Bandeira (1991) e mais recentemente Ilka Boaventura (2000), Alfredo Wagner (2002), Eliane O'Dwyer (2002), Maurício Arruti (1997) e José Carlos Gomes dos Anjos (2005). Também, movimentos e propostas como a criação do Comitê Quilombos dentro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e os convênios realizados por núcleos de pesquisa vinculados a universidades federais para a elaboração de relatórios técnicos com vistas a embasar a atual política pública de regularização fundiária dos territórios quilombolas².

Dos estudos de campesinato negro, das chamadas terras de preto, à nomeação jurídico-administrativa a respeito das “comunidades remanescentes de quilombos”, proponho considerar os imbricamentos entre a consolidação de alguns debates e aparatos conceituais na disciplina como os de “identidade étnica”, “territorialidade” e “resistência negra”, e processos mais amplos envolvendo os momentos em que tal questão emerge e torna-se enunciável em diversas esferas de arena pública e por parte de alguns setores da administração do Estado brasileiro. Ainda, considero a relevância de explicitar as relações entre tais produções científicas, um crescente número de projetos de normatizações institucionais e as dinâmicas de luta dos grupos negros e das militâncias por reconhecimento social e reparação histórica.

Abordagem a um universo temático: historicidades e a criação de contextos

Quando a antropóloga Marylin Strathern afirma, no prefácio da obra *O Gênero da Dádiva* que “(...) este livro não é somente sobre a Melanésia. É também sobre os

² Atualmente, compete à Fundação Cultural Palmares cadastrar e atestar, mediante certidão expedida pelo órgão, as comunidades que se auto-reconhecem enquanto remanescentes de quilombos. Tal forma de reconhecimento coletivo por parte do Estado segue a legislação vigente, em especial o Decreto nº 4.887/2003, e possibilita o acesso a diversas políticas públicas como, por exemplo, a política de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Apesar de ser classificada em posição central dentre as políticas voltadas aos grupos auto-reconhecidos, nem todas as comunidades requerem o processo em questão.

tipos de aspiração à compreensão que a antropologia pode e não pode ter” (2006, p. 23), acredito que a autora estivesse referindo à dinâmica expressa em alguns de seus textos de uma dupla reflexividade a compor o exercício-texto etnográfico: mostrar a natureza contextual dos construtos nativos ao mesmo tempo em que se explicita a formulação contextualizada dos próprios construtos analíticos. Tal empreendimento desloca, assim, o questionamento tradicionalmente formulado sob certo modo de produção do conhecimento na forma de “quais os nossos objetos de pesquisa” para uma maior atenção acerca de “quais as nossas questões” sobre determinado assunto.

Nesse sentido, meu intento em retomar partes ou parcialidades do já construído e refletido a respeito do que se convencionou formular em termos de um “campo temático quilombola” não tem por finalidade a análise de um contexto dado, acabado, apenas considerado como um pano de fundo para o esforço teórico que elaborarei, mas sim, como parte importante do entendimento sobre quais as questões foram formuladas até então e em termos de quais possibilidades analíticas foram desenvolvidas as reflexões – bem como sobre as posicionalidades explicitadas ou não, no sentido das provocações de Lila Abu-Lughod (1991). Para a autora, as elaborações de (e nas) representações etnográficas são, além de “verdades parciais” como já referiu James Clifford, “verdades posicionadas” em relação a certos pontos de vista e certas temporalidades.

Considero ainda, com Abu-Lughod, a dimensão das audiências como outro ponto relevante a ser explicitado tendo em vista que abordar certas dinâmicas e pertencimentos étnicorraciais, como as que me proponho, tem a ver com mobilizar atores, preocupações e muitas vezes enfrentamentos diversos. No caso em questão, busco refletir a respeito de como uma série de trabalhos, em especial de produções etnográficas, demandaram um duplo movimento de pesquisadores e pesquisadoras: de construção empírica e teórica de suas experiências junto aos grupos na forma de artigos, dissertações e teses, concomitante a uma série de empreendimentos outros, como por exemplo, contribuições na forma de pareceres técnicos para embasamento de processos administrativos e judiciais referentes às demandas das coletividades. Assim, há construções de textualidades e linguagens distintas em jogo para tornar tangíveis os meandros de tais vidas comunitárias ora para a audiência preferencialmente acadêmica, ora para operadores do direito e demais agentes públicos envolvidos com as políticas públicas em jogo.

Por esse ângulo, apresento “fatias” de uma historicidade dos debates que emergem no imbricamento entre as novas demandas por intervenção e mediação de “especialistas” na “questão quilombola” junto às arenas de formulação e aplicação de políticas públicas visando reconhecimento e reparação das alteridades por parte do Estado brasileiro e movimentos de descentramento teórico, como o olhar para os fenômenos de pertencimentos raciais em grupos negros territorializados que solicitam a mobilização de novos repertórios conceituais.

Há, nesse seguimento, algumas alternativas possíveis para introduzir essa discussão. Opto aqui por considerar brevemente os engendramentos a respeito das *construções ideológico-raciais* da nação brasileira em termos de discursos do *branqueamento* e/ou da *mestiçagem* nas obras de nomes como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Como bem exposto por Laura López (2013), a formulação de categorias raciais têm a ver com a própria constituição da antropologia, seja na perspectiva claramente hierarquizadora das teorias racialistas do século XIX, ou sob a abordagem culturalista de influência boasiana, ao produzir uma “culturalização do negro”. Tal afirmação tem relevância para minha reflexão na medida em que, ao longo da pesquisa, deparei-me não só com a literatura especializada a respeito de categorias como *raça*, *etnia*, *negritude*, *comunidade quilombola*, *comunidades negras remanescentes*, mas também com os usos e ambiguidades desses termos pelos próprios grupos, seja na forma de orgulho e valorização de uma estima afirmada ou nas acusações quando ouvi a respeito de suas experiências em relação ao fenômeno do racismo. Por fim, em meio às diversas negociações e avaliações coletivas sobre quais políticas e projetos são mais interessantes ou mais aproximados às localidades e às pessoas, também estava posta tal controvérsia sobre como os grupos passaram a ter contato com tais referências externas nos usos de certos termos e seus efeitos de poder – classificar, “encaixar”, valorizar, reconhecer, insultar, etc. Mais do que caracterizar a “adequação” de algum termo ou não, meu interesse foi apreender como operam tais usos e suas gradações ou valorações na vivência de meus interlocutores.

Na esteira de discussões recentes relacionadas às políticas públicas específicas para a população negra, como as políticas de saúde (ANJOS, 2004) ou as políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras (LÓPEZ, 2013), diversos pesquisadores vêm dispendo da perspectiva foucaultiana como possibilidade de trazer à tona a maneira

com que, em sua acepção moderna, raça passou a operar enquanto uma tecnologia de poder na produção de novas classificações sociais hierarquizáveis – negros, índios, mestiços – historicamente produzidos como *outridades* sob a vigência do sistema colonial e agora administráveis enquanto uma população nacional.

A respeito dos efeitos de poder de tal olhar culturalista, Márcio Goldman e Federico Neiburg (2002) destacam a intervenção explícita do pensamento antropológico na objetivação das realidades nacionais. Sobre a composição dos estudos de caráter nacional,

Trata-se antes de discursos simultaneamente descritivos e normativos que, através de sua circulação social, tendem a funcionar como estruturas performativas, sintetizando, difundindo e, no limite, criando seus próprios referentes (2002, p. 205).

Portanto, essa produção histórico-discursiva de uma identidade nacional – no caso brasileiro, mestiça - comportou um caráter ideológico eromantizador tanto quanto as teorias racialistas a que se propunham refutar. Se consideram o histórico de uma composição do social tecida sob o jugo colonialista e escravista, é para em seguida dar a ela efeito homogeneizador por meio de categoriais raciais classificatórias e diluidoras das singulares experiências e valorações das pessoas que as corporificam.

Não sendo o foco de minha apresentação abordar em profundidade toda uma série de autores “clássicos” para falar da historicidade do conceito de raça, seus usos e implicações para a disciplina, gostaria de prosseguir na exposição relacionando, junto com o pesquisador contemporâneo Valter Silvério (2002, 2004), a sugestão de um outro quadro de referência importante para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil e que repercute na abordagem que adoto nesse trabalho de pesquisa no exercício de reconhecer as invisibilidades produzidas historicamente via apagamento das falas e experiências de grupos subalternos, também apontamos para novos caminhos que visem transpor tais regimes de colonialidade do saber.

Ao reportar-se a nomes como o de Oracy Nogueira, Silvério traz para essa historicidade alguns trabalhos precusores no sentido de re-inserir “raça” como conceito analítico válido ao tratar das relações sociais permeadas por fenômenos discriminatórios na sociedade brasileira. Inseridos especialmente no contexto dos “estudos de relações

raciais” produzidos pela escola da Universidade de São Paulo (USP) de sociologia, a qual contou com produções e projetos de Charles Wagley, Roger Bastide e Florestan Fernandes³, tais pesquisas foram responsáveis por reintroduzir o componente racial nas análises que agora versavam então sobre *o preconceito e a discriminação social*. Também sob a influência do aporte marxista, construíram um novo quadro de referência nas conexões entre a produção acerca das hierarquizações raciais na sociedade brasileira e os pertencimentos identitários enquanto possibilidades de resistência frente à persistência do fenômeno do racismo.

Durante as décadas seguintes, o campo dos estudos raciais desliza então para questionamentos a respeito das especificidades das relações étnico-raciais vivenciadas nos mundos do rural e das estruturas de poder responsáveis pela produção de invisibilidades dessas experiências. Pesquisas como a de Neusa Gusmão (1991) sobre as “terras de preto” do Maranhão e a de Maria de Lourdes Bandeira (1991) acerca da invisibilidade das “terras negras” são, em alguma medida, representativas desse momento considerado no sentido de produzirem novas tessituras do social em que as territorialidades emergem como formas singulares de resistência coletiva e como um fator de mobilização frente à invisibilização do racismo, ou seja, como uma aposta de ruptura teórica frente à hierarquização das diferenças histórica e espacialmente construídas através da cor.

Neusa Gusmão nos fala em “A questão política das chamadas terras de preto”, originalmente publicado no ano de 1991, da dupla estrutura que organiza a existência dos grupos rurais negros. Sendo parte do universo camponês brasileiro, sob a localização periférica num sistema de produção e vivenciando uma localidade marcada por dimensões do trabalho e do parentesco, as coletividades em questão também diferenciam-se pelo fato do controle coletivo da terra ter por base limites calcados nas relações étnicas assimétricas historicamente estabelecidas.

Para Bandeira (1988), o modo de produção da historicidade do contato étnico via apagamento e neutralidade das diferenças impede a possibilidade dos negros se apropriarem de suas próprias singularidades enquanto um fator de mobilização da consciência coletiva. Assim, o fenômeno da etnicidade pode ser relacionalmente expresso enquanto resistência na recuperação de tal energia política (1988, p. 12).

³ A respeito do Projeto UNESCO: MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, Oct. 1999.

Desse primeiro momento narrado, que nomeei como formulação de um “universo temático”, gostaria de salientar o percurso na construção de alguns referenciais. Por um lado, a historicidade da própria disciplina enquanto produtora de construtos raciais. Sob regularidades discursivas hegemônicas formadoras da nação⁴, a invisibilização das hierarquias historicamente produzidas e concebidas enquanto alteridades e agora administráveis como “população”, soam como um “problema persistente”.

No prolongamento da perspectiva dos estudos raciais, em específico no debate sociológico a partir de década de 1970, alguns autores passam a mobilizar como uma questão relevante as singularidades das relações erigidas por coletividades negras no rural, ou *campesinato negro*, em seus modos de ocupação tradicionais. Sob esse prisma, ocorrem algumas das primeiras proposições conceituais em termos de *fenômenos identitários étnicos e raciais* como modalidade de pertencimento coletivo e de resistência negra. Ainda, são expostas algumas reflexões a respeito de modalidades de posse coletiva das terras, dos discursos a respeito de uma estrutura agrária nacional concebida como um dos dispositivos de invisibilização das alteridades, e da *territorialidade* enquanto um feixe de relações e agenciamentos produzidos e vivenciados cotidianamente. Além de Gusmão e Bandeira, já citadas, essas referências ressoam nos trabalhos de autores como Maria Isaura Queiroz, Carlos Vogt e Peter Fry, João Baptista Borges Pereira, dentre outros.

Na tese de Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (2010) dedica um capítulo de sua tese a um trabalho de fôlego a respeito desse percurso. Nele, surge o apontamento de que tal interesse na temática só chega à antropologia, primeiro, em alguns trabalhos orientados pelo pesquisador João Batista Borges Pereira na USP e depois na “era dos PPGAS”, os programas de pós-graduação em antropologia, inicialmente na Universidade de Brasília e no Museu Nacional. A referência ao primeiro trabalho produzido nesse período foi a dissertação de Carlos Rodrigues Brandão intitulada “Peões, Pretos e Congos: relações de trabalho e identidade étnica” sob a orientação de Roberto Cardoso de Oliveira no ano de 1974. Na obra são enfocadas as

⁴ Por exemplo, nas discussões abarcada por autoras como Giralda Seyferth em «Construindo a nação : hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. » in : Raça, ciência e sociedade. Rio, Editora Fiocruz. CCBB,1996. (p.41-58).

relações interétnicas entre grupos negros rurais e urbanos e a sociedade envolvente no município de Goiás.

Na sequência, discorre sobre o prosseguimento na produção de trabalhos referentes ao tema num levantamento bastante preciso em que são mapeados os anos de cada publicação, as universidades, núcleos de pesquisa e principais pesquisadores orientadores, assim como referenciais teórico-conceituais que deram norte a muitas das análises. Para não incorrer em repetição, em momento posterior de minha abordagem ao tema buscarei mapear de maneira um pouco semelhante esse histórico regional (mais recente) ao nível dos trabalhos elaborados no contexto das coletividades situadas no Rio Grande do Sul.

Nesse momento considero brevemente que no PPGAS/UFRGS, as abordagens referentes a experiências sociais de grupos negros se encontram vinculadas inicialmente aos trabalhos sobre religiosidades de matriz africana e sobre práticas sonoras e artísticas, mas não diretamente indexados como “questões raciais”⁵. Sob coordenação de Ilka Boaventura Leite, o Núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas (NUER), da UFSC, abordou em sua publicação Nº 2, ainda no ano de 1991, coletânea dedicada ao conteúdo das “Terras e territórios de negros no Brasil”, integrando textos de referências já citadas anteriormente.

Por fim, neste tópico gostaria de me reportar ainda ao importante estudo de José Jorge de Carvalho, Siglia Zambrotti Doria e Adolfo Neves de Oliveira Jr. (1996) a respeito da comunidade de Rio das Rãs. Inicialmente elaborado na forma de laudo pericial antropológico apresentado à Procuradoria Geral da República no ano de 1993, à época como subsídio a Ação Civil Pública impetrada contra invasores das terras, a partir da elaboração inicial do estudo na forma de laudo pericial a equipe de pesquisadores estendeu e somou ao texto novas reflexões. Assim, já no prefácio da obra os autores retomam esse processo:

Contudo, esse novo texto sobre o Rio das Rãs difere do laudo em um ponto essencial: na medida em que não é mais

⁵ A esse respeito, gostaria de referir a trabalhos precursores no PPGAS/UFRGS no tocante às sociabilidades negras e etnicidade, como a dissertação de Rui Leandro da Silva Santos, intitulada “Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição: articulação, sociabilidade e etnicidade dos negros do Rincão dos Pretos no município de Rio Pardo/RS”. Defendida no ano de 2001, contou com a orientação de Maria Eunice da Souza Maciel.

necessário provar a legitimidade da ocupação das terras, por parte da comunidade (pois o laudo foi considerado suficiente pela Procuradoria Geral da República), pudemos avaliar os dados históricos, etnográficos e sociológicos com que contamos, de um modo mais claramente crítico e hermenêutico, tornando explícito nosso ângulo de leitura, estabelecendo comparações e associações de escopo muito mais amplo e, mesmo, experimentando com o formato estabelecido de apresentação de estudos de comunidade. Nesse sentido, optamos por fundir, na segunda parte do livro, dados de tipo histórico, etnográfico, geográfico, toponímico e linguístico, com interpretações de documentos jurídicos e análises simbólicas, no intento de trazer ao leitor uma imagem integral e, ao mesmo tempo, aberta, processual, da experiência social dos negros das Rãs no contexto da cultura afro-brasileira como um todo. (CARVALHO; 1996, p. 8-9).

Com essa explicação introdutória no livro, podemos compreender inclusive a ordem sequencial ao longo da obra, iniciando com uma primeira abordagem acerca dos históricos das experiências negras nas Américas e no Brasil. Aí são consideradas as expressões e experiências de quilombolas, palenqueros, cimarrones, saramacás nos históricos de países como Suriname, Haiti, Jamaica, Colômbia, Cuba, Venezuela e Brasil.

Na sequência, a abordagem a Rio da Rãs é inicialmente enquanto *comunidade rural negra*, tecendo diversas relações com o processo de ocupação de comunidades rurais da região do médio São Francisco. Após, a experiência comunitária é inscrita na textualidade na reconstrução da “geografia do lugar” (CARVALHO, 1996, p. 115), considerando aspectos diversos como o uso comum das terras, o mito de origem da comunidade e seus mitos e ritos no culto da jurema, contando com belas imagens de registro de alguns momentos do culto. Nesse sentido, há todo um cuidado por parte dos autores em abordar a localidade de forma ampla, considerando suas expressões rituais, suas formas de ocupação da localidade e ainda como composição de uma configuração mais ampla no contexto da cultura afro-brasileira.

O exemplo desta dupla inscrição textual da experiência no Rio das Rãs, inicialmente como laudo pericial antropológico e após no formato de uma publicação mais ampla, é emblemático no sentido de uma ordem cronológica dentre uma gama de trabalhos mas, sobretudo, pela explicitação dos autores da busca por uma imagem aberta

e processual a respeito da experiência social dos negros do Rio das Rãs. Este cuidado será uma preocupação crescente à medida que também crescem as exigências em relação às contribuições especializadas de antropólogos e antropólogas em processos relacionados à garantia de direitos das comunidades quilombolas por parte do Estado brasileiro.

Buscarei prosseguir na exposição apontando alguns acúmulos em relação aos debates e proposições empreendidas nas antropologias produzidas no Brasil a respeito destas formas de engajamento, haja visto que o exercício a que me proponho com este levantamento é justamente considerar a amplitude de práticas e formas de contribuição, como a organização de eventos, debates visando audiências mais amplas como a de operadores do Direito e agentes públicos, publicações visando a orientação de profissionais que empreendem a elaboração de relatórios técnicos, e instâncias dentro da Associação Brasileira de Antropologia que assumem o papel de interlocução com esferas de governo.

Engajamentos ao longo de mais de 10 anos de recursividade jurídico-administrativa

Em mais uma tessitura possível para compor tais percursos, para além dos recortes e referências diretas de autores e seus textos, sugiro a possibilidade de trazer para a textualidade a narrativa de alguns movimentos em termos de contribuições da esfera acadêmica como os projetos e os engajamentos diversos de pesquisadores via núcleos de pesquisa em antropologia vinculados em geral às universidades federais, bem como a atuação dos profissionais no próprio espaço da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Referirei, em específico, a alguns convênios vinculados às universidades federais do Rio Grande do Sul e também UFSC como exemplos mais próximos ao meu campo de inserção em relação à execução de convênios na região sul do país. Ainda, à criação e às diversas contribuições em forma de pareceres, seminários ou convênios ao longo dos últimos anos, do Comitê Quilombos da ABA. Boa parte dessas contribuições foi condensada em uma apresentação via publicação recente da

Associação⁶. Portanto, reportarei a esse e a outros textos que elucidam momentos importantes nessa construção.

No período posterior a 1988, em que já figura no artigo 68 do ADCT da Constituição Federal o direito de propriedade de suas terras às chamadas comunidades remanescentes de quilombo, tornam-se mais frequentes as demandas de órgãos públicos por manifestações de especialistas na área de tais *comunidades tradicionais*, assim como já vinha ocorrendo em relação às demarcações de terras indígenas. No ano 1991, é organizado em São Paulo o seminário “Perícia Antropológica em Processos Judiciais”, coordenado por Orlando Sampaio Silva como representante da ABA e pela Comissão Pró-Índio. Mais tarde, as exposições desse debate seriam publicadas em livro com mesmo título que virou referência a respeito da temática.

Na gestão de Ruben George Oliven a frente da ABA, um termo de cooperação já em vigor com o Ministério Público Federal é renovado e um convênio com a Procuradoria Geral da União passa a abranger indicações de antropólogos para situações de perícia referentes às “terras de remanescentes de quilombos”. No ano de 1994, alguns dos principais núcleos de pesquisa interessados na questão reúnem-se para produzir um documento a respeito da inadequação dos usos de definições coloniais e jurídico-formais a respeito de quilombos em meio a processos jurídicos e administrativos. Assim, a proposta de uma ressemantização do termo está conectada a textos e autores que serão introduzidos ao debate a seguir, desencadeando um período de novas definições conceituais.

No ano de 1996, é instituída a criação, no âmbito da ABA, do GT Quilombos (atual Comitê). Posteriormente, novos seminários foram organizados com a proposta de debater a questão conjuntamente a operadores do Direito. A coletânea já citada, sob organização de Eliane Cantarino O’Dwyer, “Quilombos: identidade étnica e territorialidade”, agregou uma parcela dessas novas exposições. A partir desse período, também há uma crescente organização de Grupos de Trabalho relativos ao trabalho de elaboração de laudos e perícias e as novas arenas de atuação dos antropólogos em eventos como a Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM).

⁶ Protocolo de Brasília : laudos antropológicos - condições para o exercício de um trabalho científico / Associação Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro : Associação Brasileira de Antropologia, 2015.

Já em 2000, sob a coordenação de Ilka Boaventura Leite a frente do Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas (NUER), da UFSC, em um novo encontro reunindo pesquisadoras e pesquisadores de distintas regiões do país e com experiências em pesquisa e interlocuções com órgãos públicos para elaboração de perícias e relatórios técnicos, foi elaborado um documento conhecido como “Carta de Ponta das Canas”⁷, no qual uma série de recomendações relativas a parâmetros éticos na elaboração de pesquisas visando subsídio para arenas de reconhecimento de direitos são elencados sob “pontos-chave”, como por exemplo, autoria, condições de trabalho, responsabilidade social do antropólogo e controle da qualidade dos trabalhos realizados. Ainda, há uma lista de recomendações condensadas em pontos como condições de estabelecimento do diálogo, compreensão do discurso antropológico nos documentos, relatórios de identificação étnica, laudos sobre territórios tradicionais e laudos de impacto sócio-ambiental.

Nesse sentido, podemos observar uma série de eventos, debates e propostas organizativas inseridas em um movimento de aderência à prática da elaboração de perícias e relatórios técnicos como forma de contribuição de antropólogos e antropólogas às disputas por direitos de reconhecimento e reparação por parte das coletividades, assim como já ocorria em relação aos povos indígenas.

Em artigo publicado na coletânea “Laudos periciais antropológicos em debate”, mais uma das publicações que condensou debates ocorridos no âmbito da ABA e sob organização de Ilka Boaventura Leite, o pesquisador José Carlos Gomes dos Anjos (2004) considerou sua experiência como coordenador da equipe de pesquisa no convênio realizado para elaboração do relatório técnico da comunidade quilombola de São Miguel para expor uma série de reflexões epistemológicas suscitadas por essa empreitada. Dentre elas, o autor formula cenários para a própria “arena de emergência de um laudo” ao considerar os múltiplos agentes envolvidos nessa composição. Nela, há novas formulações e formatações de interesses tanto das comunidades científicas quanto das não-científicas. A respeito das possibilidades de uma contribuição engajada por parte dos pesquisadores inseridos nestas situações ele pondera:

⁷Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/001DOCUMENTOS/DocumentosABA/cartacanas.pdf>

A contribuição do laudo como intervenção mediadora dá-se no sentido de favorecer o equilíbrio de poder entre as múltiplas forças em jogo. Tal contribuição passa pela exposição dos referenciais privilegiados das arenas públicas, tanto para torná-los instrumentalizáveis por aqueles que não possuem o capital linguístico e político para se impor no campo político, como no sentido de desconstruir as naturalizações estabelecidas. (ANJOS, 2004).

Assim como ocorreu no caso de São Miguel, pude elencar no mínimo 20 relatórios técnicos elaborados como forma de subsídio aos pleitos territoriais de comunidades quilombolas situadas no estado do Rio Grande do Sul⁸ que foram empreendidos por equipes de pesquisa coordenadas por antropólogos ou antropólogas via convênio com órgãos públicos como Ministério Público Federal, Fundação Cultural Palmares e INCRA. Desde o caso de Casca, experiência pioneira na região sul do país empreendida sob a coordenação de Ilka Boaventura Leite por solicitação do Ministério Público Federal, até convênios mais recentes empreendidos por pesquisadores da UFRGS, UFPel e UFSM.

Atualmente, o modelo de contratação priorizado por parte de órgãos como o INCRA para profissionais em antropologia tem sido via pregão eletrônico, justificado em função de menor tempo e custo empreendido na elaboração de cada relatório. Esta nova modalidade tem gerado uma série de preocupações e recomendações éticas por parte da ABA e muitos de seus pesquisadores associados já experientes no assunto.

O ponto que gostaria de salientar em relação aos movimentos empreendidos por profissionais em antropologia no sentido de um engajamento em relação a tais processos e contribuições especializadas é a busca por desnaturalizar a lógica que opera através da exigência de cada vez mais “questões-chave” a serem respondidas na política pública (fundiária, em especial), na medida em que cada vez mais exigentes no sentido de apontar uma série de aspectos que tenham efeito de maior capacidade de “objetivação” do grupo como quilombola. Se houve uma série de empreendimentos da comunidade científica no sentido de estabelecer diálogos com as arenas jurídicas e administrativas do estado e seus operadores, houve também o esforço de uma série de

⁸Conforme banco de dados do próprio INCRA/RS em dezembro de 2015.

intelectuais no sentido de não aderir simplesmente aos padrões normatizadores na possibilidade de fazer emergir os processos de luta e auto-afirmação coletivas.

No prosseguimento do texto, teço mais alguns comentários a respeito das recorrências e estabilizações em termos de um arcabouço teórico conceitual, como as discussões a respeito das *identidades étnicas e territorialidades* negras; ainda, a forma com que o acompanhamento dos processos de etnogênese em relação à emergência de pleitos territoriais tem sido uma abordagem privilegiada a respeito das lutas políticas empreendidas pelos grupos.

Novas demandas políticas e definições conceituais

Com referência a um momento seguinte nos debates teóricos a respeito das experiências negras no Brasil (inclusive temporalmente, considerando publicações concentradas na década seguinte ao processo constituinte de 1988⁹), gostaria de aludir a certa dinâmica de estabilização de referenciais analíticos além de uma maior congruência nas proposições dentre diversos autores que emergem como referências na experiência em pesquisas de campo junto a grupos quilombolas em diversas regiões do país. Da mesma forma, um maior número de diálogos e paralelos tecidos entre as questões conceituais e as questões normativas a emergir acerca da “questão quilombola”. Contudo, vale salientar que as escolhas não foram norteadas pelo intento de um olhar “coeso” sobre a questão, mas sim, em função da oportunidade de tecer relações e tornar narrável esse percurso a partir de algumas problematizações similares dentre os textos.

O primeiro artigo que gostaria de considerar é intitulado “Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”, publicação do ano 2000 na qual a pesquisadora Ilka Boaventura Leite apresenta um importante panorama a respeito do assunto e reúne algumas de suas principais reflexões, contribuição de sua vasta trajetória de pesquisa na matéria. Avalio como um período em que fica evidente a preocupação crescente de diversos autores no sentido de elaborar um repertório discursivo mais afinado como resposta às demandas de ambas as esferas: teóricas e da

⁹ Mobilização que culminou na Assembleia Nacional Constituinte e promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

política institucional. Ao retomar abordagens históricas como a de Clóvis Moura¹⁰ na qual quilombo falava de *uma forma de organização e resistência* – “unidade básica de resistência do escravo”, em seguida a autora aponta a dificuldade em lançar mão apenas de uma perspectiva historiográfica na compreensão do fenômeno que ela conceitua como *uma dimensão política de uma formação social diversa no presente*.

Essa noção “fossilizada”, de quilombo como uma unidade fechada, também perpassou o âmbito de definição do texto constitucional de 1988 em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quando o termo “remanescentes” é utilizado para referir aos novos sujeitos de direito. Se tal movimento normativo demanda uma revisão nos critérios de classificação dos grupos com o foco nos processos de inclusão e exclusão a conformar o modo de vida coletivo, Ilka Boaventura reconhece os riscos de um processo de redução da alteridade dos diferentes grupos sob um conceito genérico para fins de intervenção e controle social (LEITE, 2000, p. 343). Desse ponto, avalia que “a questão só vai adiante quando desloca-se para o processo no qual emerge o próprio grupo” (p. 343).

Adiante, há duas outras questões importantes levantadas pela autora nesse texto e que dialogam com minha sugestão de um olhar crítico a respeito da construção analítica de meu interesse de pesquisa bem como dos questionamentos com os quais me deparei ao longo do trabalho de campo. A primeira que gostaria de destacar é a observação de que apesar das lutas por acesso a terra por parte das coletividades serem um fator importante nos processos de mobilização e emergência enquanto quilombolas, tais pleitos não podem ser confundidos com os próprios processos de autoafirmação histórica das comunidades. Assim, o aspecto das *territorialidades* negras é apenas um dos diversos a congregar essa matriz relacional de uma vida coletiva que desperta variados olhares etnográficos. Mas assim como *etnicidade*, passa a ser um conceito chave no repertório das discussões subsequentes.

O segundo ponto que gostaria de destacar aqui é a sagaz ponderação da pesquisadora em relação às visões “romantizadas” a respeito das formas de relacionalidade que podem funcionar, em meio às narrativas, como efeitos de coesão e homogeneidade da vida coletiva:

¹⁰MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

(...) aquela versão que foi muitas vezes idealizada em alguns estudos de comunidade e em diversas etnografias, quando, ao reconstituir processos políticos de reafirmação étnica, enaltecem a solidariedade e a resistência, menosprezando os níveis de conflito presentes no interior do próprio grupo como um importante agente de transformação e mudança. (LEITE, 2000, p. 352).

Essas duas ponderações, com referência aos processos de luta pela terra e o segundo relativo às visões romantizadas dos meandros da vida comunitária, são questões chave para uma possibilidade de deslocamento em relação à fixidez normativa, como a do próprio texto constitucional e das demais legislações que regulamentam as políticas públicas. Apesar da inegável importância desses processos mobilizatórios bem como das reflexões acerca deles, há o risco de um engessamento a respeito de quais as questões relevantes e quais as dinâmicas da vida coletiva a serem mobilizadas e refletidas em nossos trabalhos.

Como um segundo ponto em conexão a alguns dos conteúdos já apresentados, insiro nesse percurso uma publicação da própria Associação Brasileira de Antropologia (ABA) sob a organização de Eliane Cantarino O'Dwyer, mais um nome importante pela referência em pesquisas de campo realizadas em comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, além de uma série de contribuições em termos de relatórios técnicos, organização de eventos e contribuições na esfera do Comitê Quilombos da ABA. Na introdução de “Quilombos – identidade étnica e territorialidade”, título já bastante expressivo em termos de um ponto de vista conceitual, a antropóloga dá o tom da reunião dos trabalhos:

Seu propósito é levar ao público trabalhos que representam um tipo de intervenção num campo específico de articulação e envolvimento do mundo intelectual com os movimentos sociais e a mobilização de grupos étnicos que reivindicam o direito à diferença cultural e à reprodução de suas práticas econômicas e sociais, bem como o respeito pelos seus saberes tradicionais. (O'DWYER, 2000, p. 20).

Mais uma vez fica visível o interesse etnográfico de uma série de autores nos processos mobilizatórios das comunidades quilombolas em função da garantia de direitos territoriais com base no artigo constitucional. Tais *limites étnicos e fronteiras de pertencimento* são enfocados na relação com sua concomitante territorial, o grande elemento de disputas: o direito de acesso e autonomia sobre suas terras.

Da mesma coletânea, o artigo de Alfredo Wagner Berno de Almeida chamado “Os quilombos e as novas etnias” apresenta um grande apanhado de categorias usualmente utilizadas na compreensão da estrutura fundiária brasileira bem como um apanhado das definições historiográficas e jurídico-formais de quilombo. Originalmente publicada em 1996 na proposta de um diálogo com operadores do Direito, a investigação exemplifica as chamadas noções “frigorificadas” a respeito do assunto em alguns elementos que usualmente remetem-nos ao “quilombo histórico”, como a ideia de um local de fuga de escravos, a noção de isolamento geográfico e comprovações de ordem material como moradias habituais (ranchos) e instrumentos de trabalho como o pilão.

Sobrepujando a definição “frigorificada” por um novo aporte conceitual e novos argumentos reunidos em torno das situações observadas sob os olhares etnográfico, Alfredo Wagner afirma não se tratar mais de enumerar arbitrariedades classificatórias, mas sim, “saber como essa categoria focalizada se constitui hoje enquanto elemento de mobilização política de inúmeros grupos sociais” (ALMEIDA, 2000, p. 76). Mais uma vez, gostaria de ressaltar certa estabilização em termos de arcabouço conceitual ocorrendo na textualidade paralelamente à constituição-afirmação de um campo temático na antropologia e nas interlocuções crescentes com as esferas de governo.

Na síntese elaborada por José Maurício Arruti no ano de 1997, em que trata da *emergência dos “remanescentes”* na forma de um diálogo entre a experiência acumulada na atuação/mediação de antropólogas e antropólogos com povos indígenas tanto em termos de um instrumental crítico quanto nas formas de intervenção em arenas jurídicas, a semelhante emergência de novos sujeitos políticos é feita simultaneamente de “imaginação sociológica, criações jurídicas, vontade política e desejos” (ARRUTI, 1997, p. 7). Gostaria de observar a essa citação do autor, apenas, a imaginação e criatividade vinda dos próprios grupos e suas capacidades de reflexividade na inserção nessas esferas de avaliação e negociação de suas vidas comunitárias.

Ao construir em seu texto uma genealogia do que considera dois recortes de grupos humanos sob o aparato do Estado Nacional brasileiro em universos semânticos distintos, a alteridade indígena atrelada a etnia e a população de ascendência africana atrelada a raça, tais classificações manifestam repertórios teóricos e tradições acadêmicas distintas. Se os povos indígenas localizam o pólo da alteridade radical, de maneiras de ser e estar no mundo que necessitam de mediação/tradução, também são romantizados em sua relação com a “sociedade brasileira”. Já a população negra foi historicamente relegada ao pólo da subalternidade, a qual é preciso educar e controlar. Um dilema de *identidade*, um dilema de como integrar sem ser contaminado por tal condição.

O objetivo do autor, ao caracterizar de modo um tanto caricato estes dois campos de estudos é, na sequência, inserir pontos de deslocamento a esses debates proporcionados por novas situações etnográficas, como é o caso dos coletivos indígenas considerados como “integrados” ou em processo de retomada de suas tradições, e as comunidades negras que saem da perspectiva assimilacionista ao partilharem uma origem e cosmologia comuns, sendo então concebidas no pólo das alteridades.

Finalmente, destaca o movimento de apropriação de um repertório analítico em torno da noção de *etnicidade* na abordagem das comunidades quilombolas em seus processos de autoconstituição. Tal aporte recai sobre os processos de etnogênese, ou seja, a seleção e recriação de elementos da memória coletiva e dos traços definidores e significativos aos grupos que sirvam como sinais tanto internos como externos, que falem das fronteiras de pertencimento. Esse eixo teórico, hoje consolidado como referência a boa parte dos trabalhos produzidos na área segue reverberando enquanto uma abordagem eficaz no sentido de elucidar a tessitura de fronteiras de sentido, de pertencimentos e valores produzidos e partilhados nas coletividades.

Para meu argumento, o interessante é inquirir não só sobre as recorrências na forma das proposições engendradas nesse período por boa parcela das pesquisadoras e dos pesquisadores, mas na verdade, num olhar a respeito da formulação das perguntas a nortear os trabalhos empíricos. Estas passam, então, a estar atreladas tanto aos objetivos e disputas suscitados pelo prosseguimento de alguns empreendimentos analíticos como nos diálogos e contribuições gradativas com agentes públicos e instituições visando a garantia de acesso a políticas de reconhecimento e reparação por parte das coletividades

em questão. Se considerar uma separação nos moldes de ciência *versus* política institucional soaria algo bastante ingênuo, gostaria de inquirir sobre as formas narráveis em esferas com distintas construções acerca de regimes de verdade e seus registros de legitimação (ANJOS, 2004).

Este panorama, ou estado da arte a respeito da “temática” já posto, apresento a forma com que meu trabalho foi estruturado em relação a esta série de questionamentos e produções e visando dar inteligibilidade à forma com que construí o percurso de pesquisa. Em um primeiro momento, a Parte I, o enfoque está nos protagonismos das lideranças quilombolas e dos grupos negros no manejo, recepção (ou não) e avaliação das políticas de Estado e das redes de interlocuções a elas relacionadas. Na Parte II do trabalho, enfoco a produção da etnografia nas políticas públicas, considerando esferas da vida e empreendimentos que foram a mim apresentados “para além da questão territorial”.

No capítulo 1, abordarei inicialmente uma série de trabalhos acadêmicos de dissertações e teses que tenham por base do trabalho a inserção etnográfica em algum dos grupos auto-reconhecidos situados no RS, para refletir uma multiplicidade de etnografias já elaboradas e o aprendizado contido no movimento de “ir e vir” dentre práticas acadêmicas e mediações com esferas das políticas públicas para, em seguida, expor a forma com que os questionamentos suscitados por tal leitura crítica têm desdobramentos no percurso etnográfico que vivenciei durante a elaboração de meu trabalho. Em seguida, apresento minha experiência empírica em um dia de conversa com pessoas do grupo quilombola em que planejava inicialmente realizar meu projeto de pesquisa atentando para a modalidade situada e singular de protagonismo destes atores no manejo e “filtramento” das mediações já existentes e nas novas relações que chegam à localidade.

No capítulo 2, apresento minha experiência empírica junto a pessoas e parcelas da coletividade que se reconhece hoje enquanto comunidade quilombola do Rincão da Faxina e estabeleço algumas relações dentre tal experiência a nível pessoal, familiar e intracomunitário e também nas mediações com agentes de políticas públicas e parcerias como a da Pastoral Afro de Piratini. Busco desenvolver alguns pontos-chave a respeito de como fui sendo apresentada e também aprendendo acerca dessas intersecções, como foi o interesse inicial de algumas pessoas para falar a respeito de projetos de

desenvolvimento regional, do que acontece em Piratini, das mobilizações comunitárias e das valorações que o reconhecimento etnicorracial vem provocando.

No capítulo 3, busco dar prosseguimento à reflexão enfocando minha experiência junto a uma das parentelas do Rincão da Faxina com a qual desenvolvi grande parte de meu trabalho de campo. Trago situações e fragmentos de gravações de nossas conversas para abarcar as dinâmicas familiares e deslocamentos geracionais empreendidas pela mesma. O destaque à categoria êmica do “viver sempre juntos”, exemplifica o processo de aprendizado indicado por elas e eles a mim, seja na forma dos deslocamentos das gerações dentre as regiões do interior do município e posteriormente para a cidade de Piratini, que passei a acompanhar por meio de visitas aos parentes, às formas de avaliação de empreendimentos e prioridades, sejam estas a respeito de quais os caminhos mais propícios no planejamento das vidas em comum e os tipos de oportunidades de trabalho que mais tecem aproximações com estes caminhos vislumbrados. Em um tópico final, abordo a dimensão dos mundos do trabalho, pretendendo trazer ao debate questões como as nuances e dissociações nas experiências de famílias negras - que remetem ao período pós-abolição da escravatura - e relacionam trabalho livre, assalariamento e o acesso a direitos trabalhistas.

No capítulo 4, apresento um encadeamento de eventos como a minha participação ou os relatos que ouvi acerca de reuniões, conversas informais e ligações telefônicas relativas ao acesso que as famílias da Faxina vêm tendo à política educacional que hoje abarca processos seletivos específicos para quilombolas em universidades federais. Assim, a partir da participação de algumas lideranças da Faxina junto a uma série de debates suscitados ao longo dos processos seletivos específicos no âmbito de duas universidades federais localizadas no Rio Grande do Sul, referentes ao ano letivo de 2016, bem como das avaliações posteriores geradas dentre uma rede de agentes do poder público, lideranças quilombolas, militantes dos movimentos negros e demais atores envolvidos, discorro a respeito dos saberes que estão a compor tais campos de interlocução e argumentação e também das legitimidades em negociação quando são levantadas adequações necessárias aos editais e aos processos seletivos como um todo.

PARTE I:
PROTAGONISMOS EM JOGO

Capítulo 1

“A gente conversa um pouco e manda logo eles embora”

Este capítulo tem por objetivo apresentar a construção de meu percurso de pesquisa realizado, exemplificando e relacionando os movimentos apresentados na construção argumentativa introdutória por meio de uma série de trabalhos de dissertações e teses já produzidas em universidades situadas no estado do Rio Grande do Sul, ou que tenham por base do trabalho a inserção etnográfica em algum dos grupos auto-reconhecidos situados neste estado, para assim refletir esta multiplicidade de etnografias já elaboradas e tecer conexões entre temas e eixos de abordagens possíveis dentre os trabalhos com os quais dialogo a um nível regional.

Esta apresentação inicial não tem por intento uma dinâmica meramente classificatória e tampouco me proponho a esgotar qualquer revisão bibliográfica sobre o assunto, mas sim, elucidar alguns dos pontos principais já problematizados por outros pesquisadores para então também situar meu trabalho em um contexto disciplinar - igualmente criado e performatizado em meu texto – que é fragmentário, parcial, e construído em diálogo com as demais criações recentes.

Na sequência, no aporte de autores como Gayatri Spivak e Axel Honneth, apresento alguns apontamentos críticos a respeito destas dinâmicas destacadas – o aprendizado contido no movimento de “ir e vir” dentre práticas acadêmicas e mediações com esferas das políticas públicas - para em seguida, expor a forma com que os questionamentos suscitados por tal leitura crítica têm desdobramentos no percurso etnográfico que vivenciei.

Num segundo momento do capítulo, apresento minha experiência empírica junto ao grupo quilombola¹¹ em que planejava inicialmente realizar meu projeto de pesquisa. Nos três tópicos destacados para tanto, busco transpor as vozes e avaliações das pessoas

¹¹ Opto por não identificar a comunidade ou o município em que está situada, pois apesar do contato estabelecido, não empreendi uma inserção etnográfica prolongada junto ao grupo. Também, não solicitei uma autorização para me referir ao nome da associação comunitária. Nesse sentido busco descrever uma situação real e algumas das falas das pessoas com quem estive em interlocução, utilizando-me de nomes fictícios para tanto, evitando uma exposição indesejada e não negociada.

com quem estive em interlocução nessa retomada de um diálogo a partir da descrição de um dia de visita em específico, atentando para o aprendizado a respeito do “lidar com” as mediações que traduzem a chegada e acontecimento de políticas públicas nesta localidade.

Nesta tarde de reunião, quando retorno à localidade após mais de um ano já haver modificado meu projeto e realizado o trabalho de campo em outro local, a conversa se dá com três lideranças recentes a frente da associação quilombola. Meu intento ao considerar essa retomada de um contato que já considerava “perdido” está em atentar para a modalidade situada e singular de protagonismo destes atores no manejo e “filtramento” das mediações já existentes e nas novas relações que chegam à localidade.

Nesse sentido, o equacionamento da vida coletiva tem a ver com lidar com a dimensão da conflitualidade em que operam as categorizações raciais assimétricas erigidas no local, bem como com as visibilidades indesejadas que surgem e traduzem o acesso a algumas políticas específicas, quando uma das interlocutoras se refere ao momento em que “chegou o quilombo”.

1.1 Produções situadas e o “ir e vir” como aprendizado

Ao prosseguir na exposição em conexão com a construção argumentativa introdutória, apresento um levantamento localizado regionalmente a respeito da produção de pesquisadoras e pesquisadores que intentaram a “antropologia em movimento” ao longo de suas trajetórias. Em suma, conectar as referências disponíveis – até onde consegui mapeá-las - de trabalhos já elaborados no formato de dissertações e teses que tenham por referência etnografias desenvolvidas junto a comunidades quilombolas situadas no do Rio Grande do Sul.

A opção por esse “recorte” visa somente uma abordagem mais aproximada em termos de elucidar certas dinâmicas intra e intergrupos em suas especificidades geopolíticas como, por exemplo, o mote dos mecanismos de invisibilização das experiências e resistências negras sob o discurso da “colonização europeia” no sul do Brasil. Ainda, atentar para as dinâmicas via núcleos de pesquisa na constituição de equipes para a realização de relatórios e alguns percursos aproximados nas construções

de pesquisa. Grande parte dos trabalhos que localizei são de pesquisadores da UFRGS em momentos diversos de suas formações acadêmicas, havendo alguns trabalhos também da PUC/RS, Unicamp, UFSM e UFPel. Portanto, apresento um breve resumo de cada texto e os nexos que pude tecer dentre alguns.

Em sua dissertação, concluída no ano de 2004 na UFRGS, Mariana Balen Fernandes enfatiza a prática religiosa do maçambique como elemento significativo na elaboração e afirmação identitária para a comunidade quilombola de Morro Alto. Antes da elaboração e concomitante a ela, a pesquisadora congregou a equipe de pesquisa que elaborou o relatório técnico da comunidade quilombola de Morro Alto sob coordenação da Dra. Daisy Barcellos, via Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS.

O processo de etnogênese do Quilombo da Anastácia foi tema da dissertação de Vera Regina Rodrigues da Silva, defendida no ano de 2006 na UFRGS. A análise partiu do processo de auto-reconhecimento do grupo e do envolvimento de distintos agentes sociais na luta dos quilombolas pela regularização e titulação de suas terras. Posteriormente, ofertou seu trabalho de dissertação como uma versão inicial da peça técnica a subsidiar o processo de regularização fundiária da comunidade quilombola de Anastácia.

Abordando as especificidades de um grupo territorializado em meio urbano, Olavo Ramalho Marques, em sua dissertação defendida no ano de 2006 na UFRGS, explora o processo de reconstrução identitária dos quilombolas do Areal da Baronesa sob a perspectiva das transformações urbanas e da memória coletiva do grupo. A realização de seu trabalho também possui nexos com a elaboração do relatório técnico da comunidade quilombola do Areal, produzido também por equipe de pesquisa do NACi, a qual o pesquisador em questão integrava.

A respeito da mesma coletividade urbana, Milena Cassal Pereira atentou para as dinâmicas de cuidados, brigas e brincadeiras dentre dois grupos de crianças e adolescentes. Defendido no ano de 2014 na PUC/RS, além dos jovens do Areal, seu trabalho também contemplou outro agrupamento situado em Porto Alegre.

A dissertação de Marcelo de Moura Mello, defendida pela Unicamp no ano de 2008, investigou o papel atribuído à memória social pelos quilombolas de Cambará na dinâmica identitária em curso internamente à coletividade e nas relações com agentes diversos. Ainda, as dimensões de justiça presentes em tais narrativas. O pesquisador

igualmente integrou a equipe de pesquisa da UFRGS responsável pela elaboração do relatório técnico da comunidade de Cambará, ainda no ano de 2004.

Na produção de Ieda Cristina Alves Ramos, a sua participação enquanto equipe de pesquisa que elaborou o relatório técnico de regularização fundiária da mesma comunidade negra – Cambará – dá subsídio empírico à sua análise acerca do parentesco nas relações entre laudo e território quilombola. Também defendida no âmbito da UFRGS, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), a dissertação é do ano de 2009.

Lúcio Domingues Centeno defendeu, no âmbito da UFRGS no ano de 2009, a dissertação cujo tema versou sobre o espaço de operacionalização da política de regularização dos territórios quilombolas no RS. Sob uma perspectiva etnográfica, buscou reconstituir as redes que sustentam tal política para então indagar a respeito de sua baixa efetividade na operacionalização dos processos demarcatórios. Em seu caso, integrou anteriormente ao período de produção da dissertação a equipe de pesquisa responsável pelo relatório técnico da comunidade de Cambará, também no ano de 2004.

As relações de reciprocidade, seja em suas formas de parentesco ou de amizade no contexto das comunidades quilombolas de Peixoto dos Botinhas e do Cantão das Lombas, ambas localizadas no interior do município de Viamão, são tema da dissertação de Luciana Conceição Lemos da Silveira. O trabalho foi concluído no ano de 2010, também pela UFRGS. Posteriormente, seu estudo foi ofertado como versão inicial da peça técnica para subsídio dos processos demarcatórios das duas comunidades quilombolas em questão.

Já Janaína Campos Lobo abordou o ritual do Ensaio de Promessa do Quicumbi pelos membros da Irmandade do Rosário de Tavares, municipalidade onde estão situadas as comunidades quilombolas de Capororocas e Olhos D'água. Seu trabalho de dissertação também foi defendido no âmbito da UFRGS no ano de 2010.

No trabalho de João Daniel Dorneles Ramos, dissertação defendida no ano de 2011 na UFRGS, o processo de mobilização política da comunidade quilombola de Beco dos Coloidianos visando reconhecimento social e a titulação do território é considerado em suas dimensões históricas e sociais. Somado a isso, o entrecruzamento com aspectos de festividades e da religiosidade afro-brasileira.

Abordando as interrelações entre processos de consolidação territorial e distintas redes sócio-técnicas no âmbito da modernização da agricultura junto a um conjunto de comunidades quilombolas localizadas na região central do RS, a tese de Rosane Aparecida Rubert foi defendida no ano de 2007 na UFRGS. O interessante nesse trabalho são as conexões dentre tais estratégias de consolidação e resistência territorial intragrupos e intergrupos, de uma perspectiva geracional, e a produção de hibridismos nas formas socionaturais. Próximo a esse período, a pesquisadora também participou de projetos como o RS Rural e produziu publicações como a coletânea “Comunidades negras rurais no RS: um levantamento socioantropológico preliminar”, do ano de 2005.

A tese de Ana Paula Comin de Carvalho, defendida no ano de 2008 na UFRGS, abordou as formas de reconhecimento social da diferença negra via políticas públicas junto a dois segmentos: a comunidade quilombola da Família Silva - localizada no município de Porto Alegre – em processo de regularização fundiária de seu território e o Cerro de Porongos - localizado em Pinheiro Machado - em relação a seu processo de reconhecimento patrimonial. Tal análise demandou o acompanhamento destes processos em distintos períodos ao longo dos anos de 2004, 2005 e 2006.

Partindo da premissa de distintas possibilidades em termos de diálogos criativos dentre casos empíricos na realização de trabalhos de campo junto a comunidades quilombolas, operações classificatórias como práticas normativas e as próprias categorias antropológicas, Cristian Jobi Salaini parte da sua experiência como antropólogo em situações de produção de relatórios técnicos para refletir sobre condições de variabilidade dentre vários contextos etnográficos com relação à categorização em torno de “quilombo”. A tese foi defendida no ano de 2012 na UFRGS.

Patrícia dos Santos Pinheiro defendeu, no ano de 2015 pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sua tese a respeito das formas atuais como são acionados processos étnicos e identitários dentre uma série de comunidades negras rurais situadas no município de São Lourenço do Sul. Para além dos conflitos e negociações relativas a cada localidade, incluindo expropriações de seus territórios, descortinam-se também processos reivindicatórios mais amplos por reparação e reconhecimento. A pesquisadora também contribuiu com a equipe de pesquisa da UFPel na elaboração dos relatórios técnicos das comunidades quilombolas de Monjolo, localizada em São Lourenço do Sul, e de Maçambique, localizada em Canguçu.

Ao correr o risco de haver deixado para trás mais alguns trabalhos que somam à composição do interesse aqui abordado então em uma dimensão regional, localizada, aponto alguns aspectos relativos a certas recorrências como, por exemplo, a participação de muitos dos e das pesquisadoras citadas como bolsistas ou integrantes de equipes de pesquisa que empreenderam a elaboração de relatórios técnicos junto às comunidades realizando, em alguns casos, trabalhos de inserção etnográfica concomitantes, bem como similitudes em relação aos olhares para certas dinâmicas – múltiplos e sempre expressos nas singulares diferenças das relações tecidas em cada etnografia, vale salientar – a respeito dos pleitos territoriais e seus processos de etnogênese ou/e mobilização política emergentes nos grupos em mediação com as esferas normativas. As “descobertas” dos objetos de estudo são também respaldadas pela imersão nas vidas comunitárias e na relação com os procedimentos administrativos.

Se para algumas análises estas produções de conhecimento poderiam ser entendidas como de naturezas distintas, uma mais analítica e outra mais “prática”, penso que este duplo movimento de “ir e vir” dentre as reflexões suscitadas ao longo das experiências como componentes de equipes de elaboração de relatórios técnicos, por um lado, e de pesquisador ou pesquisadora lidando com uma série de exigências acadêmicas ao nível de pós-graduação, proporciona uma forma de elaboração de conhecimento – e também reflexão acerca de – enriquecida por tais experiências diversas.

Durante o percurso de minha formação acadêmica, também lidei com esse “ir e vir” dentre minha experiência profissional como servidora pública trabalhando diretamente com a aplicação da política de regularização dos territórios quilombolas no Rio Grande do Sul, e todas as exigências de materialização das vidas comunitárias como forma de construção de registros de legitimação que ela vem requerendo, e nas dinâmicas que foram irrompendo ao longo de minha inserção etnográfica e que transbordaram, sob muitos aspectos, um olhar inicial para os pleitos territoriais.

As lutas das comunidades quilombolas por auto-reconhecimento e pleitos territoriais a eles associados com as quais estive em contato passaram a mobilizar então questões que abarcaram outros desdobramentos acerca de políticas educacionais, mobilizações internas, moralidades em disputa e projetos familiares e comunitários de desenvolvimento e de futuro. Nesse sentido, abordar seus pertencimentos étnicos e

raciais não necessariamente teve a ver com rememorar apenas uma temporalidade pretérita, mas sim traçar conexões com um devir que comporta uma multiplicidade de planos, desejos e negociações.

1.2 Tecendo percursos: a chegada em campo e nas mediações

Em ambas as inserções etnográficas que busquei empreender - uma levada adiante, e a outra descrita neste capítulo como a tentativa de retomada de diálogo em uma tarde de conversa - deparei-me com situações e avaliações por parte das pessoas e parcialidades dos grupos que estive em contato que transbordaram em muito o caminho usualmente traçado pelo viés institucional no reconhecimento de comunidades quilombolas, aonde os processos de etnogênese são elencados no formato de uma série de itens que visam atender às exigências de materialização/comprovação das identidades étnicorraciais¹². Também, os pleitos reparatórios são interpretados, via de regra, como situações pontuais a serem gerenciadas, e não em sua amplitude de elementos simbólicos e disputas em jogo quando abarcamos, como nos fala o filósofo Axel Honneth (2003), “a gramática moral dos conflitos sociais”.

Se em minha experiência profissional como servidora pública trabalhando diretamente com a aplicação da política fundiária eu já conhecia esse movimento de “ir e vir” performado por pesquisadores dentre academia e produção de relatórios técnicos, visando atender às exigências de objetivação das esferas jurídico-administrativas, nos diálogos que busquei construir em campo fui demandada a refletir sobre as relações familiares, intra comunitárias e também com atores e mediações locais que compõem distintas esferas de avaliação e decisão a respeito de interesses e prioridades - suscitados, muitas vezes, no desdobramento dos e não nos processos reparatórios em si - como o acesso a políticas educacionais, mobilização de recursos materiais na construção de projetos com uma maior valoração em termos de possibilidades de autonomia relativa e inventividade por parte dos próprios sujeitos.

Ainda, no caso que descreverei a seguir, a impossibilidade de prosseguir com meu intento de pesquisa traduziu, a meu ver, a atenção necessária às formas singulares

¹². Apesar da Certidão de Reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombos ser expedida pela Fundação Cultural Palmares, refiro-me sobretudo, à Instrução Normativa INCRA N°57/2009, pelo fato da política fundiária ser considerada “carro-chefe” dentre as políticas públicas direcionadas a comunidade quilombolas.

de manejar interlocuções e relações por parte de lideranças quilombolas em locais em que já houve uma grande procura ou sobreposição de propostas, nem sempre adequadas às demandas e expectativas dos grupos.

A aposta numa maior escuta e no aprendizado a respeito destas esferas de avaliação e decisão acerca de projetos e políticas que interessem aos grupos me parece relevante na medida em que possibilita certa desestabilização do entendimento acerca do que está em jogo na auto-afirmação coletiva por novas narrativas sendo postas e sobrepostas em relação com o já narrado. Se há projetos e normatizações pela forma-Estado, o olhar para a fluidez de outras dinâmicas também aponta projetos de vida, afetos e formas de negociação sendo gestadas. Em consonância às reflexões de Gayatri Spivak (2010), aposto no desafio de considerar as vozes-testemunho de quem muitas vezes não é ouvido ou considerado em suas formas próprias de resistência e protagonismo político.

Muitas vezes, a própria ideia de um pertencimento étnico que é conformado enquanto um modelo de “resistência negra”, como uma forma de fazer e viver a política estabelecida *a priori* acaba, por fim, reverberando num sentido contrário, de não reconhecimento das diferenças dentre uma amplitude de experiências sociais racializadas.

Na expectativa de situar-me de forma mais autônoma em relação às normatizações estatais e focar o olhar nas estratégias de como lidam os grupos com agentes, instituições e iniciativas em suas buscas por reconhecimento social e reparação histórica, penso que há uma ampla gama de possibilidades de inscrição das experiências subalternas na busca por, como afirma Denise Jardim (2013) a respeito das políticas de ações afirmativas e das disputas em torno de noções como minorias e direitos humanos, uma “ampliação das noções de dignidade humana presentes nos *novos desenhos constitucionais dos Estados pós-coloniais*”. Ao acompanharmos tais enfrentamentos e estratégias destes segmentos da sociedade brasileira relegados a uma condição de desvantagem histórica, vêm à tona mecanismos de invisibilização e não reconhecimento das diferenças. Ainda, de acordo com a autora:

É nesse contexto que a experiência brasileira e sul-americana descola-se de noções de minorias ossificadas nos anos 1930 ou

embasadas no debate sobre o potencial “integrador” de ações de Estado perante grupos minoritários.

O conceito de minoria não se atém a uma definição *a priori* de segmentos rígidos, parcelas de uma população, mas se mantém como uma chave de leitura para as relações entre grupos dominantes e periféricos, para analisar as desvantagens sociais que estruturam as relações entre grupos em face ao reconhecimento do Estado. Mesmo em sua vertente liberal, a conceituação falha quando se pretende demasiadamente esquemática e rígida ao nomear “unidades sociais” e não se adequa completamente às experiências de estados pós-coloniais que tiveram de criar novas formas de representação política ou mesmo um ordenamento jurídico que contemplasse uma abertura para a pluralidade das formas de expressão de identidades coletivas. (2013, p. 32).

Nesse sentido, busquei traçar ao longo desta parte do capítulo um percurso para compor uma abordagem a respeito da “temática quilombola”, iniciado num momento introdutório do texto, e a produção de etnografias que apresentem experiências sociais e narrativas a esse respeito.

Na composição de uma multiplicidade de elementos considerados, desde as disputas normativas e conceituais nos engajamentos e contribuições especialistas de antropólogos aos procedimentos e aplicação de políticas públicas, à elucidação de um “ir e vir” destacado nas produções de pesquisadores que mobilizaram distintas formas de textualidades, registros e inscrição das experiências sociais e das vidas comunitárias em seus trabalhos.

Tecer tais experiências e textualidades foi um dos exercícios-aprendizados possíveis, acredito eu, para visualizar minha própria experiência e percurso de produção de conhecimento direcionando atenção não somente a pleitos reparatórios mas a trajetórias de pessoas, suas famílias, vivências e distintos protagonismos sendo gestados nas situações que vivenciei ao longo de meus empreendimentos etnográficos.

1.3 Sobre morenos, brasileiros e colonos

Quando estávamos a caminho da comunidade, já na zona rural e em uma estrada de chão, minha colega que estava sentada no banco de trás do carro foi quem desceu para pedir informações por duas ou três vezes sobre qual a direção a seguir para chegar até lá.

Em todas estas conversas, a maneira de outras pessoas referirem à comunidade era sempre falando dos “morenos”, e não dos negros ou quilombolas, como parecia mais apropriado, na opinião dessa colega. No carro, ela comentou com curiosidade a respeito desse fato, pois não conseguia entender o porquê do uso desse termo e não de outros.

-Mas como assim, morenos? Eles não são negros?

Tentei falar um pouco sobre as particularidades da composição étnica de algumas regiões do Rio Grande do Sul, pois como ela é de fora do estado, ficou confusa em relação ao que poderia significar classificar algumas regiões como “de campanha” ou “de colônia”, e algumas das implicações dessas distinções em termos de marcadores étnicos e a existência de gradações ou não.

(Registro em diário de campo)

Recompondo o próprio trajeto ao longo da estrada para a visita que realizei até a localidade já no início do ano de 2016, um primeiro aspecto surge neste fragmento do diário de campo em meio a uma série de questões a serem consideradas sobre a situação que descreverei: os termos étnicos usados para denominações a respeito de pertencimentos étnicos no local e as opiniões dos quilombolas sobre o que mudou nos últimos anos a respeito disso.

Assim como Max Gluckman no já clássico “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”, em que o autor analisa “uma série de eventos conforme foram registrados por mim num único dia” (1987, p. 229), minha abordagem ao diálogo que empreendi com as lideranças atuais nesta comunidade também abarca minha visita ao local e um “quebra-cabeça” a ser desvendado através dos assuntos que foram sendo trazidos à conversa neste único dia. De qualquer forma, também busco explicitar os elementos que eu já tinha conhecimento anteriormente, no “ir e vir” com minha

experiência profissional, e que em um primeiro momento motivavam meu interesse em realizar pesquisa de campo nesse lugar.

Enquanto tomávamos chimarrão com duas das três lideranças quilombolas que nos receberam naquele dia, um pouco mais tarde a esse momento referido da estrada, comentamos com dona Jurema¹³ e dona Carla¹⁴ o fato de minha amiga ter achado o termo êmico “morenos” curioso, pois ela vem de fora do Rio Grande do Sul e disse achar impressionante essas diferenças regionais expressivas em relação a categorizações raciais dentro de um mesmo estado.

A filhinha de dona Carla, que também estava presente e deve ter em torno de 7 ou 8 anos de idade, comentou com a mãe que não entendeu o que nós queríamos dizer com isso. Então, a mãe disse para que ela pensasse nos coleguinhas da escola:

-Alguns são morenos também, como tu, mas acho que não tem muitos na tua turma. Daí tem os brasileiros, como chamam os outros brancos que não são colonos, e os colonos. A maioria é colono. Ela tem aula de alemão na escola.

Depois dessa explicação a menina responde:

-Aaah tá, entendi.

Dona Jurema disse que agora as coisas estão diferentes, pois com a “certidão”, ou seja, com o reconhecimento formal do Estado via Fundação Cultural Palmares, as coisas já não são “como eram antigamente”. Segundo ela, agora se têm mais cuidado com qualquer palavra “mal dita” ou “mal entendida”. Mesmo não sendo tão clara ao explicitar a quem ou a quem estava se referindo com essa frase, pareceu-me compreensível que a interlocutora fazia referência aos usos desses termos para categorizações raciais e suas gradações situacionais. Consultando a literatura pertinente ao assunto, em específico alguns trabalhos etnográficos empreendidos junto a comunidades quilombolas situadas em regiões do Rio Grande do Sul em que as municipalidades são inscritas numa discursividade hegemônica que as produz enquanto de “colonização predominantemente europeia”, pude encontrar similitudes dentre as experiências dos grupos negros apresentadas nestas pesquisas e a maneira com que as duas lideranças aludiram a estas gradações .

¹³ Nome fictício para uma das lideranças que estava presente neste dia.

¹⁴ Nome fictício para a outra liderança presente.

Algumas destas pesquisas (BARCELLOS et al, 2004; PINHEIRO, 2015) já apontaram para o fato de que as práticas e discursos a respeito de categorizações étnicorraciais em localidades marcadas pela experiência colonial deslindam em uma conjunção de experiências sociais relativas ao rural, abarcando as memórias daqueles que partilharam dos mundos da escravidão e às assimetrias acerca de raça e cor que seguem a operar no período pós-abolição numa conjunção de dinâmicas em movimento, como estratégias de acesso a terra e discursos hegemônicos acerca da imigração.

Nesse sentido, há gradações que são explicitadas no critério associado a “cor” expresso nos usos de certos marcadores raciais, como a referência aos brancos que não são colonos, ou “brasileiros”. Estas gradações falam sim de fronteiras de pertencimento relacionadas à cor da pele, mas nem sempre tão duais na demarcação dentre “nós” e “eles”. Às vezes, performam valorações em termos de alianças mais ou menos preferenciais e apontam, na atualidade, uma redobrada vigilância em seu emprego, assim como a temporalidades específicas em que as relações contrastivas de “nós e eles” são rearranjadas por meio da conjunção de novos processos migratórios, como a chegada dos “colonos” italianos, alemães e pomeranos a diversas regiões do Rio Grande do Sul. Quando perguntei sobre a possibilidade de arrendar terras dos vizinhos para poder plantar, dona Jurema foi enfática em uma destas distinções:

-Ah não, os colonos não arrendam pra ninguém.

Os usos de termos como “morenos” não traduzem necessariamente uma diluição dessas fronteiras mas, talvez, maneiras distintas de reportar-se e valorar a negritude que remetem a um tempo passado, “no tempo dos escravos”, e outra referência que fala do tempo presente. Como no relatório técnico elaborado por equipe de pesquisa da UFRGS sob coordenação de Daisy Barcellos, a categoria êmica “morenos” também está presente na experiência das famílias quilombolas do Morro Alto:

Embora a cor da pele associada a essa classificação seja a negra, a categoria êmica “os morenos” parece indicar uma designação menos pejorativa, sugerindo a existência de uma etiqueta nas relações sociais compatíveis com o

que Thales de Azevedo aborda ao tratar da ascensão social de negros na Bahia. É também, uma possível estratégia de adoção de uma lógica de respeito que minimiza, ao mesmo tempo em que acolhe, a designação pejorativa do termo “negro”. (BARCELLOS et al, 2004, p. 232).

Quando uma das interlocutoras comenta sobre agora as coisas estarem diferentes, parece também apontar para essa dualidade nos usos locais de termos como “morenos”, em que não há nenhuma vinculação com ideias de mestiçagem ou diluição dos marcadores étnicos, mas sim, a possibilidade de um outro olhar a respeito dessa experiência racializada, expressa também como categoria pertinente para apontar singularidades no acesso a políticas de Estado e a possibilidade de um lugar de fala e de reconhecimento de sua condição de sujeitos de direito. Ou seja, ela é racializada perante a atualização de inúmeros outros contrastes vividos localmente e não seria uma maneira de somente “tornar inaudível” algo a respeito de “cor”.

1.4“Depois que o quilombo chegou...” - a dimensão das visibilidades indesejadas

Para conseguir finalmente retornar à comunidade neste dia relatado, tive de retomar o contato que havia feito com dona Jurema no ano anterior, quando ainda planejava realizar meu trabalho de campo junto à comunidade. Naquele momento, meu interesse de pesquisa estava relacionado aos relatos que ouvi há cerca de dois ou mais anos atrás (acredito que ainda em 2013) em uma reunião que participei referente ao trabalho como servidora pública, a respeito de práticas de adoção informal de crianças negras por famílias brancas. Em seus termos, famílias de “colonos”. Achei instigante o fato de ouvir de um destes “filhos de criação”, uma pessoa negra que viveu por cerca de 20 anos com uma família de “colonos” que “aquilo era só pra trabalhar, depois eu voltava pra casa”.

Em minha opinião, levar esse interesse de pesquisa adiante parecia interessante pelo fato de eu relacionar essas práticas de adoção informais com regimes assimétricos nas parcerias de trabalho dentre negros e “colonos”, estratégias de acesso a terra pelas

famílias negras que remontam ao período pós-abolição e os tensionamentos envolvendo família e pertencimentos identitários podendo reverberar no tempo presente. Não havendo possibilidade de prosseguir nesta abordagem, aponto apenas os possíveis questionamentos que essa temática de pesquisa poderia suscitar, como os “riscos” nas **negociações sobre o destino do adotado nas distintas parentelas e os diferentes entendimentos** do que poderia traduzir ser “filho de criação”¹⁵.

Agora, após ouvir o comentário de dona Jurema de que *os colonos não arrendam pra ninguém*, também parece mais nítido esse momento singular em que *as coisas estão diferentes*, após a garantia de um reconhecimento do Estado via Certidão da Fundação Cultural Palmares. Tais diferenças exigem a mobilização de novas formas de relacionamento direto, no sentido de um afastamento em relação às experiências altamente invisibilizadoras das alteridades negras, como nos casos dos “filhos de criação” que eram “só para trabalhar” e de parcerias de trabalho que se em algum momento foram o arranjo viável, hoje não parecem mais o tipo de aliança ou relação com a diferença pretendida.

No ano anterior, cheguei a acompanhar uma atividade local referente à semana da consciência negra, mas no momento em que planejava iniciar a inserção na comunidade, uma série de outras interlocuções estava em jogo, como divergências internas a respeito do “manejo” no prosseguimento de algumas políticas públicas e os equacionamentos necessários da vida coletiva. Também, a dificuldade no acesso por conta das estradas de chão alagadas em épocas de chuva e a localização de quase 50km de distância da área urbana do município.

Por conversas indiretas com colegas de trabalho e colegas pesquisadoras que já conheciam um pouco mais do contexto local, minha percepção era a de que uma nova pessoa buscando inserção, naquele momento, poderia ocasionar mal entendidos que se somariam às questões internas que no momento fracionavam opiniões. Nas vezes em que conversei ao telefone com dona Carla, recordo pelo tom de sua voz parecer estranho o fato de uma mulher viajar sozinha, mas mais do que isso, uma pessoa “estranha”, como eu, e vinda da capital pedir para passar uns dias em sua casa e conhecer a comunidade assim, “sem mais nem menos”. Adiante retorno a esse ponto quando

¹⁵ A respeito desse debate, refiro especialmente a Fonseca (1995). A autora nos mostrar que *o sistema de adoção* está permeado por expectativas diferenciais entre as famílias por onde circulam crianças e que mesmo a circulação informal, como prática social, contempla divergências potenciais sobre o desejo de exclusividade sobre o adotado.

descrevo o relato que ouvi sobre as desconfianças com pessoas que chegam “do nada” até o local.

Quando retomei o contato via telefone com dona Jurema, já para a combinação deste dia de visita após quase um ano de haver modificado meu projeto de pesquisa e partido para um novo empreendimento etnográfico, ela disse recordar vagamente de minha presença naquele evento da semana da consciência negra e das minhas ligações no ano anterior. Dona Jurema não falou sua idade exata. Imaginei estar na média de 50 a 60 anos de idade, mas também recordei de comentários que já ouvi sobre nas áreas rurais a idade “enganar” mais do que na cidade, considerando a exposição às condições de trabalho na lavoura como exposição maior ao sol e a força física utilizada. Pelo modo como referiu aos parentes, aos irmãos e primos, parece ser não só uma das pessoas mais velhas de seu núcleo familiar como também congregar uma série de relações não só na comunidade, como nas parentelas que hoje compõem outras comunidades quilombolas em localidades próximas. Dentre diversas tentativas mal sucedidas por conta de semanas de chuva e agendas incompatíveis, finalmente conseguimos acertar uma data e horário.

Ao longo da conversa, e enquanto tomávamos chimarrão, outra questão tão interessante quanto os termos utilizados para categorizações raciais veio à tona: justamente o receio que permeou esse contato anterior feito pelo telefone de alguém que viria da capital com interesse em uma pesquisa, pois segundo dona Jurema:

-Depois que “o quilombo chegou”, é muita gente que nos procura. Olha, tu não me leva a mal, mas é tanta gente de não conseguir dar conta. Todo final de semana tem alguma coisa.

Para justificar esse receio relacionado à “chegada do quilombo”, ou seja, de maior procura por parte de agentes do estado, instituições e propostas de projetos, dona Jurema também contou-nos a respeito de uma história que parece marcante para a avaliação do grupo sobre os cuidados necessários com pessoas vindas de fora interessadas em “falar sobre os quilombos” ou questioná-los sobre interesses da associação.

Segundo ela, há uns anos atrás uma moça vinda de Porto Alegre chegou até a comunidade dizendo ter um projeto para eles, o qual necessitava de uma assinatura urgente para ser levado adiante. Mas, na verdade, uma conhecida do grupo que na época trabalhava em um órgão de apoio à agricultura familiar na região havia ligado para alguém da comunidade antes da chegada dessa moça e avisado que na verdade ela estava interessada em tirar as terras dos quilombolas por meio da assinatura destes papéis. Tendo sido avisados a tempo, quando a moça chegou até lá eles já sabiam que se tratava de um golpe e trataram de “despachá-la” o quanto antes possível.

Nas expressões faciais e no tom de voz de dona Jurema pude perceber o quanto a narração desse evento a mobilizava. Talvez, por não se tratar apenas da lembrança desse único evento passado, mas sim pela capacidade dessa narração despertar a memória de uma gama de situações por eles vividas com outras pessoas que já tentaram, como refere dona Jurema, *enganar os nego e tirar o que sobrou das nossas terras*.

Assim ela também fala sobre o receio com relação às minhas tentativas anteriores de vinda à comunidade, pois esse receio soa como um aprendizado para aqueles que vêm assumindo a frente da vida comunitária e o “filtramento” dos contatos que chegam até a localidade com os mais variados interesses. Dona Jurema conclui:

-Porque tu imagina, chega alguém aqui com essa lábia como tu... não que eu queria dizer que tu vai fazer isso, tu me entende, né? Mas chega alguém aqui com essa lábia toda, falando bonito e acaba nos convencendo a assinar um papel que a gente nem sabe pra quê que serve. É perigoso.

Esse receio também ficou evidente quando tentei abordá-los a respeito de outro assunto polêmico: a chegada da política de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Ao longo do tempo de experiência profissional no INCRA, já havia escutado alguns comentários a respeito dos tensionamentos gerados naquela região em função do temor de algumas autoridades municipais e de proprietários de terras na região com a chegada da política fundiária às comunidades quilombolas ali localizadas. Também imaginava que algumas das mudanças internas pelo quais passou o grupo, e que ocasionou o afastamento de algumas pessoas da associação, também tivessem conexão com essa mesma questão pois a forma de conduzir essa relação com vizinhos

proprietários e alguns agentes do poder público após o clima de tensionamento gerado por atores externos, por certo, demandaria uma escolha por um modo de equacionar a vida coletiva.

Como já sabia da mudança de lideranças a frente da associação, meu intento era questioná-los a respeito desse assunto e assim tentar compreender a saída vislumbrada por eles, ou seja, qual a nova forma de protagonismo que estava sendo no manejo e recepção (ou não) das políticas públicas e também quais mediadores que chegam até eles. Nas referências de dona Jurema, o que me pareceu destacado foram as visibilidades (que podem ser) indesejadas agenciadas junto às redes de mediações das políticas quilombolas. Como se “depois que o quilombo chegou” houvessem muitos olhares voltados a questões antes não tão evidentes, o que gera incômodos não só nas relações internas, mas também porque evidencia estruturas de poder e hierarquias nas relações com “os de fora” antes não tão visíveis.

Neste momento da conversa, seu Carlos¹⁶ já estava presente e respondeu de modo bastante prudente que se eu já estava trabalhando com uma outra comunidade em minha pesquisa, e já conhecia outros quilombos, eu deveria saber que *“certos assuntos não são falados assim, em um primeiro momento. Assim como algumas lutas não são encerradas, mas talvez só retomadas mais adiante.”*

Apesar de em um primeiro momento eu ter considerado essa resposta como uma evasiva, um deliberado silenciamento sobre o assunto, compreendo hoje suas respostas e ponderações como um exercício mais profícuo de uma reflexão das falas destas pessoas e suas avaliações. Remetendo à autora indiana Gayatri Chakravorty Spivak e seu texto “Pode o subalterno falar?” (2014), penso no rendimento dos questionamentos trazidos pelos quilombolas nesse primeiro momento. A partir das críticas pós-coloniais acerca das metanarrativas inscritas por intelectuais da “história da periferia” sobre os modos “corretos” de resistência dos sujeitos subalternos, entendo que esse diálogo inicialmente tenso já revelara que a relativa incapacidade de minha parte em negociar uma entrada em campo, era também uma explicitação de seus pontos de vista e experiências vividas em tempo pretérito, bem como de avaliações futuras.

Como apresento introdutoriamente em minha abordagem à emergência da temática quilombola, muitos pesquisadores puderam acompanhar processos de

¹⁶ Nome fictício para a terceira liderança presente na conversa.

etnogênese das coletividades negras em que os conflitos envolvendo disputas por terras e a demanda por regularização de seus territórios tradicionais agenciou uma série de mediações com esferas do poder público e, com isso, também ONGs e pesquisadores conclamados a contribuir com estes pleitos. Nesse sentido, buscar trazer as vozes de cada pessoa e relatar as situações distintas com as quais me deparei, seja no caso dessa tentativa de pesquisa que não foi adiante, seja na etnografia que abordarei nos capítulos seguintes, possibilitam uma reflexão sobre as singulares maneiras encontradas por cada liderança quilombola e cada grupo no manejo de uma série de relações e escolhas em jogo. Ademais, não há como considerar “suas” avaliações sem que estejam permeadas pelas avaliações a respeito das experiências já percorridas.

1.5 “A gente conversa um pouco e manda logo eles embora”

Seu Carlos, a terceira pessoa com quem estive em contato primeiro pelo telefone e depois no dia da visita, também têm assumido a posição de liderança a frente da vida comunitária. Comentou, durante a conversa, sobre o fato de já ter saído para morar fora e retornado ao interior, pois apesar de haver alguns percalços como a necessidade de muitos saírem para trabalhar por alguns períodos por empreitadas, a vida na cidade lhe parece mais difícil. Afinal, no interior existe não só o sossego, mas a possibilidade de plantar e colher seus próprios alimentos.

Após esse comentário dona Carla prossegue:

Porque triste é essa pobreza da cidade, tu vê, né. No interior a gente tem uma vida, planta, sempre tem o que comer. É diferente.

Desta perspectiva, parece haver uma maior abertura na fala a respeito de parcerias já estabelecidas com instituições e projetos que congregam possibilidades a respeito do trabalho desenvolvido no leque da agricultura familiar. Uma dessas iniciativas avaliadas como profícuas é a venda de alimentos para o fornecimento da merenda escolar ao município, pois congrega uma rede de atores já conhecidos a nível local e uma viabilidade para a comercialização e escoamento dos alimentos. Apesar de referirem-se à terra como pouca para plantar, fizeram questão de mostrar o feijão novo, batata doce, milho, etc.

Depois de haver comentado sobre o andamento do trabalho de pesquisa em outra comunidade, no Rincão da Faxina, seu Carlos devolveu a mim a pergunta que vinha colocando a eles sobre os rumos a seguir como associação quilombola. Deste modo, questionou-me sobre o que eu acreditava como um bom rumo, ou a melhor solução para as comunidades quilombolas.

Pensando, e tentando articular os momentos variados do diálogo para responder a seu questionamento, disse a ele que eu acreditava importante entender, primeiro, as realidades de cada comunidade e quais as demandas levantadas pelas lideranças, ao invés de simplesmente buscar por um modelo de aplicação “homogêneo” das políticas públicas, já que em cada localidade há uma série de dinâmicas e conformações que nem sempre são tão visíveis a quem chega com uma nova proposta.

Nesse momento Dona Jurema mais uma vez falou dessa desconfiança com quem chega com grandes propostas, referindo novamente ao caso da mulher que viria de Porto Alegre para conseguir as assinaturas deles e roubar suas terras. Esse tom de desconfiança, em meu ponto de vista, reflete um acúmulo de experiências sobre uma maneira de lidar com “o que chega junto” com as oportunidades, ou seja, as investidas, curiosidades e em muitos casos equivocções de quem chega junto com os projetos a ocorrer no local.

Por fim, congrego a reflexão a respeito do movimento empreendido por muitos colegas pesquisadores e pesquisadoras ao longo de suas formações acadêmicas no formato de contribuições às arenas de reconhecimento social, em que o saber especialista é conclamado a contribuir nos processos jurídico-administrativos de identificação das identidades quilombolas. Desta forma, vejo minha própria trajetória acadêmica e profissional como um aprendizado a ser considerado - na esfera da aplicação de políticas públicas e no contato “na ponta” com muitas comunidades e situações bastante singulares em cada localidade - e explicitado como parte significativa da construção e do desenrolar de meu problema de pesquisa.

A partir da descrição de meu retorno a essa localidade em um dia de conversa com as lideranças atuais, caem por terra as idealizações anteriores sobre um empreendimento etnográfico junto ao grupo para abordar dinâmicas familiares e casos de adoções informais de “morenos” por famílias de “colonos”, que não ocorreu, assim como caem por terra qualquer idealização a respeito de uma forma “padrão” destas

lideranças quilombolas manejarem e recepcionarem a chegada de variadas esferas do poder público por meio de interlocutores das políticas, assim como de projetos e pesquisas acadêmicas. Esta modalidade situada e singular de protagonismo política destes atores no manejo e “filtramento” das mediações já existentes e nas novas relações que chegam à localidade é referida especificamente a esse momento e a esse lugar, mas de qualquer forma, traduz sim uma experiência acumulada em falas como a de dona Jurema, quando diz que se chega muita gente com conversa fiada,

-A gente conversa um pouco e manda logo eles embora.

Ao congregar essa experiência empírica ao corpo do texto, e não somente como uma consideração introdutória sobre a parte que “deu errado” na ideia de um campo inicial, busquei explicitar as reflexões destas três lideranças quilombolas em relação a um momento da organização comunitária e postura nas relações “para fora” que acredito bastante distintas da que será exposta nos capítulos seguintes. Desta forma, abordar duas maneiras bastante distintas de protagonismo política das lideranças com quem estive em contato, permitem uma reflexão também sobre o fazer etnográfico atual junto à comunidades quilombolas.

No capítulo seguinte, contrastarei a esta experiência de um campo que não pôde ser continuado – acredito que a reflexão incida não só sobre a “dificuldade de entrada”, mas por uma avaliação dos quilombolas dessa comunidade sobre como manter suas forças concentradas em gerir suas relações já estabelecidas “para fora”, ou retomar algumas lutas em momentos posteriores – para passar a um outro modo de receptividade na interlocução com atores sociais variados relacionados ao acesso a políticas públicas em outra localidade.

Capítulo 2

Rincão da Faxina e a visibilidade das experiências negras na campanha gaúcha

Este capítulo tem por objetivo apresentar minha experiência empírica junto a pessoas e parcelas da coletividade que se reconhece hoje enquanto comunidade quilombola do Rincão da Faxina e estabelecer relações dentre tal experiência - a nível pessoal, familiar e intracomunitário e também nas mediações com agentes de políticas públicas e parcerias como a da Pastoral Afro de Piratini – com alguns debates teóricos a respeito de reconhecimento social da diferença, de dinâmicas geracionais e negociações sobre legitimidade ou tradicionalidade em seus pertencimentos étnicorraciais.

Quando recebi a sugestão por parte de uma amiga e pesquisadora experiente para realizar uma primeira visita até o Rincão da Faxina, ela me disse que esta poderia ser uma configuração interessante para a minha reflexão já que, dentre outras razões, o grupo vivia um momento de abertura e interesse por novos projetos e parcerias. Contando com a motivação da emergência recente de novas lideranças e já organizados coletivamente na forma de associação quilombola, o “pessoal da Faxina” certamente recepcionaria bem um novo contato voltado à realização de um trabalho acadêmico e, conseqüentemente, a minha presença em algumas de suas casas convivendo com diversas de suas relações familiares. E assim ocorreu ao longo dos meses seguintes.

Ao recuperar essa primeira avaliação externa atribuída ao atual momento de abertura e consolidação de uma organização coletiva por parte de meus interlocutores, teço um “ponto de partida” na argumentação que desenvolverei a seguir.

A respeito das relações pessoais e familiares, abordarei alguns dos aspectos que permearam boa parte de minha convivência e aprendizado como, por exemplo, os deslocamentos geracionais de grande parte das famílias com as quais estive em contato pela região de Piratini e também dentre interior (distritos rurais) e cidade, a religiosidade como um fator de mobilização da vida e as formas de mobilização na construção da sede da associação e das demais atividades correlatas em termos tanto de materialidades como de valores agenciados em prol dessa mobilização coletiva. Com

base na elucidação dessa gama de relações e valorações, abordo algumas de suas demandas atuais referentes a projetos e políticas bem como seus protagonismos que performam o acontecimento e priorização de algumas das políticas públicas voltadas à “população quilombola”.

Meu eixo de reflexão é uma abordagem que tem por intento privilegiar as diversas formas de recepção e manejo de políticas de Estado em suas vidas, por exemplo, por meio das situações em que pude acompanhar os diálogos dentre lideranças, agentes do poder público e assistência social. Acompanhando algumas reuniões, escutando os comentários, atenta a boatos e avaliações pessoais ao longo da inserção em campo, busquei compreender como minhas interlocutoras e interlocutores não apenas mobilizavam uma série de esforços para atendimentos de prazos, papéis e critérios, como também questionavam e respondiam a essas instâncias e exigências falando sobre a “realidade” das vidas que eles levam e do que é singular ao local em que eles vivem. Essa dimensão da localidade tornou-se significativa no sentido de reconhecer suas demandas ancoradas em critérios e valores que fazem sentido e acontecem ali, nas esferas da vida em que se constroem como pessoas. Tais elementos acentuam a perspectiva de seus protagonismos e suas avaliações pontuais.

Busco desenvolver alguns pontos-chave a respeito de como fui sendo apresentada e também aprendendo acerca dessas intersecções, como foi o interesse inicial de algumas pessoas para falar a respeito de projetos de desenvolvimento regional, do que acontece em Piratini, das mobilizações comunitárias e das valorações que o reconhecimento enquanto quilombolas provoca. Nesse sentido, mesmo não havendo uma distância (em quilômetros) tão grande de Piratini e do Rincão da Faxina em relação à municipalidade e à comunidade considerada no capítulo anterior, a qual também pode ser situada na região sul do RS, considero o contraste de um contexto em que o rural é referido ao trabalho e à vida na campanha, e aquela em que as referências eram sobre viver e ser “moreno” “na colônia”.

2.1 O desenvolvimento que “deu errado” em Piratini

Na minha primeira noite na cidade de Piratini, local onde realizei considerável parte de minha inserção etnográfica junto a parcelas da coletividade que hoje compõe a comunidade do Rincão da Faxina, tive a oportunidade de participar de um dos “pastelaços” organizados pela recém-eleita diretoria da associação quilombola. Esta é uma das formas criativas encontradas para mobilizar recursos financeiros em prol das obras que vêm ocorrendo na sede da associação (localizada em área rural do 5º distrito do município) empreendidas pela própria coletividade com investimentos solidários.

Reunidos na casa do casal Eliane e Édson, o pequeno grupo daquela noite dividiu-se entre cozinheiras habilidosas para a confecção dos pasteis a serem vendidos, motoristas para as entregas e os responsáveis por contatos e valores das encomendas.

Revedo minhas anotações de campo dessa primeira viagem, ocorrida ao final do mês de julho e início de agosto de 2015, busco trazer à textualidade um pouco do tom de nossas primeiras conversas e a maneira com que foram ocorrendo algumas conexões - em meio à ansiedade de meus primeiros diálogos quanto à realização da pesquisa - para que chegássemos ao interesse no assunto:

Assim que desci do ônibus vindo de Pelotas um pouco sonolenta em função da viagem, procurei pela Maria Emília, atual presidente da associação e quem viria a ser uma de minhas principais relações em campo, tornando-se a pessoa de referência para eu tratar sobre os mais diversos assuntos, sempre de maneira aberta e gentil. Emília e o seu Cremi, seu esposo, gentilmente aceitaram receber-me em sua casa naquele final de semana, assim como o fizeram ao longo de todo o tempo que passei hospedada na cidade.

Nesta primeira noite, após a participação na atividade¹⁷, chegamos à casa do casal e pudemos ter um primeiro diálogo a respeito do meu interesse de pesquisa. Eu e Emília já havíamos jantado na casa de Eliane e Edson durante as atividades do “pastelaço”, por isso apenas tomamos um chá enquanto contávamos sobre o número de pasteis vendidos e o valor total da arrecadação para seu Cremi e dona Eloá, mãe de Emília e residente no 2º distrito, localização rural um pouco mais distante da área

¹⁷ Voltarei a relatá-la ao longo da exposição.

urbana do município. Explicaram-me que dona Eloá estava passando algumas semanas na casa da filha e do genro por conta dos cuidados necessários após uma intervenção cirúrgica para o tratamento de varizes.

Como havia sido apresentada indiretamente por uma amiga e pesquisadora já conhecida do casal por desenvolver outros projetos junto à Pastoral Afro e às comunidades quilombolas de Piratini¹⁸, e com a qual tive contato anterior durante a elaboração do relatório técnico da comunidade de Fazenda Cachoeira, aguardava a oportunidade de uma primeira “explicação direta” sobre o meu interesse em ir até lá e o tipo de trabalho de pesquisa que buscava realizar, caso concordassem. Por um cuidado ético, a meu ver, queria falar a respeito de minha condição de estudante mas também servidora de um órgão público que trabalha com uma política pública voltada às comunidades quilombolas, o INCRA.

Mesmo buscando “separar as coisas” dentre minha experiência profissional anterior e a atividade presente de pesquisadora-estudante, na medida do possível, quis falar abertamente sobre o assunto para assim poder ouvir a avaliação inicial deles a respeito do que esperavam ou compreendiam por uma pesquisa acadêmica e quais os tipos de experiências próximas a essa eles já conheciam. Também, sobre um pouco da pessoa que eu sou, o que pressupõe não ser possível separar completamente minha atividade como estudante de pós-graduação das atividades relativas ao cargo de trabalho que ocupo.

Assim, ao longo da conversa falei tanto sobre o mestrado, as ideias iniciais para o trabalho de campo, minha mudança para Porto Alegre em função do trabalho e a experiência com a política fundiária, incluindo aí as demandas e diálogos distintos que pude conhecer na relação com uma série de comunidades quilombolas situadas em distintas regiões do estado.

¹⁸ Atualmente, há cinco comunidades negras localizadas na municipalidade de Piratini que se auto-reconhecem (de acordo com critérios estabelecidos por esferas do Estado) enquanto Comunidades remanescentes de quilombos, segundo dados da Fundação Cultural Palmares. São eles: Rincão da Faxina, Fazenda Cachoeira, Rincão do Couro, São Manoel e Rincão do Quilombo.

Talvez ansiedade demais para um diálogo só, reflito agora revendo o diário, que essa situação inicial oportunizou na verdade, foi inserir naquele momento a abertura para tratar do que seria um tema recorrente com muitas das pessoas que conheci em campo: as políticas de desenvolvimento que “não deram certo” na municipalidade.

Em específico, refiro-me às diversas avaliações a respeito da criação de áreas de assentamento da reforma agrária em Piratini, política pública federal também a cargo do INCRA. Pela conexão com minha experiência profissional, passei a conversar com diversas pessoas e, em diversas vezes, sobre política agrária, assentamentos, disputas por terra, fomentos e demais questões relacionadas ao desenvolvimento rural regional.

Neste momento em que me situava na região através de informações gerais, deparei-me com informações sobre a cidade ser conhecida usualmente como “primeira capital farroupilha”. Piratini está situada ao sul do estado, localizada dentre os municípios de Canguçu e Pinheiro Machado e próxima a Pelotas. Segundo dados do IBGE do ano de 2015¹⁹, conta com uma população total estimada de 20.712 habitantes, sendo a população total autodeclarada de cor ou raça preta, no censo demográfico de 2010, de 1.810 pessoas. Assim como nos demais municípios das microrregiões denominadas “Serra do Sudeste” e “Campanha meridional”²⁰, há algumas décadas a atividade produtiva de pecuária de corte, até então predominante, tem sido suplantada pela produção agrícola de grãos como soja e trigo e a silvicultura.

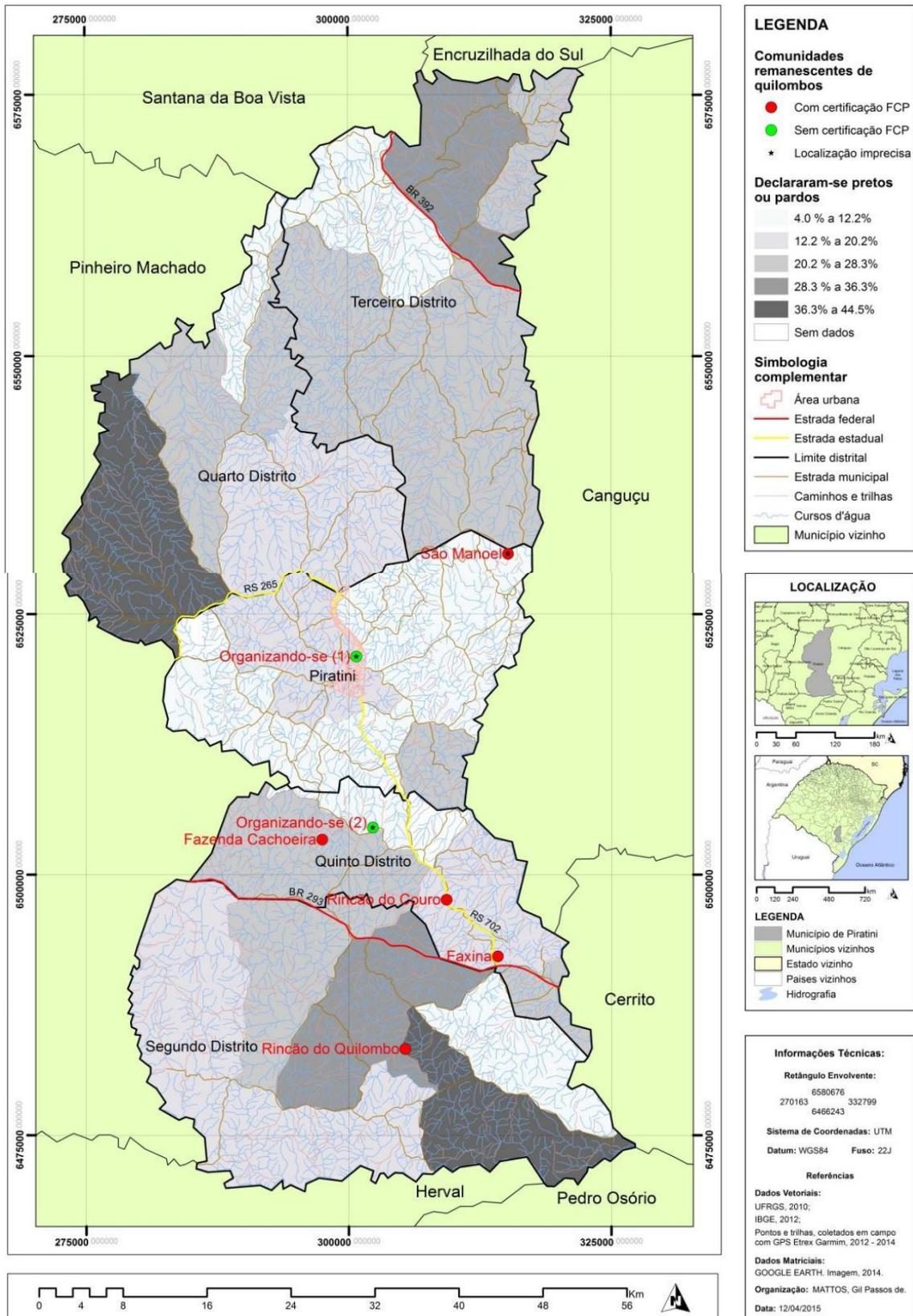
As transformações na matriz produtiva regional operadas ao longo das últimas décadas, assim como a expressividade em número de população residente negra - quantificação apresentada pelo Censo Demográfico de 2010 em termos de população residente de cor ou raça preta (Figura 1)²¹ - não só na municipalidade de Piratini, mas à chamada “metade sul” do Estado, pólo que historicamente concentrou mão de obra escravizada para o trabalho nas charqueadas, apontam para algumas intersecções a serem pontuadas.

¹⁹ Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/2OBT>

²⁰ MATTE, Alessandra; WAQUIL, Paulo Dabdab; NESKE, Márcio Zambone. Dinâmicas socioeconômicas e produtivas das microrregiões campanha meridional e serra do sudeste – RS. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/201405267eeg-mesa21-dinamicassocioeconomicasprodutivasmicromicrorregioescampanhameridional.pdf>

²¹ Com a permissão do pesquisador Gil Passos de Mattos, utilizo o mapa produzido por ele, no qual há as localizações distritais de Piratini, a localização das comunidades quilombolas situadas no município, e ainda na interface com os dados do Censo 2010 quanto a população residente de cor ou raça preta.

Figura 1 – Comunidades remanescentes de quilombos de Piratini na interface dos afrodescendentes (censo 2010/IBGE)



Fonte: Gil Passos de. Mattos, 2015.

Gostaria de construir uma conexão com os relatos de alguns de meus interlocutores e às perspectivas experienciadas por eles em termos de regimes de subalternidade elucidados nas conseqüentes perdas de postos de trabalho e rearranjos de suas dinâmicas familiares no cruzamento com processos mais amplos, como empreendimentos de modernização da agricultura, como os investimentos regionais mais recentes em que as compras de terra na região e a contratação de mão-de-obra concentram-se no plantio de culturas como o pêssego ou a silvicultura²², e intervenções estatais relativas a modificações na estrutura agrária, como são os casos da criação de assentamentos de reforma agrária.

Nesse sentido, enfatizo minha opção por uma chave de leitura crítica em que a presença ou ausência de pessoas negras torna-se um tema que extrapola questões quantitativas, se instala em discursos hegemônicos acerca dos processos de colonização (sobretudo na região sul do país) que o atualizam e conseqüentemente reiteram a inexistência de priorização para políticas agrárias, por exemplo, que contemplem a diferença e a desigualdade construídas historicamente sob regime de colonialidade em termos de raça. Para saber algo da situação atual, era necessário percorrer a localidade com os próprios membros da comunidade e tornar esse panorama econômico e demográfico algo inteligível através das experiências das próprias pessoas que ali vivem.

Em uma das manhãs em que saí com seu Cremi para conhecer um pouco mais da cidade, enquanto Emília estava em horário de expediente no restaurante em que trabalha como cozinheira, eu e ele passamos pelo escritório da Emater para perguntar sobre mapas e materiais cartográficos oficiais e tivemos uma conversa breve com uma das agrônomas que ocupam cargo de extensionista para ouvi-la a respeito dos projetos de extensão rural em andamento. Após, seu Cremi quis que eu o acompanhasse a um espaço ao lado do prédio da prefeitura onde ficam os gabinetes dos vereadores municipais e os assessores de cada partido. Ele sugeriu que eu conversasse com um vereador em específico, já antigo na casa e vizinho de infância de sua família no 5º distrito.

Enquanto tomávamos chimarrão, seu Cremi e o vereador em questão recordaram sobre o período em que foram criados grande parte dos assentamentos de reforma

²² Em especial o cultivo do eucalipto, mas com investimentos em outras espécies como o pinus e a acácia negra.

agrária e disseram um pouco de suas avaliações a respeito da política agrária. Segundo recordam, a maior parte das compras de áreas e demais procedimentos para implantação dos projetos de assentamento ocorreram a partir da década de 1990, período em que também ocorreu a nível estadual e nacional um maior número de mobilizações e ocupações de áreas por parte de movimentos sociais do campo como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Para eles, pelo que pude compreender, “o problema” não está em avaliar o desenrolar da situação em termos de números ou dados oficiais, mas sim, a conjunção de fatores que tiveram por efeito ocasionar um descrédito moral na localidade a respeito de quem é “pequeno” no campo e quer viver da agricultura.

Houve dois pontos destacados por ambos: um dos fatores foi a vinda de muitas pessoas, hoje assentados, de outras regiões, com experiências e conhecimentos distintos a respeito do trabalho no campo e em alguns casos, sem essa experiência prévia. Apesar dos investimentos em termos de compras de áreas e fomentos, nem todos conseguiram operacionalizar uma estrutura produtiva. Em termos práticos, isso resulta em uma série de acusações morais ao nível municipal sobre quem recebe terras “de mão beijada” e não sabe trabalhar nelas ou aproveitar os incentivos do governo.

Nesse ponto o vereador ponderou sobre o porquê não houve uma priorização de outros projetos também surgidos na década de 90 como foi o caso do Banco da Terra, uma oportunidade de financiamento rural para quem já vivia e produzia na localidade. De seu ponto de vista, seria o mais adequado na avaliação de quem já tinha experiência como pequeno produtor agrícola e demais relações estabelecidas.

Hoje também há uma série de comentários e avaliações a respeito do crescimento da violência e do “banditismo”²³ em Piratini após a chegada dos “sem-terra” na região. Ao que parece, os boatos misturam uma prática de criminalização da pobreza com o incômodo de muitos pelas consequências indiretas da política agrária que veio a afetar outras famílias. Esse segundo fator afetou indiretamente diversas famílias do Rincão da Faxina, e resultou na consequente perda de postos de trabalho por

²³ Escutei histórias e “causos” variados sobre o aumento do número de roubos de fazendas e assaltos por bandos armados. A referência aos assentados seria pela interpretação de que muitos vieram de regiões metropolitanas ou de “favelas”, por isso estariam acostumados com tal banalização da violência. Também escutei “causos” em que o destaque era o requinte de violência, como um taxista que foi morto por uma machadada na cabeça ou uma mulher “que era louca e jogava os bebês pros porcos comerem”.

quem vivia em uma condição periférica nessa estrutura agrária e trabalhava nas fazendas ou empresas agropecuárias da região.

Entendo essa “condição periférica” como a instabilidade em relação à oferta de vagas, que variava de acordo com cada safra e época assim como às condições de trabalho, que nem sempre incluíam a garantia de direitos trabalhistas ou medidas de segurança aos trabalhadores operando máquinas e insumos. Seu Cremi franziu o rosto para falar que vivenciou isso, assim como a maioria de seus irmãos, primos e cunhados. Confirmou com o vereador: *“O senhor sabe do quê que eu tô falando, a sua família também viu isso lá no 5º”* (referindo-se à região rural chamada de 5º distrito).

No contexto de Piratini, região em que a composição da estrutura agrária historicamente privilegiou o modelo de grandes propriedades, herança colonial e escravista, os projetos de desenvolvimento e redistribuição via reforma agrária permitiram uma dimensão do conflito em termos de justiça social e de acesso à terra, mas sem considerar certas especificidades e invisibilidades erigidas no local. Dentre elas, a dimensão da diferença e da desigualdade em termos de raça. A esse aspecto do racismo nas políticas de imigração e colonização e seus efeitos em termos de produzir invisibilidades, análises como a de Giralda Seyferth (1996) já teceram importantes contribuições. Assim, gostaria de ressaltar aqui tal processo de invisibilização da presença e das experiências negras que operou através dos discursos hegemônicos da colonização tanto a nível nacional como regional e agora é atualizado em termos de discursos – e projetos - de desenvolvimento sob um viés estritamente sócio-econômico. Inegável avanço considerar as desigualdades sociais no acesso a terra, mas também um achatamento em termos de quem conseguiu ter acesso e sob quais condições.

Por esse ângulo, se hoje as políticas quilombolas também visam uma amplitude nacional, apenas no estado do Rio Grande do Sul podemos contrastar estruturas fundiárias e dinâmicas etnicorraciais, assim como as formas de subordinação de mãos-de-obra ou intentos de autonomia bastante diversas pelos grupos negros. Se na região apontada no primeiro capítulo como uma região “de colonos”, não há a referência a esse modelo de grandes propriedades e à pecuária de corte como na região de Piratini, os arranjos relativos aos mundos do trabalho e possibilidades de maior autonomia também são distintas.

Não tendo sido contemplados pela política de reforma agrária, não só a geração de seu Cremi e seus primos e cunhados como Roni, Édson, Jorge, dos quais também escutei relatos similares, perderam postos de trabalho nas fazendas e empresas agropecuárias que fecharam ou mudaram de investimento, mas também a geração anterior como fora os casos de seu Tailor e seu Adair, dentre outros. Em uma das tardes que passei no 5º distrito, visitei a casa de dona Ieda e de seu Adair, os pais de Jorge, Édson e José Adair e pude escutar um pouco mais sobre como ocorreu esse processo mais amplo entremeado a suas experiências e memórias.

2.2 A experiência de dona Ieda e seu Adair

Uma tarde fria e chuvosa de setembro de 2015, passamos em volta do fogão a lenha tomando mate e comendo pão, biscoitos e mais alguns doces maravilhosos que dona Ieda havia preparado especialmente para as visitas. Levei meu gravador de voz caso fosse necessário. No fim das contas, sugeriram que eu deixasse-o ligado durante todo o tempo, já que a dona Ieda e o seu Adair tinham muito história “do tempo dos antigos” pra contar e era melhor gravar logo tudo.

Enquanto dona Ieda mostrava, saudosa, os álbuns de fotos da família, falou-me da saudade que sente lá do 2º distrito, a região em que cresceu e viveu até ter de sair por conta da distância em relação à área urbana e da dificuldade em conciliar com as oportunidades de emprego de seu Adair. No período em que ele ia para as granjas trabalhar de empreitada, dona Ieda e a mãe de Emília, dona Eloá, que *vizinhava* num *rancho* bem próximo ao dela, partilhavam o cuidado das crianças e também as preocupações sobre como conseguir comida para todos. Dentre as fotos que ela ia mostrando, algumas dos filhos e sobrinhos jogando futebol com uma bola de meia e os ranchos de torrão e macega ao fundo. Em outras, as crianças tomando banho no arroio, ou dos dias de festa de aniversário de algum dos “pequenos”.

Seu Adair também cresceu no 2º distrito de Piratini, mas sua família veio de uma região um pouco mais distante da cidade e mais próxima à Serra das Asperezas. Em meio à conversa ele comenta ser parente do pessoal do finado Valdemar, lá da “Cachoeirinha”, como também é chamada agora a comunidade quilombola da Fazenda

Cachoeira. Dentre diversos diálogos, mais pessoas também apontaram as relações de parentesco existentes dentre parentelas negras que hoje compõem as comunidades do Rincão da Faxina, da Fazenda Cachoeira e do Rincão do Couro (esta última também está localizada na região do 5º distrito de Piratini).

Quando saíram do 2º distrito, foi porque seu Adair já havia arranjado outra oportunidade de trabalho e a distância era muita para ir e voltar para casa todos os dias, mesmo fazendo o trajeto de bicicleta. Dona Ieda sentiu tanto com a saída do local onde sempre viveu com sua família que demorou 10 anos para conseguir voltar lá, apenas para visitar os parentes que ficaram. Na época, ela, seu Adair e os filhos foram morar onde era a “Sica”²⁴, empresa agropecuária para a qual boa parte dos membros da família já trabalhou e onde viveram durante os oito anos seguintes. Depois desse período, tiveram de deixar também esse local por conta da criação de um assentamento de reforma agrária nessa área e então foi quando compraram o terreno no 5º, lugar onde vivem até hoje. Em um trecho da gravação dona Ieda fala sobre a mãe e sobre o período de mudança:

-Eu: Quando o seu Adair ia pra granja a senhora ficava um tempo, daí, sozinha fazendo o serviço?

-Dona Ieda: Ficava. A minha mãe, daí, o rancho dela era pertinho da minha casa, agora eu vou lhe mostrar. Depois, a minha mãe... depois o meu pai se aposentou e ela fez essa casinha de material, ó.

-Eu: Ah sim.

-Dona Ieda: Com a ajuda dos vizinhos e do meu irmão que era muito curioso. Aqui tá toda a família, só não tá o Adair porque ele tava sempre trabalhando. Aqui tá o meu irmão, a minha cunhada, aquela que eu falei que ela tinha enfisema nos pulmões. Mais os guri, os dois guri dela. O Fabinho, o irmão da Maria Emília e o Adair José. (mostrando as fotos). E eu e a minha mãe.

-Eu: A sua mãe?

-Dona Ieda: A minha mãe... morreu com 89.

-Eu: Aqui faceira com a casa nova?

²⁴ Explicação sobre quem ia morar nas fazendas ou empresas: Alguns casais, avaliados como mais experientes, viviam como caseiros, assim as mulheres assumiam a cozinha e preparavam as refeições para todos os peões, e os homens assumiam algumas atividades que exigiam maior habilidade e/ou confiança dos patrões.

-Dona Ieda: *Faceira com a casa nova.*

-Eu: *O Fábio e o Adair José bem pequenininhos. (risos).*

-Dona Ieda: *Mas ela morou pouco na casa nova, pobrezinha. Porque aí em seguida nós tivemos que se mudar, né?*

-Eu: *Aí ela foi também quando vocês...*

-Dona Ieda: *Aí ela foi pra minha companhia, eu que tinha que cuidar dela.*

-Eu: *Claro. Ela queria ficar perto da senhora.*

-Dona Ieda: *Sempre queria ficar junto comigo. E aí pra cá, viemos pra cá e ela veio junto. Depois ela pegou a ficar doente, doentinha, e ficou... nós sempre tratando dela. Faleceu na minha companhia.*

Aqui ele trabalhava já na...

-Eu: *Na granja?*

-Dona Ieda: *Não, Agrocica.*

-Eu: *Ahh.*

-Dona Ieda: *Antes de ir lá pra Maria Emília (no 2º distrito) tem um corredor²⁵ que vai pra lá. E agora até... não é mais firma, né, é essa... das famílias que vieram.*

-Seu Cremi: *Assentamento.*

-Dona Ieda: *E nós moramos oito anos e não pegamos terra, tu acredita?*

-Eu: *Ah, agora é o assentamento onde era a empresa?*

-Dona Ieda: *Nós saímos e entrou o outro grupo e conseguiram. Só porque nós era assalariado. Ele era.*

-Eu: *Aí vocês não conseguiram?*

-Dona Ieda: *Não conseguimos. Tivemos que vir pra cá, aí ele vendeu a vaca do leite pra nós conseguir comprar esse terreno. Que ele tinha comprado do dinheiro da granja.*

(Áudio em 11 de setembro de 2015. Grifos meus)

Enquanto falava e revivia essas memórias, havia nos olhos de dona Ieda um brilho diferente, pois estava quase lacrimejando. Seu Adair pigarreava. Ela apertava as mãos ao falar de sua mãe. Apesar de recordar o rancho de torrão e macega e os banhos no arroio com saudade, diz não acreditar naquele tempo em que os negros trabalhavam sem salário, especialmente as mulheres. *“Era banha, carne, leite, essas coisas que a*

²⁵ Uma estrada de chão.

gente ganhava. E as roupas usadas... Era com isso que eu me vestia". Dona Ieda disse não se arrepender, pois se houvessem permanecido lá talvez os filhos não tivessem condições de “viver bem” como vivem hoje. Quando mostrou-me as fotos da formatura em Letras de José Adair, o Zezinho, disse que não acreditava no orgulho em que sentiu naquele dia. Após tantas batalhas, poder ver o seu filho formado. Alguns meses após esse diálogo, somaria-se a essa alegria a conquista da neta Dákny, aprovada para o curso de Enfermagem no processo seletivo para indígenas e quilombolas da UFPel.

A experiência vivida pelo casal Adair e Ieda e a mim rememorada, que resultou na decisão pela saída de suas regiões de origem, tem encadeamento com processos mais amplos a despontar na localidade naquele momento, como os investimentos em termos de uma política agrária nacional sob viés sócio-econômico que excluiu uma série de famílias não contempladas por tal critério. Ainda, o crescente número de empreendimentos agropecuários operando modificações em suas matrizes produtivas, como foi o caso da opção de muitos pela silvicultura. Falar sobre esses deslocamentos em busca de novas oportunidades e novos planos de futuro nos leva ao próximo ponto.

Figura 2 -Dona Ieda, sua mãe Joana e o filho Adair José. Aos fundos, a antigo rancho de torrão.Fonte: Acervo pessoal de dona Ieda.





Figura 3 - Recordação do dia do casamento de dona Ieda e seu Adair. Ao fundo, o velho rancho de torrão. Fonte: Acervo pessoal da família.



Figura 4 - “A gurizada jogando bola no campinho improvisado. Que lembrança boa!” Fonte: Acervo pessoal da família.

2.3 Momento de abertura: ter boas relações

Através do casal Emília e Cremi, tive a oportunidade de me aproximar da associação quilombola e, com a ajuda do casal e de seu primo Adair José, o Zezinho, que gentilmente foi até a rodoviária buscar-me com Emília, naquela noite do mês de julho de 2015, fui sendo apresentada a diversas famílias quilombolas e aquelas que compõem as diversas relações suas na municipalidade.

Na casa de Eliane e Édson, que também residem na cidade de Piratini, encontravam-se reunidas as mulheres – Eliane, Graziéli, Méri e Rogéria – responsáveis pela produção dos pasteis. Assim como Emília, trabalham ou já trabalharam como cozinheiras e possuem grande habilidade no preparo de alimentos. Dali decorria a

distribuição com a ajuda de Zezinho e seu Cremi, os motoristas responsáveis pelas entregas. Édson, irmão de Zezinho (ambos filhos de Adair e Ieda), estava responsável pelo jantar e Emília ajudava tanto na produção quanto na distribuição. Quanto a mim, tentando ajudar em algo, passei a calcular os números de entregas a fazer, quais já feitas e a controlar a lista com os nomes de cada encomenda.

Acompanhando Emília e seu Cremi no carro para uma parte das entregas na casa de alguns dos compradores, fui sendo apresentada a uma parcela de suas relações no município. Quando chegamos à primeira casa, disseram-me da boa relação com os servidores da Emater; na próxima, dos casais e amigos que integram as atividades da igreja católica no ECC – Encontro de Casais com Cristo, depois sobre o pessoal das outras comunidades quilombolas de Piratini, os servidores da prefeitura, vereadores, as professoras e professores das escolas municipais e estaduais. Nas palavras deles, “todo mundo nos conhece em Piratini”, ou, “nós temos amizade com todo mundo”.

Essa autoavaliação do casal, creio eu, fala um pouco da dinâmica atual do grupo em busca de legitimidade nas relações estabelecidas “para fora”, em diferentes domínios de suas convivências e trocas a nível municipal. “Ter boas relações” é uma das formas encontradas para mobilização da vida comunitária e que resulta, em muitos casos, em apoios recebidos na forma de contribuições com os eventos que têm priorizado a arrecadação de dinheiro para construção da sede da associação, por exemplo. Também resulta em um reconhecimento moral pelo fato de serem conhecidos, segundo os comentários em meio a diversas de nossas conversas, como uma comunidade trabalhadora e que busca por sua autonomia, ou seja, não espera apenas receber benefícios “de mão beijada”.

A organização de eventos solidários como os bingos, os pastelaços e mutirões é um dos exemplos práticos da não adequação a essa imagem estereotipada de dependência das comunidades negras locais de benefícios sócio-econômicos do governo. Ou melhor, de políticas que privilegiem apenas o aspecto da redistribuição de renda. Estas seriam associadas à falta de autonomia ou de habilidade em gerir seus próprios destinos. De toda forma, seja nas relações com instituições ou com pessoas envolvidas em parcerias, minha percepção é de que a busca do grupo foi sempre em empenhar seus próprios esforços coletivos nas obras e demais eventos que pude acompanhar.

A expressão coloquial “de mão beijada” pode ser traduzida, a primeira vista, como o gesto de receber algo facilmente, sem dispêndio de esforços. Nesse caso, penso que o termo também pode aludir a relações de compadrio, ou troca-dávidas, em que há a expectativa de retribuições de quem doa e espera ter sua mão “beijada”. Ainda, neste caso, ao intento de desqualificação externa do “recebedor” subalterno que é visto ainda como um incapaz, nas avaliações de outros atores, enquanto beneficiário de recursos provenientes de ações estatais. O tom “acusatório” que permeia o uso desta expressão também está atrelado a debates moralizantes a respeito dos “merecimentos” e “usos” empreendidos por aqueles que acessam recursos destinados a programas sociais, como se não houvesse nenhuma destinação possível que pudesse representar um “bom uso” de tais investimentos.

Mesmo no reconhecimento de que cada um destes benefícios é um direito conquistado, e não um favor que está sendo feito por um governo “bonzinho”, a ênfase dada à não-dependência de tais políticas estatais de redistribuição tem importância no fato de que há também valores e planos para o futuro sendo gestados na localidade.

Como fala o pesquisador Mario Blaser (2010) a respeito dos coletivos indígenas Yshiro no contexto paraguaio, na convergência de trajetórias particulares que começam a ganhar visibilidade, há a construção de projetos de vida, e não só de projetos de desenvolvimento em andamento no local. Esse é um ponto que permeou grande parte de meus diálogos e aprendizados, pois a cada possibilidade de acessar ou avaliar uma nova política ou projeto vindo de fora, havia sempre a elaboração sobre o que é mais adequado ou coerente com as particularidades das pessoas a compor o grupo e suas aspirações de vida. Também, desestabiliza certos entendimentos de que esses pleitos dizem respeito apenas a um nível de interesses individuais ou avaliação em termos de custo/benefício apenas financeiro/monetário.

Ainda com referência a Blaser (2010), por mais que o foco de meu trabalho não abranja a dimensão dos conflitos ontológicos que ele bem problematiza, o interessante a respeito da proposição de projetos de vida e das “singulares experiências das pessoas do lugar e suas rejeições de visões que reivindicam-se universais”, é o potencial desestabilizador de certos pressupostos da modernidade como a noção de que o que está em jogo na política é meramente o reconhecimento formal de sujeitos e a redistribuição de objetos. Se novas modalidades e disputas acerca de reconhecimento social é um

ponto importante nesse debate, é justamente porque abre um grande leque de possibilidades, desejos, significações e potências de vida, e não como um passo que somente antecipa ou complementa o “momento final” da redistribuição.

Mais que isso, o viés liberal de compreensão a respeito de formas e engajamentos coletivos visando reconhecimento social estanca uma série de outras nuances e disputas em jogo sob o discurso do respeito à diversidade cultural (TAYLOR, 2009). O que eu gostaria de salientar acerca desse debate são as maneiras com que as singularidades dos grupos e de seus protagonistas também negociam e confrontam a fixidez de algumas normatizações estatais gestando seus próprios projetos e entendimentos a respeito de legitimidades, por exemplo, do que é construir autonomia investindo na reciprocidade familiar e comunitária para acabamento das obras concomitantemente no investimento em novas relações “para fora” e lidando com acusações morais de ilegitimidade de receber benefícios “de mão beijada”, denunciando uma lógica do “favor” e não da garantia de direitos.

Outro comentário recorrente a respeito do atual momento é o de que essa motivação por afirmar um pertencimento e estima positiva como quilombolas tem a ver com o fato de que Piratini, apesar de uma cidade com expressiva presença negra, ainda não “se enxerga” como município com essa expressividade e diversidade de composição étnicorracial. A contumaz figura dos lanceiros negros, orgulho farroupilha por sua bravura num tempo pretérito, é evocada no imaginário regional como uma “brecha” da história oficial para remeter à coragem e à habilidade dos negros escravizados que resistiram em tempos de guerra, mas pouco relacionada às experiências do presente dos “negros de campanha”, como usualmente referem para falar de si mesmos, ou ainda à expressividade demográfica em termos de população negra, como citado na fonte do Censo de 2010.

Em um de meus diálogos com seu Tailor, ex-presidente da associação e um dos pioneiros na organização comunitária, quando estávamos em meio ao desfile municipal de Piratini no dia 7 de setembro de 2015, chegamos a esse assunto. Para rememorar a situação, busco um fragmento de meu diário de campo desta data:

Mesmo sendo feriado nacional, Emília tinha que almoçar e estar pronta logo pois havia negociado com seu chefe para iniciar as 13h no trabalho, então

foi a primeira a sair de casa. Eu guardei algumas coisas no quarto, tomei banho e preparei-me para subir até o centrinho da cidade e assistir ao desfile. Quando saí cumprimentei logo seu Cremi, Zezinho, Fábio e Roni que estavam no andar de baixo da casa conversando.

Fiquei feliz em pegar sol enquanto caminhava sozinha pelas ruas, pois já estava um pouco desanimada com as chuvas frequentes dos últimos dias. Fui caminhando, observando o movimento pela rua e tentando me situar na cidade. Passei no restaurante em que a Emília trabalha, conversei brevemente com ela e conheci algumas de suas colegas de trabalho. Então segui para encontrar o grupo que já deveria estar a postos com as faixas e cartazes para o desfile.

Algumas quadras a frente encontrei o seu Tailor e a dona Santa, o Fábio, Zezinho, Ângela e mais algumas pessoas que ainda não eram conhecidas. Neste momento tirei algumas fotos deles com as faixas de Zumbi, da Pastoral Afro e de cartazes com imagens de eventos realizados e aproveitei para conversar com os conhecidos e escutar suas avaliações pessoais sobre essa nova experiência, de uma “ala” no desfile municipal para as comunidades do município. Também avisei seu Tailor de que dessa vez havia trazido o gravador e iria até a casa dele e de dona Santa para fazer uma entrevista, só faltava acertar o dia. Fiz comentários sobre o desfile, o dia bonito, e ele disse demonstrando alguma ansiedade:

-Poisé, mas têm muitos negros que não se assumem. Olha quantos têm aí!

Imaginei, nesse momento, que sua ansiedade estava relacionada à baixa expressividade em número de pessoas em relação ao número de comunidades e membros de cada associação quilombola. Emília e seu Cremi já haviam demonstrado alguma preocupação em relação a isso, e tendo em vista que este é o primeiro ano que ocorre uma mobilização desse tipo, com o intento de tornar visível a Piratini sua diversidade étnicorracial corporificada na presença de cada negra e de cada negro em meio ao desfile municipal do dia 7 de setembro, falei para ele:

-Mas mesmo assim é importante, seu Tailor. Hoje muita gente vai tá vendo vocês desfilar e vão pensar assim – Olha lá, eles se assumindo como quilombolas.

Ao que ele respondeu “É, é verdade”, e ficou com aquela expressão pensativa. Na outra vinda à comunidade já havia prestado atenção nisso enquanto conversávamos... mesmo preocupado seu Tailor tem um jeito leve, de alguém que fala com tranquilidade e sempre trazendo reflexões às conversas.

Por ter sido presidente da associação por longo tempo e dedicado sua energia a muitas tentativas de mobilização, por certo segue preocupando-se com a forma em que ocorrem e a efetividade das mesmas. Nesse caso, ocupar esse novo espaço “para fora” parecia gerar uma ansiedade e também expectativa sobre valer a pena ou não.

(Diário de campo, 7 de setembro de 2015).

A atenção sobre esse momento de ampliação de diálogos e valorização de uma autoimagem coletiva, ou seja, a afirmação positiva de um pertencimento étnico nos fala de uma dinâmica recente em relação a outros processos vivenciados por meus interlocutores. Ao mesmo tempo em que há uma avaliação positiva sobre estabelecer boas relações²⁶ como nas situações relatadas acima, parece desafiador a essas mesmas pessoas a percepção de que tecer esses novos diálogos requer desenvolver habilidades argumentativas e também soluções criativas para as diversas mediações e agentes que passam a interpela-los. Há toda uma ponderação já construída acerca do tipo de política que já sabem como funciona e que “deu errado” em suas avaliações, como considerado no primeiro momento deste capítulo.

Ainda, o quanto esse momento de abertura segue a esbarrar em regimes de subalternidade persistentes, como os tipos de vagas e de condições de trabalho disponíveis para eles²⁷. Portanto, o que está em jogo nas avaliações políticas do grupo não traduziriam uma noção de autonomia como negação de qualquer relação com instituições e agentes do Estado, por exemplo, mas sim a uma capacidade de selecionar relações preferenciais que também remetem a valores e dinâmicas familiares no vislumbamento de novos caminhos. De todo modo, os olhares que os avaliam são também por eles considerados.

²⁶ Apesar de, ao longo da reflexão, priorizar a política de “ter boas relações” como um investimento preferencial do grupo, é inegável que uma política de enfrentamento também se faz necessária nas situações em que as expectativas de justiça são negadas ou suprimidas.

²⁷ Retornarei a esse ponto no capítulo seguinte.

Penso que a boa recepção ao meu interesse de interlocução (e curiosidade a respeito de suas vidas) pode ser um espelhamento desse tipo, quando recorro de momentos variados em que Emília dizia-me admirar a condição de estudante, pois reconhece o esforço de quem quer “vencer na vida” por meio do estudo e do trabalho. Por isso fazia questão de receber-me e demonstrar apoio ao meu empenho, já que um dia poderia ser o seu filho ou seus sobrinhos viajando e pesquisando. Esse é o tipo de possibilidade de ascensão que, penso eu, reflete o tom de autonomia vislumbrada, gestada em meio às cumplicidades geracionais, mas que acessa brechas nas políticas estatais e suas exigências acerca de legitimidades e critérios para tanto.

2.4 Mobilizando parcerias – o trabalho com a Pastoral Afro e a nova diretoria da organização comunitária

Há uma unanimidade nas avaliações intracomunitárias, não só de meus interlocutores do Rincão da Faxina mas também das demais comunidades quilombolas de Piratini, o trabalho da Pastoral Afro foi e continua sendo a principal mediação para acesso a diversas esferas da vida pública e a questões importantes como pendências legais, documentos, direitos trabalhistas, acesso a políticas de saúde. Vinculada à igreja católica, as atividades da Pastoral estão inseridas no âmbito do trabalho desenvolvido pela Cáritas²⁸ e ao Conselho municipal da comunidade negra, órgão criado posteriormente como uma instância municipal distinta do trabalho realizado pelas entidades católicas.

A figura de irmã Marisa é referida sempre, e por todos, como a grande apoiadora e impulsionadora das mobilizações políticas e dos processos de auto-reconhecimento das coletividades negras. O leque de oportunidades capitaneadas pela Pastoral Afro abarca desde mediações dentre os grupos, órgãos da municipalidade como assistência social, secretaria de saúde, escolas, e demais projetos voltados à economia solidária e geração de renda. Estadualmente, há parcerias com a Emater e a Secretaria do Desenvolvimento Rural, órgãos que desenvolvem projetos relacionados à questão

²⁸ Segundo a página eletrônica da Cáritas Brasileira: “entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário”. Disponível em: <http://www.caritas.org.br>.

produtiva por meio de fomentos e cursos. Nacionalmente, há o acesso ao reconhecimento via Fundação Palmares e a programas como distribuição de cestas básicas e financiamentos imobiliários por meio do programa Minha casa, minha vida.

Em um período mais recente, também passaram a ocorrer interlocuções dentre as comunidades do município e pesquisadores ou estudantes vinculados a universidades como UFPEL, FURG e UFRGS. Em sua maioria os trabalhos de pesquisa de conclusão de curso, dissertações ou teses impulsionaram essas relações. Atualmente, há uma parceria com um grupo de pesquisa de professoras e estudantes da área de Ciências Sociais para uma série de atividades que congregam um projeto de etnodesenvolvimento que opera por meio de demandas locais, elaboradas e avaliadas pelos próprios quilombolas.

Durante a maior parte do tempo que estive em campo, irmã Marisa já se encontrava hospitalizada em estado grave de saúde. Uma tristeza que senti também, apesar da breve convivência até o momento de seu falecimento. Na tentativa de escutar um pouco mais sobre a realização dos trabalhos, conversei tanto com a assistente social Eva Pinheiro como com a Irmã Amada, sua parceira de congregação e também de vida, pois viviam juntas há diversos anos em uma casa localizada quase ao lado do hospital municipal e próxima da Casa da Acolhida, outro projeto desenvolvido por elas via entidades religiosas para o acolhimento de gestantes em situação de vulnerabilidade. O outro grande empreendimento é uma cooperativa de reciclagem de lixo. Irmã Amada lamenta a pouca importância dada pela prefeitura a essa iniciativa.

Durante uma de nossas conversas, Irmã Amada fez questão de ressaltar que o objetivo do trabalho desenvolvido por elas, seja a frente da Pastoral ou dos demais projetos, foi sempre a conquista de direitos e de autonomia por parte de cada ser humano. Segundo ela, não se trata de assistencialismo, mas de respeito pela vida e pelo potencial de cada pessoa como “propagadora de vida”. Esse efeito de um valor da religiosidade como potencial de mobilização de vida foi algo bastante referido no cotidiano de meus interlocutores da Faxina, seja na participação em eventos solidários, festas da igreja, mutirões ou idas a romarias. A mobilização e celebração da fé espria-se em locais e momentos variados, entremeando também os valores partilhados na vida comunitária.

Irmã Marisa, sendo natural de Piratini é também pertencente a uma família negra que vivenciou o mundo rural. Durante alguns anos, vinha priorizando dentre suas atividades a parceria e mediação com os coletivos negros por também ter vivido na pele alguns dos dilemas enfrentados por muitas dessas famílias. Ela e Eva eram as principais mediadoras em relação às cinco comunidades quilombolas de Piratini, Conselho municipal da comunidade negra e relações com instituições e atores diversos referentes às políticas quilombolas.

Irmã Amada contou-me que sua amiga e parceira de muitos projetos foi inicialmente recusada, quando jovem, pela congregação que almejava fazer parte pelo fato de ser negra e, só após essa primeira recusa, chegou à congregação que passou a integrar e a qual proporcionaria entremear suas vidas através do serviço abnegado possibilitando chegar a essas trajetórias marcadas pelo enfrentamento do racismo.

Mesmo anteriormente às mobilizações e ou projetos coletivos envolvendo tal pertencimento étnico, assim como à chegada de qualquer política ou instituição ligada ao tema quilombola à localidade, irmã Marisa já era conhecida de muitas dessas pessoas, como Emília, por exemplo, que foi sua aluna de catequese ainda na infância.

Dentre as muitas situações que pude acompanhar ou escutar relatos sobre apoios e trocas dentre os comunitários e as irmãs, destaco duas que dizem respeito à mobilização de materialidades em prol da vida comunitária do Rincão da Faxina. A primeira é o caso envolvendo a compra do terreno onde hoje está situada a construção (quase finalizada) da sede da associação. Por conta do espaço exíguo, pois nem todas as famílias têm terras na localidade e as que possuem, destinam o espaço para moradia e plantio, tiveram de elaborar alguma saída para um terreno em que fosse possível a construção da sede. Havendo boa relação com um proprietário vizinho, negociaram o tamanho de um terreno e valor acessível. Pelo que pude compreender, irmã Marisa foi quem formalizou o contrato para então repassá-lo depois ao grupo.

Mesmo havendo o caminho da política pública fundiária, o qual não é necessariamente excludente desta solução (talvez temporária) que foi arranjada através da compra deste terreno, a confiança na relação já estabelecida e no conhecimento situado acerca das relações das famílias quilombolas com os vizinhos, seus usos e arranjos territoriais, permitiram melhor apontamento de uma saída a curto prazo e arranjada localmente.

Terreno negociado, chegou o momento de mais soluções e mobilizações tanto para a arrecadação de materiais de construção como para verba para o pagamento da mão-de-obra a ser contratada. Assim, mais uma vez por meio do trabalho desempenhado pela Pastoral Afro, a associação quilombola conseguiu acessar editais de fomento e uma série de contribuições em materiais de construção. Não sendo o suficiente, no momento as mobilizações continuam por meio de eventos como bingo e os pastelões, a forma com que a diretoria tem conseguido manter o trabalho para finalização da obra. Seu Cremi e Roni, dentre os principais encarregados da obra da associação, também retribuem ao apoio das irmãs ajudando-as com a obra da Casa da Acolhida.

Entre as idas e vindas a campo, não pude estar presente no momento de falecimento de irmã Marisa, sabendo da notícia durante uma de minhas ligações para Emília. Em sua voz já podia perceber a tristeza com a perda da amiga e parceira de fé. Naquele dia Emília desabafou ao falar que muitas pessoas não entenderam o porquê a morte de “uma irmã” mexeu tanto com ela. Pensou que, para quem vê de fora, poderia parecer fanatismo religioso de sua parte, *mas não era isso*, contou-me, e sim o fato de que a relação que ela construiu com sua amiga Marisa foi de admiração e, em certo sentido, de alguém que a nutria com incentivo e esperança em planos que ainda virão.

Se houve alguém que sempre acreditou em sua capacidade de fazer frente a alguns processos e passar a ocupar espaços de representatividade, foi Irmã Marisa. Esse diálogo ao telefone, tecido em um tom um pouco melancólico por conta da perda, também falava da cumplicidade e partilha dentre suas trajetórias enquanto mulheres negras que buscaram, cada uma a sua maneira, tecer suas próprias batalhas e enfrentamentos ao longo de suas vidas.

Nesse caso, o empenho do trabalho realizado a frente da Pastoral pelas Irmãs Marisa e Amada atuou diretamente nas formas de solidariedade e distribuição de atividades, e no envolvimento do grupo como tal, e não exatamente (ou somente) em uma confissão religiosa, como o tom confessional diante da morte por minha interlocutora poderia transpor. Há que se considerar a religiosidade em seu aspecto relativo ao cuidado com a vida comum, e que transpõe o tom confessional. Desta forma o “grupo”, como tal, se constitui não apenas por suas metas comuns, mas por seus

investimentos em uma prática de solidariedade expressa no valor atribuído aos cuidados com essas partilhas de vida.

Quando iniciei a inserção em campo, a nova diretoria da associação comunitária havia sido eleita há poucas semanas. Desde então, o grupo têm dado prosseguimento a um processo de mobilização bastante interessante. Não só cimento, tijolos e demais materiais de construção têm sido adquiridos tanto através dos mutirões como por meio de doações nessa construção que é de um espaço físico, mas, sobretudo do próprio grupo. Há uma criação que resulta em negociação constante de afetos e valores mobilizados, como o valor de *viverem sempre juntos*– valor familiar estendido ao âmbito da mobilização- e a solidariedade na divisão de tarefas.

Por diversos dias acompanhei Emília, dona Maura ou mais mulheres preparando o almoço e providenciando a limpeza do salão enquanto seu Cremi, Roni, Ademir e mais alguns dos homens colocavam o forro ou tocavam outras tarefas do mutirão. Quem chegava depois pegava uma vassoura para varrer o chão ou preparava o chimarrão. Esse clima de “cada um ajuda um pouco” fala da importância atribuída a um senso de auto-organização e autonomia da coletividade frente às relações externas. Estes podem somar como parceiros, mas nunca falar pelo grupo ou assumir uma relação de dependência de seus “favores” entre parceiros.

Os membros da nova diretoria, pelo que pude perceber, em sua maioria fazem parte do grupo geracional que hoje reside e trabalha na cidade, uma condição de mobilidade interessante para acesso a novas mediações e fóruns de debate referentes a políticas públicas específicas e demais pautas pertinentes à comunidade. Se antes eram principalmente seu Tailor e dona Santa a revezarem-se nessas tarefas, agora Emília, Cremi, Zezinho, Ângela e mais algumas pessoas vêm assumindo espaços de interlocução e distribuindo tarefas de acordo com a disponibilidade de cada um.

Se os relatos a respeito da fundação da associação, período em que as reuniões ocorriam debaixo da sombra de uma das árvores do pátio de dona Santa e seu Tailor enfatizam sempre a presença da Pastoral Afro como grande impulsionadora da mobilização coletiva, através da experiência das irmãs no desenvolvimento de projetos via Cáritas e também pelos contatos com instituições diversas, a tônica do grupo hoje vêm sendo uma maior distribuição de atividades dentre os membros da diretoria e o

aprendizado sobre como protagonizar algumas dessas empreitadas, como elaborar projetos e providenciar documentos necessários para atender às exigências de editais.

PARTE II:
ETNOGRAFIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS – PARA
ALÉM DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Capítulo 3

Entre deslocamentos geracionais e o “viver sempre junto” na composição do Rincão da Faxina

São as pessoas, e as experiências e significados a elas associados, que não se quer perder, mais do que as ideias e coisas.

(Roy Wagner em A invenção da Cultura).

A tentativa de verter em palavras as emoções e percepções geradas no convívio com cada uma das pessoas que conheci e das situações que apresento ao longo da narrativa é, sem dúvidas, um desafio que extrapola o mero cumprimento de um protocolo acadêmico. Gostaria de explicitar a minha intencionalidade, em especial nos aspectos que discorro ao longo deste terceiro capítulo do trabalho, de inscrição textual de situações (com seus aprendizados correlatos) que estão conectados não só à tentativa de relacionar a experiência etnográfica a debates mais amplos da antropologia ou da teoria social, mas também numa tentativa de expor meu aprendizado a respeito de como essa série de temporalidades e de relações demandou uma apropriação afetiva a respeito da importância do tema “família”.

Edward Said (2007) fala do orientalismo como uma prática de conhecimento que opera sob regime de colonialidade, e como um privilégio erigido sobre o direito de narrar, ou seja, tornar discursivamente disponível o Outro. Gostaria de sugerir a tentativa de uma elaboração sob outra perspectiva: a de um percurso o qual exigiu-me aprender a partilhar de momentos e emotividades para então deslocar o exercício de tentar falar sobre – representá-los – para falar com as experiências e relações estabelecidas com cada um e cada uma. Não só o “exercício crítico” indicado pela crítica pós-colonial de explicitar meu locus de enunciação na tessitura geopolítica, em aproximação à Gayatri Spivak (2010)²⁹, mas de aprender com os interlocutores e interlocutoras que a percepção de certas categorias e valores mobilizados só poderia ocorrer na partilha de sentimentos, risos, comidas, visitas e demonstrações de carinho.

²⁹ Na obra *Pode o subalterno falar?* (2010), Spivak tece críticas a autores que desconsideram a divisão internacional do trabalho em suas análises e o papel histórico dos e das intelectuais em realizar uma produção contra-hegemônica.

Também, aprender com os silêncios, evitações, olhares e “boas distâncias” em cada relação.

Produzir rachaduras nos pressupostos da universalidade do conhecimento ou nos esquemas classificatórios - ditos da modernidade - na busca por trazer à tona as singularidades das experiências, é também considerar a dimensão das afetividades a mobilizar mundos e produzir pessoas. Assim, talvez, pareça mais aproximada a ideia de performar situacionalmente termos êmicos que passei a compreender (ao menos parcialmente) ao longo deste convívio, como o “viver sempre juntos”. Esta categoria empregada por vários de meus interlocutores exemplifica o processo de aprendizado indicado por elas e eles a mim, seja na forma dos deslocamentos das gerações dentre as regiões do interior do município e posteriormente para a cidade de Piratini, que passei a acompanhar por meio de visitas aos parentes, às formas de avaliação de empreendimentos e prioridades, sejam estas a respeito de quais os caminhos mais propícios no planejamento das vidas em comum e os tipos de oportunidades de trabalho que mais tecem aproximações com estes caminhos vislumbrados.

Neste capítulo, busco dar prosseguimento ao movimento considerado no capítulo anterior de um momento de abertura vivenciado pelas pessoas e famílias que hoje congregam a comunidade quilombola do Rincão da Faxina em relação ao acontecimento de políticas públicas e ao estabelecimento de novas interlocuções nessas relações. Enfocando uma parentela, junto à qual desenvolvi grande parte de meu empreendimento etnográfico, trago situações e fragmentos de gravações para abarcar as dinâmicas familiares pretendidas. Em um tópico seguinte, abordo a dimensão dos mundos do trabalho já experienciados pelos interlocutores, pretendendo trazer ao debate questões como as nuances e dissociações dentre trabalho livre, assalariamento e o acesso a direitos trabalhistas.

3.1 Na casa de Maria Emília e Cremi, um lugar de referência

Ao longo da convivência que teci entremeando estadias na casa de Maria Emília e Cremi com visitas e passeios a outras casas e ao espaço da associação, comecei a familiarizar-me com certos fluxos da vida vivenciados em especial no espaço da casa do

casal. Uma construção de dois andares, com sala de jantar ampla e cozinha com fogão a lenha, uma mistura de construção em alvenaria e em madeira, aos poucos fui entendendo a potencialidade relacional que o espaço congrega. Como no trabalho de Louis Marcelin (1999) a respeito da “casa” ser uma categoria cultural e a configuração de casas dentre as famílias negras do recôncavo baiano me permitem pensar alguns aspectos de meu campo. Para Marcelin, “A casa é ao mesmo tempo um lugar de passagem e uma referência permanente (MARCELIN, 1999, p. 36). Durante os dias que passei hospedada por lá, pude perceber e conviver com diferentes ritmos e fluxos da vida, desde as visitas diárias, a vizinhança, os parentes que se hospedam temporariamente e os jovens da família que moram por um período e tornam-se “filhos de consideração” do casal.

Na hora do chimarrão, ao final da tarde, acontecem visitas diárias e variadas. Bia e o esposo, compadres e vizinhos desde o tempo em que moravam no interior. Roni, irmão da Emília e o filho Erlom, costumam chegar para o chimarrão ou para o jantar. Fábio, irmão da Emília e Roni, mora no andar debaixo da casa do casal e chega do trabalho ao final do dia. Zezinho, primo dela, geralmente visita a casa depois do turno da noite da escola, pois trabalha como professor. As sobrinhas Dákny e Jaíne aparecem para tomar mate doce e jogar cartas, às vezes com a Ângela, mãe de Dákny e ex-esposa de Zezinho. Também Henrique, o filho mais novo de Ângela. Também eram frequentes as visitas de irmã Marisa, principal figura a frente da Pastoral Afro e amiga pessoal da família, falecida recentemente.

Estas visitas citadas, mais frequentes, são todas dos parentes (com exceção de irmã Marisa) hoje residentes na cidade de Piratini e que compõem parcela da associação quilombola do Rincão da Faxina. Para além deles, há todos os demais parentes tanto da família de Emília quanto a de Cremi, que moram nas regiões do 5º e do 2º distritos, onde também está localizada a sede da associação (no 5º) e de onde saíram a maioria dos casais mais jovens com quem tive contato e que hoje têm assumido boa parte das atividades da diretoria comunitária. Ainda, os parentes e amigos residentes em outros municípios ou regiões. Para melhor elucidar a apresentação desse emaranhado de relações familiares e seus deslocamentos, irei abordar algumas dinâmicas em termos geracionais. A opção por esta perspectiva foi algo trazido aos diálogos, em referências variadas como as visitas e cuidados com “os mais velhos” e os planos e atividades pensadas para “os mais novos”.

Logo em meus primeiros dias de convivência com essa parentela a qual fui conhecendo, perguntei bastante pelos nomes e “graus” de parentesco de cada pessoa, até tornar a experiência um pouco mais decodificável em termos de “quem é quem” e “em relação a quem”. O primeiro esboço que tracei em minhas anotações foi da geração de primos pertencentes a dois núcleos familiares, que casaram entre si e hoje residem, em sua maioria, na cidade. Os irmãos Emília e Roni e os primos Jorge, Adair José e Édson casaram com os irmãos Cremi, Janete e Cleuza e as primas Eliane e Ângela. Hoje, três destes cinco casais ainda permanecem casados. Apesar de dois casamentos terminados, os vínculos e a convivência com a rede de parentes perdura.

Como minha principal interlocutora, Emília foi sempre paciente em ir falando sobre cada uma dessas situações e apresentando-me a cada pessoa nas suas relações. A cada nova parcialidade da história das famílias que ia tomando conhecimento, admirava-a um pouco mais pela amorosidade e força com que lidou com os momentos de dificuldade. Ao falar um pouco mais de sua mãe, ou de uma de suas cunhadas, ou a respeito de seu esposo, relatou diversos períodos de dedicação aos cuidados com questões de saúde na família ou de seu empenho ao lidar com o “mundo dos papéis” na resolução de pendências variadas como aposentadorias, internações hospitalares ou mesmo um processo de interdição.

Assim, pude ir apropriando-me também afetivamente do que mobiliza a ideia de *o importante é vivermos sempre juntos*, máxima sempre reforçada por ela. Nesses períodos de dedicação aos cuidados de algum familiar, por mais de uma vez Emília afastou-se temporariamente de seus postos de trabalho como cozinheira, seja na época em que trabalhava em estâncias ou posteriormente nos restaurantes da cidade para dedicar-se ao cuidado de seus afetos.

Apesar de haver priorizado o convívio e as conversas informais como forma principal de abordagem empírica durante o campo, em uma noite fria na beira do fogão a lenha, Emília aceitou gravar uma entrevista para que a partir do registro da fala de sua trajetória pessoal pudesse falar também sobre esses deslocamentos e rearranjos dentre família e mundos do trabalho. Escolho um fragmento da gravação para elucidar as dinâmicas a que me refiro, como a construção do espaço de sua casa como esse local de referência:

-Eu: E na época que vocês vieram mais parentes vieram pra cidade, daí?

-Emília: Ah sim, é... depois quando eu... como eu já disse, que eu voltei pra Santa Vitória³⁰ quando eu ganhei o Clisman, daí essa empresa que era a Sica fechou.

-Eu: Aham.

-Emília: Foi quando começou a vim os primeiros assentamentos pra Piratini. Aí nós fomos pra Santa Vitória e levamos a família inteira. Eu t... teve dias de ter 12 pessoas na minha casa. Hã... porque eu tive que levar a Cleusa pra cuidar do Clisman, fazer comida pros homens e os outros todos tavam lá assim, era época de safra, sabe?

-Eu: Aham.

-Emília: Aí foi o tio Tailor, foi Totonho, foi o Fernando que era namorado da Lica, foi o Édson, foi o Roni, o Valdovino. Eu não lembro dizer o nome de cada um que ficou na minha casa naquele período de 3 meses. Ah, o Mauro, o outro meu irmão. Eu sei que era um grande número de pessoas que a gente levou pra lá pra trabalhar. E aí a gente foi colocando, dormindo na sala, dormindo na cozinha, no quarto todos os homens tiravam pra dormir naquele quarto e dormiam. E todos faziam refeições na minha casa.

*Hã... Depois... Quando a gente veio pra Piratini era só eu que morava aqui, aí todo mundo vinha pra cá, é... semana farroupilha vinha a família inteira, ficava aqui em casa. Às vezes, quando tinha muitas camas, muita gente dormindo, a gente combinava o horário de levantar, todo mundo levantava junto. Pra poder caminhar dentro de casa. E sempre, sempre... sempre todos me seguiram, assim. **Aí que tinha a Isagro também, que era a outra empresa de pêssego, plantar pessegueiro. Também fechou.***

-Eu: Que é aquela lá do... perto da Cachoeira?

-Emília: Isso. E nessa época eles trabalhavam nessa empresa e não tinha mais ônibus lá fora, eles precisaram vim pra cidade que tinha ônibus daqui. Aí o Eds (Édson) e a Eliane vieram morar aqui em casa, o Fábio morava aqui, o Erlom, que ele trabalhava na empresa primeiro. Eu sei que conforme eles iam indo pra empresa eles vinham pra cá e tudo virava cama, aí depois foram se estabelecendo na cidade mesmo e comprando terreno, casa, pagando suas casas. Os únicos que não moraram comigo mas também foram pra Santa Vitória com nós foi a Janete e o Jorge, porque eles já foram com um emprego fixo e então moravam em outra granja.

³⁰ Município de Santa Vitória do Palmar, próximo a Piratini.

-Eu: Aham.

-Emília: Mas não moraram comigo.

-Eu: Sim

-Emília: Mas os demais... sempre, de alguma forma, de algum jeito, eles vinham pra minha casa. E as crianças, né, que todos quando foram fazendo segundo grau e precisando fazer curso técnico, eles vinham pra minha casa. A Ângela morou comigo, a Elisângela morou comigo, a Josiléia morou comigo, o Erlom, o Junior, o Everton, a Alessandra, a Patrícia, e por último nós acolhemos a Josiléia que não tinha nada a ver com a nossa família.

-Eu: Aham.

-Emília: A última que passou pela nossa casa foi essa menina. Mas... quase todo jovem da nossa família passou aqui por casa.

-Eu: Pra estudar?

-Emília: Pra estudar. Pra se prepararem melhor. O Éverton fez... fez curso técnico de soldador mecânico e trabalha hoje com solda mecânica; O Erlom fez de eletricista e hoje presta serviço pra CEEE; e... o Junior também fez curso de eletricista e também trabalha pra CEEE, então eles conseguiram se encaixar naquela área dos cursos técnicos que fizeram.

-Eu: Aham.

-Emília: Pronatec. Todos aproveitaram as oportunidades. Que é um caminho antes da faculdade, né?

-Eu: Sim.

-Emília: Pelo menos pra conseguirem emprego.

-Eu: Aí os que foram pra faculdade, foi...

-Emília: Pra faculdade foi a Alessandra, que morou comigo.

-Eu: E o que ela faz?

-Emília: Ela faz enfermagem. A... Elisângela, que também morava comigo e foi pra faculdade, pra FURG, e faz psicologia. E a outra minha sobrinha, a Eduarda, essa nunca morou comigo. Ela faz medicina.

-Eu: As três na FURG?

-Emília: As três na FURG, pelas cotas quilombolas.

-Eu: Aham.

-Emília: E... mas eu tenho mais sobrinhos que fazem faculdade. A... Manoela já terminou, fez psicologia. O Thairan faz o curso de educação física e tem o Clisman e o Alisson que fazem geoprocessamento.

(Gravação em 11 de setembro de 2015. Grifos meus)

Neste fragmento do registro fica um pouco mais tangível a importância do espaço da casa como um ponto de passagem e ao mesmo tempo de referência para a circulação de toda essa teia de pessoas, afetos e oportunidades, como no caso dos novos projetos de vida sendo gestados para a geração dos casais em busca de novos postos de trabalho, deslocando-se em direção à zona urbana do município e estabelecendo residências temporárias junto aos parentes que chegaram primeiro, como dos jovens na condição de estudantes e que já conseguiram, ou planejam, acessar vagas no ensino técnico ou no ensino superior.

Em muitas de nossas conversas, Emília ressaltou o cuidado que ela tem em conversar com os jovens da sua família para reafirmar sempre a importância do estudo como uma oportunidade que ela e a maioria de seus pais não tiveram, e o quanto essa é uma das formas mais eficazes para os jovens negros deixarem de ser tratados em condição de subalternidade no mercado de trabalho.

Olhando para sua trajetória, é o exemplo de alguém que desde os nove anos de idade já trabalhava como acompanhante de uma senhora idosa. Em sua casa, assumia algumas tarefas domésticas como buscar água, lenha e ajudar na limpeza. Aos treze anos de idade teve de deixar os estudos para começar a trabalhar em tempo integral em um comércio localizado na região do 2º distrito, a 6km de distância da casa de sua mãe. Por longo período trabalhou informalmente, recebendo como pagamento um valor em dinheiro mais roupas usadas e alimentos. Também trabalhou, mais tarde, como babá de uma prima para que os tios pudessem ir trabalhar em uma granja. Só mais tarde, após vários anos de experiência profissional, conseguiu ter a carteira assinada. Ao longo dos anos, com as mudanças ocasionadas pela busca por postos de trabalho para ela e seu Cremi nas granjas ou agropecuárias da região, esta condição seguiu oscilando.

Assim, a vida familiar enseja um investimento coletivo em locais de referência como tornou-se a casa de Maria Emília e Cremi, por exemplo, que oportunizem às

crianças e jovens melhores trajetórias escolares, como uma das formas concebidas por muitos pais para transpor a condição de subalterno que o trabalho na terra ou como empregadas domésticas e cozinheiras expressou para muitos de suas gerações.

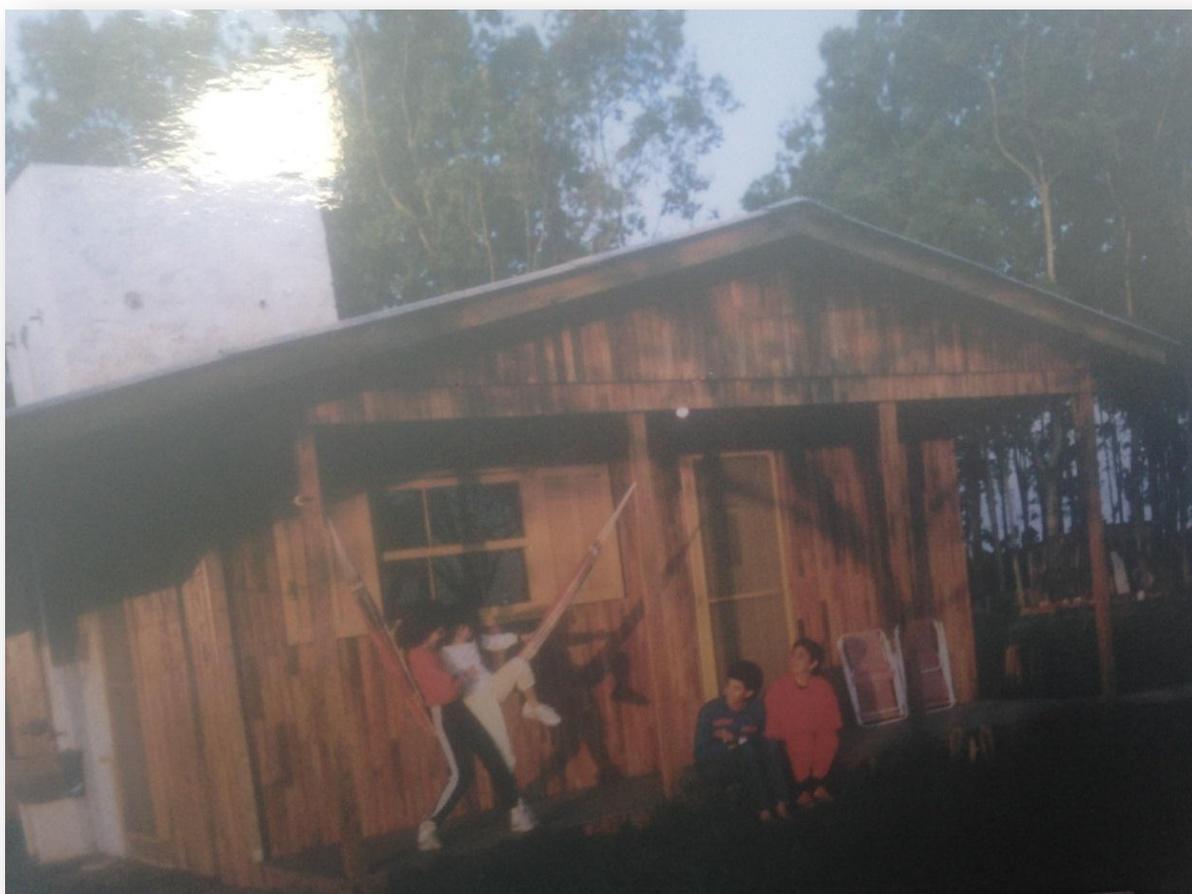


Figura 5 - Nos tempos de trabalho nas granjas. Maria Emília e colegas em frente à casa em que viviam na época. Fonte: Acervo pessoal de Maria Emília.



Figura 6 -Maria Emília e as colegas de trabalho aproveitando o dia de sol.

Fonte: Acervo pessoal da família.

Figura 7 - Cremi e os companheiros de empreitada nos tempos da Isagro.

Fonte: Acervo pessoal da família.



3.2 Visitas ao interior e a importância de conhecer os lugares

Logo que passei a estender minhas visitas aos dias de mutirão no salão comunitário e a algumas famílias residentes no 5º distrito, comecei a ouvir sugestões para que eu também fosse visitar as regiões mais distantes que já foram locais de residência das famílias. Dona Santa e dona Nilza, por exemplo, falaram-me sobre “o fundão” onde foram criadas e era *lugar onde só tinha preto*. Apontando a direção contrária ao sentido da beira da faixa da rodovia, de onde hoje estão mais próximas e têm mais possibilidades de deslocamento para a cidade, falaram sobre a infância de muito trabalho na lavoura e o maior número de famílias negras que residiam no lugar. Com o passar do tempo, muitos foram deslocando-se para localidades mais próximas ao acesso a transportes e escolas.

A outra região do interior de Piratini habitada por familiares e já citada é o 2º distrito, de onde saíram dona Ieda e seu Adair e onde permanecem dona Eloá, mãe de Emília, seu tio Joca, o esposo de dona Eloá, seu Floriano, e um dos irmãos de Emília, Mario Antônio. Esta foi sempre uma das visitas sugeridas a mim nas conversas em grupo por ser um local de muitas memórias familiares, como as casas de torrão e macega que ainda resistem parcialmente ao tempo e os banhos no arroio que fizeram parte da infância de no mínimo duas gerações das famílias. Em um domingo de calor intenso, no mês de fevereiro de 2016, pude enfim visitar dona Eloá e os demais familiares residentes e partilhar de um dia de verão com os parentes. Na ida até o arroio, alguns dos primos pescavam, outros aproveitavam o banho de rio e os “mais velhos” descansavam debaixo da sombra das árvores.

Nas explicações que ouvi, essa parcela de terras congregava uma estância e foi desmembrada e revertida em doação no momento de partilha da herança de uma família proprietária de uma grande extensão de terras para quem dona Eloá e seus parentes sempre trabalharam. No momento da morte do estancieiro, uma parte das terras teria sido destinada para as famílias negras descendentes dos antigos escravos que seguiram vivendo nesse “pedaço” da propriedade. Dona Eloá, Joca e seus irmãos receberam este “pedaço de terras” há muitos anos atrás, e ninguém conseguiu precisar esta data enquanto conversávamos.

Dona Ieda também comentou, sobre isso, que antigamente não havia cerca nem nada parecido, pois a mãe dela e dona Eloá vizinhavam e criavam os filhos juntas. Só depois, mais tarde, que começaram os cercamentos de áreas e que algumas famílias foram mudando de lá em busca de trabalho e oportunidades.

No dia da visita pude percorrer um pouco do espaço e escutar as explicações do que já mudou e também as consequências de algumas destas mudanças, como a preocupação após a criação de assentamentos nas regiões vizinhas às terras da família. Nas palavras de um dos interlocutores:

-Nós ficamos encurralados no meio desses assentamentos e estamos até hoje.

Essa preocupação parecer estar relacionada, em parte, com as avaliações negativas sobre o modelo de desenvolvimento que “chegou a Piratini”, como abordado no capítulo anterior, mas em parte também nos fala de vizinhanças, redes de relações e frequentações das casas que pararam de ocorrer, ou diminuíram, a partir do período em que muitas destas famílias negras buscam parcelas de terras para construir suas casas mais próximas a regiões de acesso a transporte, como foi o caso de dona Ieda e seu Adair que migraram para o 5º distrito (local mais próximo da rodovia).

Estas mudanças empreendidas por muitas das pessoas que partilharam comigo suas memórias e momentos de afetividade durante as visitas aos parentes parece ser um dos pontos de tensionamento atuais em alguns diálogos com mediações externas ao grupo sobre quem “realmente têm direitos” como quilombola. Nas respostas que escutei a esses questionamentos, o ponto enfatizado por aqueles que vêm protagonizando esta luta por reconhecimento é sempre o de que a convivência e participação partilhada nas atividades comunitárias é o que realmente interessa, pois apesar de haver esse movimento dentre quem hoje está morando na cidade e quem mora no interior, as trajetórias familiares são, no fundo, as mesmas.

Para elucidar esse entendimento, no momento de uma dessas outras visitas, agora à casa de dona Loiva no 5º distrito, ela me dizia que a história de sua família era tão difícil que chegou a viver muitos anos com seus pais e irmãos em uma “toca de pedra”. Como seu pai vinha sofrendo com problemas decorrentes de alcoolismo, com o

tempo foi perdendo os bens que sua mãe herdou e por isso a família teve de viver em uma casa tão simples que alguns móveis como a mesa em que a família fazia as refeições eram de pedra. Por isso se referia à casa como uma “toca de pedra”. Dona Loiva também insistiu que eu pudesse retornar para conhecer o lugar que, segundo ela, ficava próximo à ponte do Bica. Era lá que seu pai ia quando jovem para tecer cestos de vime com os índios, pois segundo ela, sua família era uma “mistura” de negro com índio.

Quando recorro de todas as vezes em que ouvi comentários para que eu visitasse cada um desses locais, em sua maioria a justificativa acrescida era de que eu tinha de ver os ranchos velhos, as taperas, o arroio, e como as coisas estão diferentes hoje para então entender como os negros “viviam antigamente” mas, também, entender o porquê em geral são os mais velhos que permanecem lá.

As memórias associadas às pessoas e a valores que se têm por interesse “passar adiante” para os mais novos também são perpetuadas no reconhecimento destes lugares vividos. Como nos fala Roy Wagner (2012),

As associações compartilhadas servem para *relacionar* as qualidades significativas da expressão às vidas e às orientações daqueles que se comunicam; sem esse caráter relacional, essas qualidades significativas, não importa o quão provocativas, não seriam compreendidas ou apreciadas. Desse modo, todo empreendimento humano de comunicação, toda comunidade, toda “cultura” encontra-se atada a um arcabouço relacional de contextos convencionais. Esses contextos nunca são *absolutamente* convencionalizados, no sentido de serem idênticos para todos aqueles que os compartilham; sempre têm pontas soltas, são incompletamente compartilhados, estão em processo de mudança, e podem ou não ser aprendidos conscientemente, no sentido de “regras”. Mas essa coisa um tanto tênue e mal compreendida à qual nos referimos, com otimismo, como “comunicação” só é possível na medida em que associações *são* compartilhadas. (WAGNER, 2012, p. 116).

Em um dos dias que conversava com os primos Cremi e Roni sobre as obras de reparo que fariam na lápide de um parente morto e sepultado em um cemitério local, no

5º distrito, seu Cremi falou com preocupação sobre os mais jovens já não terem tanto tempo para visitar os mais velhos e conhecerem os lugares.

Olha, o que eu penso é nessa gurizada de hoje em dia. Porque a gente ainda visita todo ano nos finados, cuida das lápides, essas coisas. Mas essa gurizada mais nova eu tenho medo é que nem lembrem quem tá enterrado aonde.

Todavia, essa mobilidade em momento algum é considerada como um impedimento aos convívios familiares, mas sim um cuidado que é reforçado aos filhos e sobrinhos, pois tão importante quanto os passos que alguns dão a caminho da conquista de novos lugares e experiências, são os momentos de convívio e o alto valor atribuído ao tempo que é destinado às conversas na hora do mate ou em uma janta com ingredientes da horta ou uma galinha crioula que é presente dos tios ou avós.

Penso que a o termo êmico “viver sempre juntos”, o qual escutei em diversas ocasiões, pode ser aproximado às discussões teóricas sobre família, vivência e espaços de habitação como as abordadas no trabalho de Susana Viegas (2007) sobre modos de relacionar pessoas e espaços entre os Tupinambá de Olivença. Nas palavras da autora:

(...) viver próximo (a uma distância que viabilize a visita) e viver junto, isto é, intensificar laços entre pessoas, é um ideal a alcançar. Contudo, veremos que essa tentativa de viver próximo e junto, por não se sustentar em um imaginário coletivo, não se reflete também em uma organização territorial demograficamente concentrada, como acontece, por exemplo, no caso das unidades administrativas brasileiras das “aldeias de índios”. O que está aqui em questão não é um grau de pertença geograficamente definido, mas uma associação ao espaço como uma dimensão do vivido, que vai se imiscuindo historicamente com noções de território e de “terra”, constituídas pelos missionários, colonos e diversos intervenientes do processo de privatização de terras, com os quais os Tupinambá de Olivença foram lidando ao longo de séculos. (VIEGAS, 2007, p. 23).

Como bem apontado pela autora, tais relacionais são constituídas e tecidas no cotidiano das visitas, dos alimentos partilhados, das preocupações e cuidados com os afetos. Portanto, o grau de pertença familiar não prescinde de uma definição geográfica.

O que vêm ocorrendo, numa intersecção com o valor agregado à prática do “vivermos sempre juntos”, a partir da relação estabelecida com a política quilombola e o reconhecimento identitário da coletividade, é que as mobilizações relativas à associação quilombola e, sobretudo, a construção de uma sede para reuniões e eventos, ajude a situar essa localidade referida junto a um bom número de casas de famílias quilombolas na região do 5º distrito.

Figura 8 - “Peraí, vamos anotar quem veio de onde.” Conversando com Emília, Cremi, Clismam e dona Eloá ao telefone para recordar os nomes das cinco gerações. Fonte: Registro de campo.

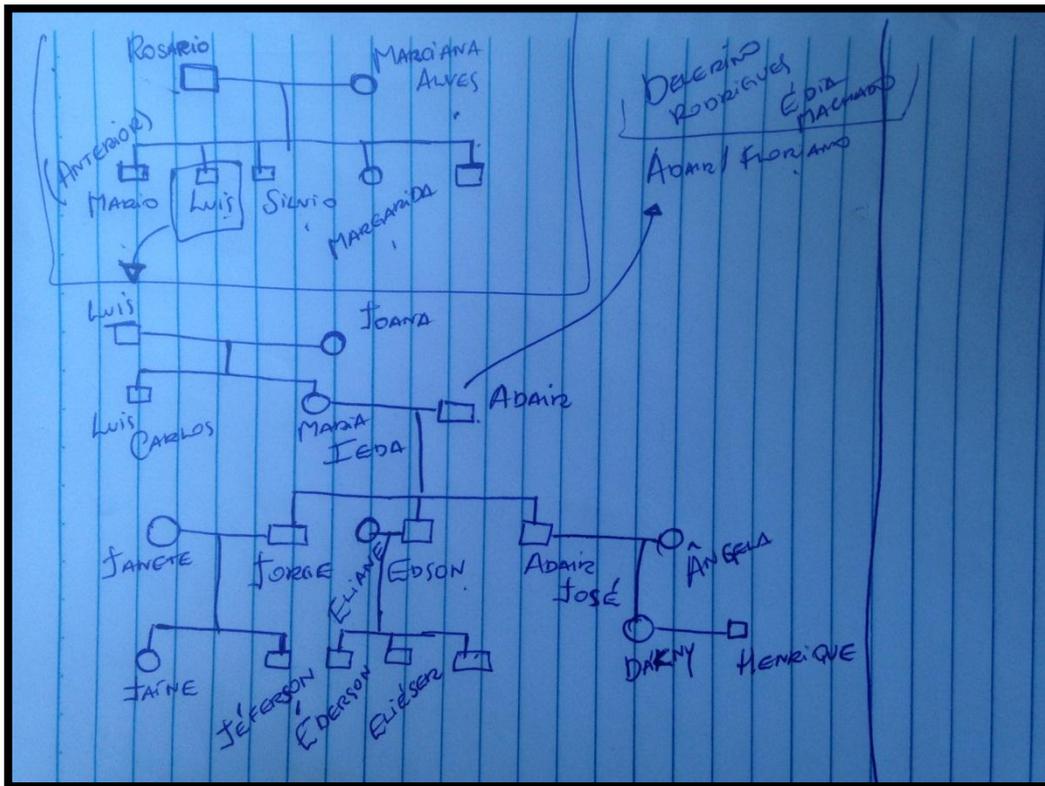


Figura 9 - Famílias Rodrigues, Alves, Porto e Dutra. Fonte: Registro de campo.

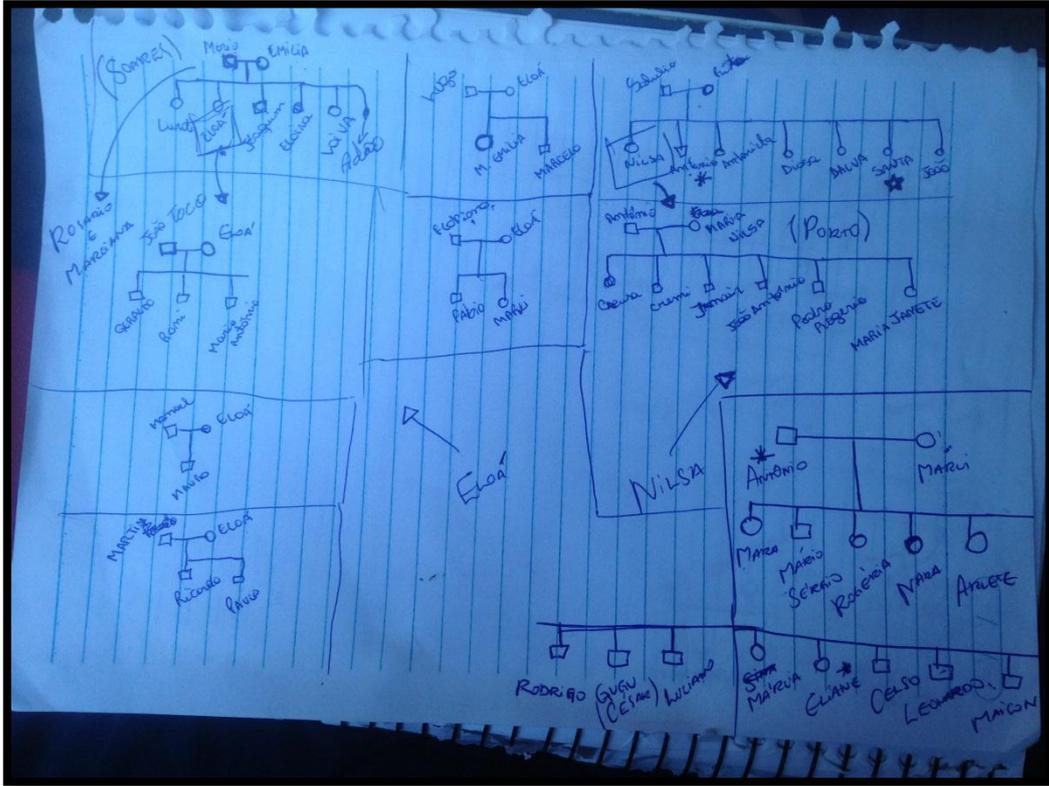
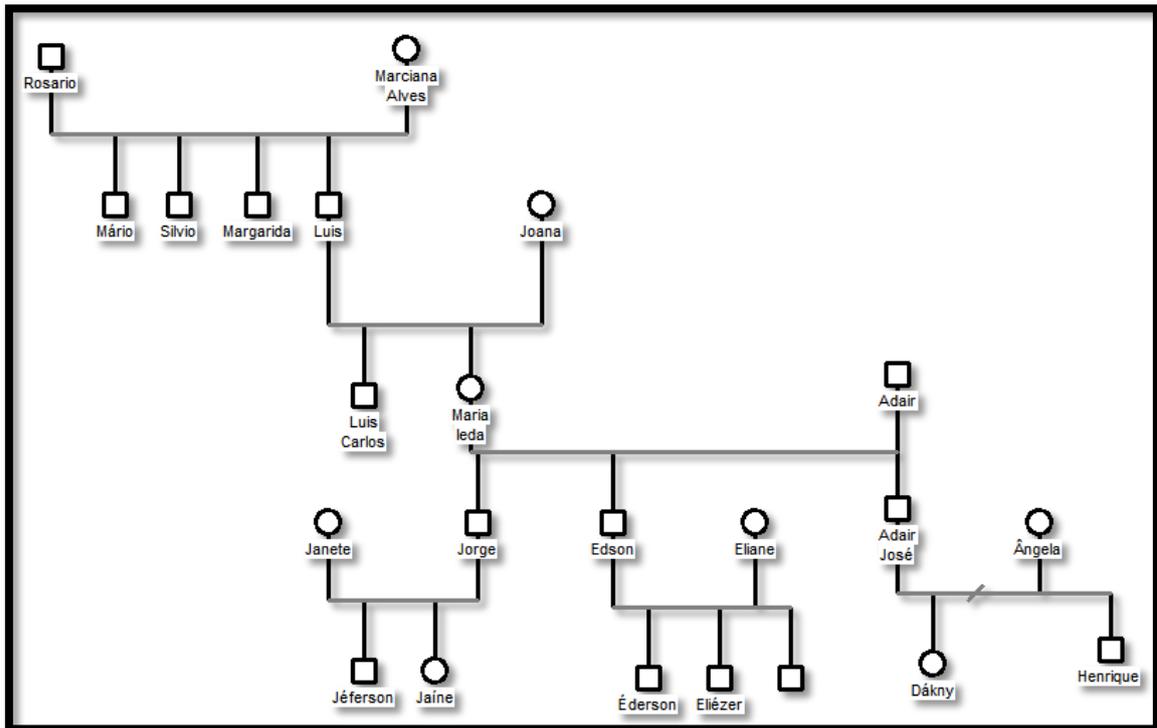
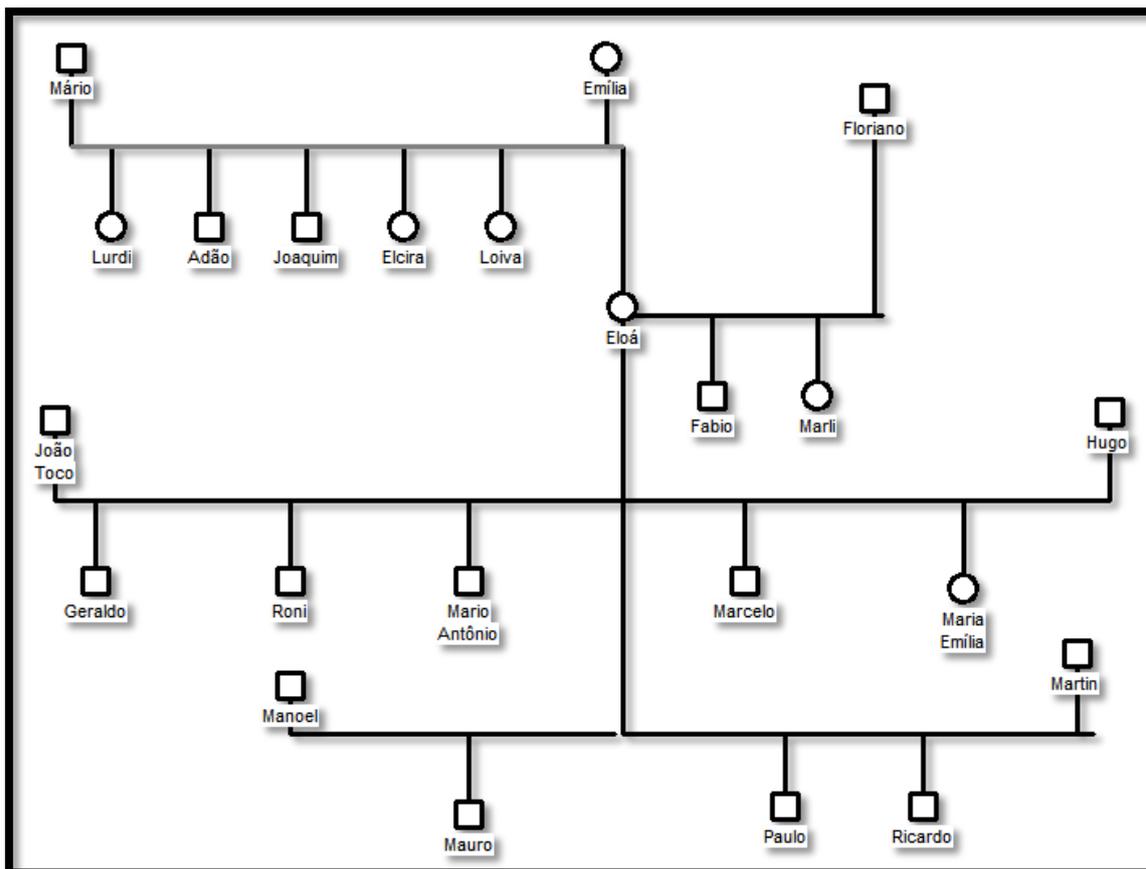


Figura 10 e Figura 11 – Esboços das genealogias das famílias: Rodrigues, Alves, Porto e Dutra. Fonte: Elaboração conjunta com Clismam Soares.





3.3 Tecendo afetos – pessoa, família, comunidade

Reflexionar sobre essas dinâmicas como uma das muitas formas de mobilização política tem sido um movimento de construir legitimidade frente a algumas relações externas que questionam quem "realmente merece" acessar as políticas públicas voltadas a quilombolas ou quem "realmente pertence" ao grupo. Esse tensionamento está presente tanto nas relações locais do grupo com intermediações para a recepção de benefícios como a distribuição de cestas básicas via Fundação Cultural Palmares, por exemplo, como em fóruns a respeito da política de ações afirmativas, como explanarei mais adiante.

Assim, toda essa rede de pessoas com quem estive em contato na cidade segue tecendo e construindo cotidianamente suas relações com a "primeira geração" que em sua maioria reside no 5º distrito: Adair e Ieda, Tailor e Santa, Toninho e Nilza, dentre outros; e é composta por casais que são também os pais de muitos da geração que hoje

reside na cidade e avós dos jovens do grupo. Ainda, figuram dentre algumas das pessoas que deram início à organização da vida comunitária no que considero aqui um processo de comunização – entremeado às relações familiares, mas distinto. Seu Tailor e dona Santa, pais de Ângela e Junior e avós de Dákny e Henrique, por exemplo, foram os precursores nas relações com agentes de políticas públicas como a Emater, Secretaria do Desenvolvimento Rural e parcerias duradouras como a Pastoral Afro. Hoje esta primeira geração com quem pude ter contato se encontra em uma faixa etária que deve oscilar de 50 a 70 anos de idade.

Em uma das tardes que passei visitando algumas das casas de meus interlocutores residentes no 5º distrito, almocei com dona Santa e seu Tailor. Enquanto dona Santa preparava alguns alimentos frescos da horta do casal, conhecida pelo cuidado e qualidade das hortaliças, seu Tailor mostrou-me um material que guarda em seu arquivo pessoal sobre as comunidades quilombolas da região sul do estado organizado pelo CAPA³¹. No texto que falava do Rincão da Faxina, eram consideradas apenas 5 ou 6 famílias como pertencentes à comunidade. Neste momento inicial da mobilização coletiva, houve contatos de instituições como Emater e CAPA para mapeamento das comunidades quilombolas da região, consultas visando mapear o interesse em cursos de extensão rural e o surgimento de pleitos como a garantia de vagas para as crianças e adolescentes na escola mais próxima à localidade do 5º distrito. Em seguida, foram emergindo questões como o acesso a política para o fornecimento de cestas básicas e a construção de novas habitações por meio do programa Minha Casa, Minha Vida.

Hoje, a organização na forma de associação tem mobilizado em torno de 25 famílias relacionadas por vínculos familiares, de compadrio, de amizade, de parcerias de trabalho e de um sentimento de pertencimento ancorado nas experiências partilhadas e agenciadas na cotidianidade da “negrada aqui do 5º”. Ao congregar tais experiências, há não só a celebração de valores como a estima, a autonomia construída nas relações e a solidariedade, mas em especial a recusa às mais diversas formas com que experienciam ou já experienciaram a persistência do fenômeno do racismo. Assim também são engendradas mobilizações de recursos, materialidades, alimentos e projetos de futuro que abrem um leque de outras políticas e formas de protagonizar seus acessos a arenas públicas.

³¹ Sigla para Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

Quando questionei Maria Emília, na gravação já transcrita, sobre a nova diretoria que assumiu a frente da associação comunitária, ela foi enfática em tecer estas conexões dentre estas camadas de relações e esferas da vida congregando a experiência familiar cotidiana na prática do “vivermos sempre juntos” e a avaliação e planejamento dos novos rumos que agora são acrescidos de uma dimensão coletiva ancorada no pertencimento étnico:

Maria Emília: Olha, devido a gente passar trabalho, assim, a gente vai aprendendo. Vai desenvolvendo, vai hã... quanto maior a dificuldade na vida da gente, mais a gente aprende a se virar, a ser flexível, a ter meio termo, isso aí a gente vai aprendendo muito. Às vezes tu tá bem estabilizado e de repente tá desempregado ou, né, tua vida decaiu de alguma maneira e tu tem que reaprender tudo de novo. Então são essas situações, assim, que me fez desenvolver mais pra que eu ajude os outros. Então são metas que eu venho traçando de muito tempo e eu já fazia isso fora do grupo da comunidade. Com o próprio povo da comunidade, mas é mais com a família, assim, entende. Eu já cuidava de todo mundo então pra mim foi muito fácil.

(Gravação em 11 de setembro de 2015).

3.4 Mundos do trabalho

Em artigo de publicação recente, o historiador Rodrigo Weimer aborda, a partir de entrevistas realizadas com famílias negras da comunidade quilombola de Morro Alto, “exemplos que servem para nuançar o trânsito do trabalho escravo para o assalariamento (WEIMER, 2015, p. 26). Considerando as trajetórias de núcleos familiares em que em determinado período do século XX houveram decisões pela migração para cidades como a capital Porto Alegre ou Pelotas, a análise do pesquisador busca considerar uma série de nuances e modalidades dentre a separação que usualmente é concebida como modelo, a partir do período pós-abolição, dentre trabalho livre e trabalho escravo.

Para o autor, estes mundos do trabalho mais ricos e multifacetados do que poderíamos conceber à primeira vista, são permeados por experiências como as das famílias negras entrevistadas em que a condição de trabalho livre nem sempre significou

igualmente a condição de assalariamento. Menos ainda, a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários.

Em muitos dos diálogos que teci com interlocutores e interlocutoras, escutei não só sobre as histórias relativas a um tempo pretérito, o do tempo dos escravos, como comentou-me dona Eloá a respeito das mulheres que eram submetidas às mais diversas formas de abusos por parte das famílias de fazendeiros, como também ouvi as queixas e preocupações referentes a um tempo presente, em situações descritas como “uma luta” para conseguir a aposentadoria ou mesmo encarar certas condições de empregabilidade.

Num destes dias em que conversei com dona Eloá, perguntando sobre os lugares em que ela já havia trabalhado, escutei muitos “causos” a respeito dos maus tratos a que os negros eram submetidos no trabalho nas grandes fazendas, como o trabalho imposto a todos desde tenra idade, como a condição de abuso sexual a que muitas mulheres negras estavam expostas. Ao contar uma dessas histórias, pude ver no rosto de dona Eloá seu pavor em lembrar.

Contou ela o “causo” de uma dessas “negras de campanha” que trabalhava para uma família de estancieiros muito ricos e, quando moça, passou a ser abusada pelo filho do fazendeiro. Em um certo momento, os pais do abusador descobriram que a jovem negra estava grávida e trancaram-na num quarto isolada durante toda gestação e até o momento do parto. Como não sabiam o que fazer para “resolver o problema” de um neto negro e filho de escrava, resolveram matar a moça e deixar a criança para que a mãe dela, também escravizada e “propriedade” da família, ficasse encarregada de criá-la.

Assim, além de conviver com a situação de abuso experienciada pela filha, restou à mãe ser também trancada em um quarto com o neto recém-nascido nos braços enquanto enxergava pela janela o corpo da filha morta ser arrastado em uma charrete.

“Causos” e histórias como esta, do tempo dos escravos, foram a mim rememorados por algumas das pessoas mais velhas das famílias com quem convivi, acredito, como uma das maneiras de comunicar as experiências narradas do ponto de vista de quem vivenciou estes mundos da escravidão, como era o caso da avó de dona Eloá, a escrava Marciana Alves. Naquele tempo, trabalhar em troca de comidas e roupas velhas parecia ser o usual, assim como suportar o pavor das histórias conhecidas de abusos e maus tratos.

Ouvindo os “causos” dos homens, como seu Adair, parecia haver uma lembrança boa (e mais recente) dos tempos de trabalhar de empreitada e comer na beira do fogo com os outros homens, contando histórias e fazendo piada com os mais moços. Nesse sentido aos homens, mesmo na condição de postos e oportunidades marcadas por uma condição de subalternidade, ainda havia certa mobilidade dentre regiões como Santa Vitória do Palmar, Pedras Altas, etc. Por outro lado, naquele tempo o trabalho dependia sempre que houvesse uma nova empreitada e os afastamentos da casa e da família, assim como muitos não tinham a carteira assinada e os pagamentos por muitas horas de força de trabalho nas plantações e colheitas eram muito baixos.

A essa série de mudanças experienciadas por esta “primeira geração” de meus interlocutores, que vão desde os postos de trabalho que passam a “escassear” com a mecanização do trabalho na lavoura e as mudanças na matriz produtiva regional, como já referi no capítulo anterior, até as decisões sobre sair do 2º distrito e ir morar mais próximo à cidade, remeto a outros trabalhos etnográficos realizados junto a comunidades negras no RS, como a tese de doutoramento de Rosane Rubert (2007), em que as relações também dentre humanos e não-humanos na composição de novas redes sócio-técnicas são também consideradas:

O processo de mecanização paulatina das lavouras introduz alterações concomitantes nas definições do social não só no que tange às mudanças de percepções das diferenças de gênero. Persiste a necessidade dos homens aprenderem “tudo o que é serviço”, como antes, mas esses mudam de conteúdo, sem contar que os que conquistam um emprego fixo em um empreendimento de grande porte, mesmo tendo passado por essa aprendizagem diversificada, tendem a assumir postos de trabalho especializados.

O princípio de competição passa a se interpor nas interações: pelos postos de trabalho em si, que começam a escassear, e por aprender técnicas novas (dirigir o trator, conduzir a colheitadeira, etc) de forma a melhor “se colocar”. Familiarizar-se com novas associações entre humanos e não-humanos torna-se premente, diante de novos modelos de reprodução social. A introdução desse princípio de competição não necessariamente gera um completo esfacelamento do tecido social, embora o altere, uma vez que padrões já sedimentados de reciprocidade persistem, mas ressignificados pela entrada de novos artefatos nos circuitos de troca. (RUBERT, 2007, p. 234).

Hoje, no tempo presente, muitos destes interlocutores e interlocutoras que vivenciaram estas nuances geracionais dentre trabalho livre e assalariamento, demonstram preocupação em relação à garantia de direitos trabalhistas, pois antigamente ninguém tinha como comprovar tempo de trabalho e nem a carteira assinada. Alguns também levam nas mãos e nos braços marcas de acidentes de trabalho e os sinais de anos de “labuta” pesada.

Assim, como refere o já citado autor Rodrigo Weimer, a escolha pela migração para as cidades representou o vislumbre a muitas destas famílias negras de uma condição mínima de acesso a leis trabalhistas e direitos previdenciários:

A migração para o meio urbano é recordada como uma decisão, seja pela identificação de melhores condições de vida comparativamente ao campo, seja porque o trabalho duro foi compensado pelo acesso a leis trabalhistas e previdenciárias. Dessa maneira, a cidade é revestida de um valor que neutraliza a rejeição ao trabalho não autônomo assumido por seus pais e avós. (WEIMER, 2015, p.).

Conversando com Maria Emília e com as demais mulheres da comunidade presentes na noite de “pastelaço” que acompanhei logo no primeiro momento em que cheguei a Piratini, recordo das conversas na cozinha ao longo da noite sobre os expedientes longos e exaustivos nas cozinhas dos restaurantes da cidade, posto de trabalho que boa parte delas ocupa hoje. Em suas queixas, estava colocada a “jornada tripla” a que muitas mulheres são expostas, tendo que chegar em casa e ainda fazer todo o serviço doméstico após um longo dia de trabalho. Naquele dia, ainda foram colaborar com a produção dos pasteis, terminando o preparo quando já passava de meia noite.

Posteriormente, questionando Emília sobre o contexto de Piratini, ela me disse que para a geração dela ainda há essa barreira a ser vencida sobre os postos de trabalho que são destinados aos negros, especialmente às mulheres. Mesmo tendo interesse em atividades que representariam um ganho financeiro e maior estabilidade, como o posto de atendente no comércio, ainda vê poucas mulheres negras com um grau de escolaridade como o seu tendo acesso a essas oportunidades.

Por isso diz insistir tanto com seu filho Clismam e com os sobrinhos para que aproveitem a oportunidade que ela e a grande maioria de seus irmãos e primos não tiveram, pois desde crianças tiveram de trabalhar na terra ou como empregadas domésticas e contribuir com o sustento das famílias. Num dos momentos da gravação que realizei com ela, ela fala sobre isso:

-Porque eu não sei se eu tenho tanta carência de não ter estudado que eu acho que o estudo, pra quem veio debaixo, pra quem não teve oportunidade é a parte mais importante. Eu acho que das políticas públicas, hã... são as oportunidades pro jovem negro estudar porque é o único momento que ele vai ser igual, se tiver uma formação, vai ser igual a qualquer outra pessoa. Não vai poder ser contestado porque a partir do momento que ele estudou, ele fez por merecer, ele vai ser igual a qualquer outra pessoa.

Ele não vai ser desrespeitado a partir do momento que ele crescer, que ele tiver uma formação, porque até aí, até tu ter uma formação, tu vai sempre ser abaixo dos outros. Isso eu tenho por experiência própria.

Nesse sentido, o entendimento do “viver sempre juntos” como esse valor e também prática familiar não está descolado das opções de muitos pelos deslocamentos em busca de melhores postos de trabalho, sendo mediados pelos parentes que foram antes e conseguiram estabelecer-se, assim como hoje o caminho do ensino técnico e do acesso à universidade tem sido um empreendimento pretendido para uma nova geração de jovens negros e negras a quem as oportunidades de um grau de escolaridade mais alto reverberam como superação de tais regimes de subalternidade que os mundos do trabalho vividos por seus pais e avós transpôs.

Capítulo 4

Sobre merecimentos e os processos seletivos específicos para quilombolas no acesso ao ensino superior

Desde meus primeiros contatos com algumas das lideranças comunitárias do Rincão da Faxina, busquei estar atenta aos acessos do grupo a uma série de políticas públicas específicas, como a modalidade quilombola do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, a elaboração de projetos visando concorrência em editais da Fundação Banco do Brasil para o financiamento de maquinário agrícola, assim como as possibilidades de cursos e capacitações por instituições relacionadas à agricultura como a Embrapa e a Emater.

Dentre essa série de intermediações, editais, projetos e demandas a emergir ao longo das circunstâncias e diálogos compartilhados, a certa altura da convivência que estabeleci com algumas das lideranças e das famílias da Faxina, dei-me conta do caráter de prioridade elencado às políticas educacionais e, dentro desse feixe de modalidades, em especial à abertura de vagas para quilombolas como forma de acesso ao ensino superior.

Neste quarto capítulo, apresentarei um encadeamento de eventos com a minha participação ou os relatos que ouvi acerca de reuniões, conversas informais e ligações telefônicas, por exemplo, ocorridos ao longo de minha inserção etnográfica e que compõem essa tessitura narrativa a respeito do tema que considero de um grande potencial mobilizador e, ao mesmo tempo, de um grande potencial de desestabilização de alguns entendimentos “engessados” a respeito das identidades étnicorraciais que o debate sobre ações afirmativas possibilita.

Isto posto, também aludo à intersecção ou sobreposição plausível dentre a discussão abarcada no terceiro capítulo a respeito das dinâmicas familiares e deslocamentos geracionais empreendidos por muitos núcleos familiares com os quais estive em contato, com os projetos de vida que o acesso às políticas educacionais representam a estas mesmas famílias em termos de novas colocações no mercado de trabalho bem como novas formas de protagonismo político vislumbradas a esta “terceira geração” de jovens quilombolas.

Por fim, a partir da participação de algumas lideranças da Faxina junto a uma série de debates suscitados ao longo dos processos seletivos específicos no âmbito de duas universidades federais localizadas no Rio Grande do Sul referentes ao ano letivo de 2016, bem como das avaliações posteriores geradas dentre uma rede de agentes do poder público, lideranças quilombolas, militantes dos movimentos negros e demais mediações, discorro a respeito dos saberes que estão a compor tais campos de interlocução, argumentação e também das legitimidades pretendidas em negociação quando são levantadas adequações necessárias aos editais e aos processos seletivos como um todo.

4.1 As vagas para quilombolas no ensino superior

Em certo momento das relações que fui estabelecendo em campo - o qual eu talvez não possa precisar em termos de uma data ou momento exato - acredito que me senti mais segura, ou o termo correto seja mais apropriada, para questionar meus principais interlocutores a respeito de alguns assuntos como, por exemplo, as maneiras elaboradas por eles para nuançar em termos de prioridade (ou não) os acessos a algumas políticas públicas, e quais os diferentes valores mobilizados nesse sentido.

Ao questioná-los a respeito de algumas esferas de redistribuição, como é o caso do recebimento de cestas básicas para as famílias via Fundação Cultural Palmares, o tom da avaliação pareceu ser de um direito conquistado mas que não pode, sob hipótese nenhuma, tornar-se um “comodismo”. Nas palavras de uma das lideranças:

-A luta dos negros é essa, correr atrás dos direitos, mostrar que pode. E não esperar que o que tá escrito na lei só caia do céu.

Como abordado no segundo capítulo, a valoração de uma visibilidade pretendida está relacionada às ponderações de que o Rincão da Faxina é um grupo que vem conquistando seu espaço e autonomia enquanto coletividade, por não esperar apenas receber benefícios “de mão beijada”. Nesse sentido, toda uma série de atividades comunitárias já descritas vêm sendo propostas pelo grupo de integrantes da nova diretoria da associação quilombola.

Quando interpelei algumas das lideranças atuais, em meio a diversos de nossos diálogos, a respeito da participação e dos projetos vislumbrados aos jovens do grupo, em grande medida as respostas apontaram à priorização elencada a nível familiar, e mais recentemente a nível comunitário, para o acesso desta “terceira geração” a cursos de nível técnico oferecidos via Pronatec, assim como a vagas no ensino superior.

Gostaria de elucidar, inicialmente, que deste leque de oportunidades que o acesso a distintas modalidades das políticas educacionais representa e faz acontecer, opto por priorizar em meu trabalho o surgimento recente da modalidade de vagas para quilombolas em duas universidades federais situadas no estado do Rio Grande do Sul para as quais os quilombolas de Piratini organizam suas possibilidades de ingresso.

Mesmo sendo este apenas um dos caminhos possíveis, a escolha se deu em alguma medida pela necessidade de enfoque em alguns “pontos” para o debate, considerando a própria dimensão e tempo para elaboração da pesquisa. Mas, principalmente, pelo potencial de tensionamento e argumentação que tais vagas vêm mobilizando dentre toda uma rede de atores envolvidos nos processos seletivos específicos. Aí incluo as lideranças quilombolas do Rincão da Faxina por meio das quais pude ter conhecimento da questão.

Na primeira situação em campo em que me dei conta da real dimensão desse interesse do grupo pelas políticas educacionais - e aqui me refiro a interesse em duas maneiras distintas: manifestam interesse em acessar as vagas, mas também em disputar os sentidos e legitimidades em tal acesso que vêm sendo trazidas pelos atores envolvidos nos processos seletivos.

Eu estava acompanhando alguns membros da atual diretoria da associação em uma reunião ocorrida durante o mês de outubro de 2015 no salão comunitário. A reunião foi marcada a partir da procura de um grupo de pesquisa na área das Ciências Sociais, composto por professoras e estudantes advindos de uma universidade federal situada na região sul do estado e que vêm propondo atividades relativas a um projeto de etnodesenvolvimento junto às comunidades quilombolas de Piratini.

A ideia do grupo de pesquisadoras, inicialmente, era dialogar com o pessoal da Faxina a respeito de duas propostas de atividades futuras: a primeira, um curso sobre “boas práticas em serviços de alimentação” proposto em parceria com a Embrapa, e a segunda, a participação deles em uma feira de exposição de artesanatos e outros

produtos durante evento da semana da consciência negra em Pelotas. Ao longo desta conversa, outro assunto veio à tona: o processo seletivo específico para indígenas e quilombolas da universidade de origem do grupo de pesquisa. Atualmente, no Rio Grande do Sul, essa modalidade de vagas já está em funcionamento em duas universidades federais: na UFPel e na FURG, justamente as duas universidades com mais acesso para os jovens da Faxina por conta da maior proximidade entre seus lugares de residência e às universidades (nas cidades de Pelotas e Rio Grande) em relação a Piratini.

Neste momento da reunião, os quilombolas presentes resolveram comentar comigo e com as estudantes e pesquisadoras a respeito de suas preocupações relativas à participação dos jovens da Faxina nos próximos processos seletivos, pois durante a busca por informações a respeito de bolsas de permanência via MEC para os jovens que já estão na universidade, depararam-se com uma série de etapas para garantia desse direito.

Referiram desde a morosidade no encaminhamento de documentos no âmbito dos setores internos às universidades até os questionamentos surgidos em mobilizações anteriores a respeito do tema – as quais já contaram com a participação de lideranças quilombolas da região sul do Estado, agentes do poder público como servidores das universidades ou de instituições que também tenham interlocução com as comunidades, militantes dos movimentos negros inseridos em coletivos estudantis e demais atores inseridos nestes fóruns de interlocução. O fato é que algumas famílias da Faxina atualmente residem na cidade de Piratini e não mais na área rural, e isto pesou no argumento que pareceu soar como um fator de menor “merecimento” em relação ao preenchimento das vagas e também das bolsas. Nas palavras de uma das interlocutoras,

-Porque é aquela coisa, parece que mesmo quando é um direito que já tá na lei, que tá escrito, mesmo assim a gente tem que batalhar e provar que pode. Porque às vezes parece que é um favor que alguém faz pra nós, e não um direito garantido. Tem sempre um papel novo faltando, sempre um documento a mais pra apresentar e provar que a gente é o que é.

(Anotação do diário de campo, setembro de 2015).

Diante desse desabafo inicial partilhado por uma das lideranças locais, tentei acompanhar o desenrolar da discussão que abarcou os tensionamentos envolvendo

certas concepções ainda essencializantes a respeito do conceito de quilombo ou das legitimidades construídas e disputadas em torno de tal pertencimento identitário manejado por diferentes interlocutores. Se, em algumas esferas administrativas, como na política de regularização fundiária, em meio a tantos percalços para a efetivação da política já parece haver certo um certo entendimento a respeito de deslocamentos espaciais e das relações mobilizadas que compõem as trajetórias pessoais e dos grupos, ou ainda as diversas comunidades quilombolas situadas em áreas urbanas (como é o caso de municípios como Porto Alegre, em que há 6 coletividades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares), nestes espaços de operação das políticas educacionais me parece ainda estar em questão esse tipo de discussão a respeito de “quem merece mais” ou é mais legítimo para acessar as vagas com base em uma distinção ou avaliação dentre aqueles que estudaram na cidade e quem sempre estudou e viveu na região da campanha.

Ao final dessa conversa e da reunião, enquanto retornávamos para a casa em que estava hospedada, fui pensando sobre o assunto e o quanto este remeteu a um segundo desabafo a mim relatado em data anterior que escutei de outro interlocutor e que dizia respeito à participação em outra reunião em que estavam presentes diversos representantes de comunidades quilombolas e operadores do poder público ligados à universidade e a órgãos como o INCRA e Emater. Segundo o comentário da liderança que estava presente neste dia, similar ao tom do primeiro comentário já descrito acima, o tensionamento ocorreu quando ele escutou, por coincidência, um diálogo dentre duas pessoas relacionadas às áreas de políticas educacionais e assistência social, e que estavam ao seu lado, discutindo sobre as “confusões” a respeito de quem pode ter acesso a certos direitos como quilombolas. No caso, as opiniões destas pessoas eram de que os jovens negros que residem na cidade já têm maior acesso ao Enem e a outras oportunidades, portanto deveriam deixar as vagas quilombolas para quem vive na campanha e “realmente precisa”.

Debate difícil. Pensei no mesmo momento em que escutei este relato, considerando que o que estava em questão não tem a ver com vagas que atendam a um critério apenas sócio-econômico, mas sobretudo a um processo de afirmação étnicorracial. Essa ambiguidade acerca de sob quais exigências operaria, em cada esfera institucional e em cada fórum de debates, a identidade de remanescentes de quilombo,

perpassou este segundo desabafo a mim relatado por este segundo interlocutor quilombola depois de relatar-me a cena e o diálogo que ele ouviu:

-Essas pessoas da universidade são engraçadas. Elas querem que os quilombolas tenham direito, chamam a gente, mas depois dizem que a gente tem que continuar morando no interior.

(Anotação do diário de campo, setembro de 2015).

Refletindo sobre estas primeiras situações descritas, gostaria de sugerir uma conexão com dinâmicas apontadas por autores como Eduardo Restrepo (2013) a respeito das políticas e tecnologias da diferença na Colômbia. Para o autor, as articulações acerca da negritude na Colômbia operam por duas lógicas ou políticas da diferença distintas: por um lado, uma anterioridade e exterioridade da modernidade que seria produzida pelas noções de tradicionalidade e comunalidade do étnico como o Outro da nação. Por outro, uma comunalidade diaspórica de sujeitos racializados que experienciam de maneira corporificada os regimes de subordinação e de preconceito racial. É nesse sentido que o jogo discursivo sobre os mais ou menos “merecedores” a serem contemplados em políticas educacionais revela um novo enfrentamento sobre o acesso a direitos.

Assim, são também performadas exigências para cada uma dessas políticas. No primeiro caso, a representação de comunidades negras associadas à tradicionalidade, à autenticidade e à culturalidade, de um “outro radical”, distante, isolado geograficamente, etc. No segundo caso, as negridades ou afrodescendências marcadas em aparências e comportamentos, indexações de historicidades diaspóricas.

Penso que há algumas aproximações possíveis dentre a perspectiva tecida por autores como Restrepo e os tensionamentos que emergem acerca desta modalidade recente de vagas em cursos de nível superior em universidades públicas brasileiras a partir da implementação e consolidação da política de ações afirmativas. Em certa medida, o critério das identidades diaspóricas de sujeitos racializados está presente, assim como nas experiências relativas às cotas raciais, em que os sujeitos se reconhecem enquanto negros ou negras, e ancorados em suas trajetórias pessoais, fazem frente às hierarquias e desigualdades historicamente construídas em termos de autodenominação de uma identidade étnicorracial.

Mas, no caso das vagas para quilombolas, para além da experiência pessoal dos sujeitos racializados que vivenciam tais regimes de subalternidade e, portanto, experienciam o fenômeno do racismo, há também uma outra lógica a operar a respeito desse pertencimento étnicorracial que subentende noções de tradicionalidade e de comunalidade, como aponta o autor já citado. Assim, há toda uma série de construções morais a respeito de tais critérios e de conexões que perpassam esse étnico “tradicional” manejadas pelo atores que interagem com as comunidades, como as noções de autenticidade, isolamento geográfico, etc.³²

Desta maneira, prosseguirei no texto considerando um momento seguinte em relação a estas primeiras situações e diálogos descritos. A seguir, trago à narrativa conversas ao telefone, novas visitas a campo e novos diálogos em torno do acompanhamento dos processos seletivos da UFPel e da FURG durante os meses finais do ano de 2015 e o início do ano de 2016.

4.2 Acompanhando os processos seletivos e suas adequações

Apesar de não ser o foco da análise empreendida, gostaria de tecer algumas considerações a respeito das etapas e dos itens elencados como as documentações a serem apresentadas em cada um dos editais referentes ao ano letivo de 2016.

No edital da FURG³³, por exemplo, o preenchimento das 10 vagas destinadas a quilombolas necessitava de inscrição por meio de preenchimento de um formulário online seguido da entrega da documentação solicitada. Dentre os documentos, uma declaração da associação com assinatura do presidente em que reconheça que o candidato pertence à coletividade. Ainda, a certidão da Fundação Cultural Palmares ou comprovante da abertura de processo de reconhecimento, além dos documentos pessoais de cada candidato.

³² Para ficar em apenas um exemplo, a própria definição constitucional do termo de “remanescentes de quilombos” como algo que remete a um resquício do passado, como já observado por diversos autores e autoras (LEITE, 2000; ANJOS, 2005; dentre outros).

³³ Disponível em: <http://www.conselhos.furg.br/delibera/coepea/08915.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2016.

Já no edital da UFPel³⁴, as cinco vagas destinadas a candidatos quilombolas prescindiam do preenchimento de uma ficha de inscrição com autodeclaração do candidato ou da candidata quilombola, de uma declaração da comunidade reconhecendo seu pertencimento étnico assinada por pelo menos três lideranças reconhecidas, assim como declaração da Fundação Cultural Palmares de que o candidato ou candidata resida na comunidade. Outro item constante no processo é a elaboração e defesa de um memorial descritivo em que a candidata ou candidato aborde sua trajetória escolar, sua vivência em comunidades e suas expectativas em relação à formação pretendida.

Na busca de um paralelo dentre os dois editais, fica evidente que o edital da UFPel congrega um maior número de etapas dentro do processo seletivo, assim como um maior grau de exigência em relação a documentos comprobatórios a serem apresentados por cada candidata ou candidato. Por um lado, o processo seletivo da FURG não pareceu tão “engessado”, no sentido de uma extensão de documentos e etapas que muitas vezes podem representar um desestímulo às candidaturas e também às lideranças encarregadas do manejo desta série de etapas a serem atendidas.

Aproximando-se dos últimos dias do mês de novembro de 2015, dei-me conta de que há algum tempo não conversava com ninguém em Piratini para saber como estavam todos e quais as novidades desde minha última ida até lá. Pela proximidade ao final do ano, também imaginava que haveria notícias a respeito dos processos seletivos na UFPel e na FURG.

Em conversa ao telefone com uma das lideranças, perguntei sobre as novidades e então ela já mudou o tom de voz para dizer de sua chateação com todo o esforço empreendido por um grupo de pessoas para o encaminhamento das documentações necessárias às inscrições de seis candidatos da Faxina a um primeiro processo seletivo, as quais haviam sido todas indeferidas pois estariam com a documentação incompleta.

Tentando ser útil, ofereci-me para ligar para o setor responsável pelos processos seletivos na universidade em questão e perguntar se ainda havia algo a ser feito a respeito das inscrições. Sugestão aceita, na conversa com o servidor responsável pelo acompanhamento dessa questão, apenas confirmei a intuição de que já não haveria tempo hábil para decorrer da decisão. Segundo ele, o prazo para apresentar recurso já

³⁴ Disponível em: <http://concursos.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2015/12/Edital-077-2015.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2016.

havia expirado e caso quiséssemos uma explicação detalhada sobre o que faltou em cada inscrição, seria melhor solicitar a resposta por e-mail. Percebendo a tristeza da liderança por conta do prazo perdido, achei melhor não insistir no assunto.

Quando comentei sobre a resposta do servidor, ela disse apenas que também já imaginava qual seria a resposta e que naquele momento estava muito difícil conciliar os expedientes de trabalho com uma série de demandas da associação. Lamentou novamente, pois havia passado vários dias recolhendo documentos e certidões a serem encaminhadas. Em sua opinião, o problema poderia ter sido com o reconhecimento em cartório do estatuto atualizado e da ata de composição da diretoria da associação. Mas, de qualquer forma, seguia inconformada com este resultado.

Neste mesmo período, enquanto lia algumas notícias e postagens recentes em uma rede social online em que é possível adicionar perfis de amigos e amigas e compartilhar conteúdos com os mesmos, deparei-me com uma rede de pessoas relacionadas à militância dos movimentos negros, assim como alguns operadores de políticas públicas e também lideranças quilombolas, postando notícias a respeito de um evento trágico ocorrido recentemente em uma das comunidades quilombolas de Piratini. Assim que li essa parte de uma reportagem³⁵, já dei um sobressalto na cadeira pensando se todos estariam bem na Faxina.

De acordo com as notícias veiculadas pela internet, uma das lideranças de outra comunidade quilombola situada na municipalidade havia sido agredida e sofrido ameaças por uma mulher branca, acompanhada de um homem armado, que obrigaram-no a assinar uma declaração em que afirmava que essa mulher era membro da comunidade e estava apta a concorrer a uma das vagas para quilombolas.

Após saber desta situação, retornei o contato com a liderança da Faxina, a qual já sabia do ocorrido e parecia bastante preocupada com a segurança da liderança que havia sofrido a ameaça e também com a repercussão do caso na região. Para ela, fatos desse tipo acabam sendo mais uma “munição” nas mãos de quem critica as ações afirmativas e os direitos dos quilombolas, pois mesmo com todas as regras bem estabelecidas em editais, todas as reuniões preparatórias, discussões e documentos a ser apresentados, um caso isolado desse tipo acaba reverberando como um duplo descrédito

³⁵ Notícia disponível em: <http://www.mundopiratini.com.br/2015/11/presidente-de-quilombo-e-coagido.html>. Acesso em 30 de abril de 2016.

aos processos seletivos já tão questionados. De qualquer forma, o problema era, de fato, as candidaturas rechaçadas como “incompletas” e não a candidatura expúria.

Nessa mesma oportunidade, fiquei a par de mais uma reunião regional ocorrida dentre lideranças quilombolas e uma rede de outros atores, como membros de uma das comissões a nível de universidade e integrantes de fóruns regionais referentes às políticas públicas direcionadas à população negra e a comunidades quilombolas. Em mais esta ocasião, as argumentações referentes a como avaliar e garantir a efetividade das políticas, passou pelos discursos de priorização a quem “realmente necessita” e, no caso das vagas nas universidades, a quem realmente têm “dificuldade de acesso”.

Mais uma vez, pude perceber o incômodo no tom de voz e nas expressões faciais do interlocutor que relatou-me tal conversa, pois novamente o fato de algumas famílias do Rincão da Faxina haverem empreendido esse deslocamento para a área urbana do município de Piratini em busca de oportunidades em novos postos de trabalho e de vagas em escolas de nível médio ou técnico para seus filhos, como já referido no terceiro capítulo, parece reverberar em efeito de deslegitimizar quando postos em paralelo a outras trajetórias de vida e outros rumos elencados por famílias negras que permaneceram morando no interior, ou como usualmente referido nas conversas que tivemos, “permaneceram na campanha”.

É justamente essa perspectiva dicotômica na consideração das trajetórias e vivências de cada núcleo familiar que busquei desconstruir durante o capítulo anterior, quando abordo as estratégias geracionais e os valores prioritários dentre as pessoas com quem convivi. Na verdade, o “vivermos sempre juntos” é justamente esse valor prioritário aos vínculos e mundos da vida que permanecem na referência às famílias negras que são da campanha e compartilharam de uma série de experiências de subalternidade e resistência frente às hierarquizações raciais, apesar dos deslocamentos e estratégias relativas aos mundos do trabalho e às novas formas de protagonismo político erigidas pela coletividade. Nesse sentido, um dos comentários mais recorrentes como resposta a estas disputas vinha desse arcabouço de experiências compartilhadas:

-Porque tu vê, a gente tá lutando por uma condição melhor agora, depois de passar a infância inteira trabalhando e batalhando, sempre trabalhando pros outros, sempre fazendo de um tudo pra tentar melhorar de condição de vida. A nossa família passou muito trabalho, tanto quanto qualquer outra família negra de campanha.

Trabalhando de empregada nas casas, os homens batalhando no campo. A gente sabe bem que realidade é essa.

Mas, de qualquer forma, no caso da Faxina mesmo este edital da FURG que à primeira vista parecia mais simples ainda tinha prazos curtos se transpostos à realidade das lideranças empenhadas em atender a todos os quesitos e deslocar-se para a entrega dos documentos em tempo hábil. Além disso, mesmo havendo todo o cuidado em relação a etapas e documentos, o caso de fraude amplamente divulgado tornou-se uma dupla deslegitimação a recair sobre a política de ações afirmativas como um todo e em especial a este processo seletivo, na medida em que este caso teve efeito de reforço a uma das formas em que segue a operar o racismo na lógica das instituições quando:

(...) 1) consideram os sujeitos como inadequados às lógicas institucionais; 2) que os retiram de sua posição de sujeitos no mundo, desqualificando seus registros e linguagens próprias; 3) que desqualificam os sujeitos que desafiam os limites do entendimento das políticas universalistas os relegando a condição de exceção. (JARDIM, 2013, p. 127).

Ou seja, qualquer falha pontual é apontada, nos discursos contrários às políticas de ações afirmativas, como a confirmação de que “as exceções” às políticas universalistas “dão muito trabalho”. E mesmo com todos os cuidados no cumprimento das etapas previstas nos editais por parte das lideranças, esse descrédito imputado não diferencia o caso isolado de uma assinatura extraída à força e todo o empenho e seriedade de tantos atores envolvidos na realização do processo seletivo.

Por outro lado, o edital da UFPel é mais extenso e demanda ainda mais atenção à entrega de documentos e às preparações para cumprimento de cada etapa. No comprovante da associação não são uma, mas três assinaturas de liderança reconhecendo a candidatura. No caso da certidão da Fundação Cultural Palmares, o edital refere a um comprovante de residência na localidade, o que me parece um indício do entendimento sobre delimitações espaciais e tradicionalidades que permeiam o pertencimento étnicorracial.

Por fim, a escrita e a defesa oral do memorial descritivo é um ponto interessante a ser considerado por trazer às esferas institucionais de ensino e pesquisa e, principalmente aos atores envolvidos em tal processo, a elucidação das trajetórias de vida de cada candidata e de cada candidato, com suas vivências, expectativas e singularidades erigidas relacionalmente. Assim, há uma receptividade inicial ao olhar e conhecer cada uma destas pessoas e suas múltiplas maneiras de significar e vivenciar a identidade quilombola. No entanto, essa receptividade é atravessada pelas esferas das comprovações documentais, evidenciando a difícil equação de possibilitar as políticas de ações afirmativas fazerem frente ao racismo institucional e desestabilizarem entendimentos tão arraigados a respeito do que seja “universal” em formas de seleção e ingresso em cursos de ensino superior nas universidades públicas brasileiras.

4.3 Legitimidades em negociação

No que considero então como um terceiro momento das conversas e avaliações sobre o tema, já em março de 2016, em uma última ligação telefônica para uma das lideranças na localidade, fiquei a par de uma nova mobilização envolvendo uma rede de atores relacionados à temática quilombola e às políticas de ações afirmativas. De acordo com o relato transposto, após o caso de fraude ocorrido ao final do ano anterior, este grupo de atores preocupados com as repercussões negativas que o caso possa ter reverberado, vêm apostando em um novo período de mobilizações que perpassam desde a preparação para os próximos processos seletivos através de reuniões e debates em que as lideranças quilombolas possam conhecer e ocupar o espaço da universidade, bem como da ampliação desta rede de envolvidos com as seleções.

Recordando uma das primeiras avaliações que ouvi sobre estas reuniões preparatórias ocorridas em anos anteriores, a liderança em questão do Rincão da Faxina disse achar a parte mais interessante dentro dos processos que ela acompanhou, pois a partir daí o diálogo é estendido a todo o grupo de lideranças, de servidores das universidades, de militantes dos movimentos negros, de profissionais da assistência social, professores e professoras, ou seja, todo um campo de interlocução e argumentação que compõem os processos seletivos, para além das etapas e documentos discriminados nos editais.

A respeito disso, os próprios editais nos instigam a refletir sobre como são avaliados e adequados os parâmetros ano a ano, pois se inicialmente esta peça pode remeter a uma esfera estritamente jurídico-administrativa de quem opera as leis, os debates e avaliações a respeito das etapas e itens transbordam em muito estas representações institucionais.

Nos comentários que escutei sobre o “tom” destes diálogos, parecia evidente que neste campo de debates há certas configurações complexas, como as próprias pessoas que vêm fazendo a frente nestes processos e que borram as fronteiras dentre uma posição institucional e suas trajetórias pessoais que, em alguns casos, também são de militantes negros ou negras, ou ainda de um campo de saberes que enunciam tais legitimidades em negociação. Ao que parece, a constituição de todo um campo de debates em torno da questão vêm mobilizando esses saberes como da assistência social, da antropologia, da educação, das tradicionalidades referentes ao étnico, às comunidades tradicionais, e que enunciam os valores a performar e construir tais legitimidades e “merecimentos”.

Além desta avaliação posterior a respeito da importância de mobilização desta rede de atores inseridos nesse campo de debates e argumentações a respeito das disputas e adequações que envolvem os processos seletivos, também parece haver entendimento a respeito da importância de adotar o memorial descritivo com um item “chave” nos próximos editais, pois a partir do conhecimento de cada trajetória de vida e cada vivência em comunidade das candidatas e dos candidatos, há uma forma de regulação e celeridade dos processos que não depende somente dos prazos e documentos entregues mas, sobretudo, daqueles que operam a política educacional considerarem as vidas e experiências de cada um destes e destas quilombolas que vislumbram uma formação a nível de ensino superior.

A respeito da importância destes processos de mobilização anteriores, nos contatos prévios dentre lideranças quilombolas, membros das comissões e mediadores que congregam estas redes, assim como da adoção dos memoriais descritivos como ferramenta importante nas avaliações, a liderança sentencia:

-Porque é a comunidade quem vai para a universidade e não só o jovem. Por isso é tão importante o acompanhamento e o conhecimento de quem está se

candidatando, das lideranças que acompanham todas as etapas. E também pra apoiar o jovem quando ele já está cursando, pra que ele possa receber esse acompanhamento e apoio dos familiares que ficam né.

(Anotação no diário de campo, março de 2016).

Como lembra Roberto Cardoso de Oliveira no texto “Antropologia e moralidade”³⁶, é importante aludir à capacidade dos “sistemas interétnicos como uma instância de observação privilegiada para nos darmos conta de questões como a moralidade e a eticidade”. Em seu exemplo um primeiro caso é considerado; há uma interação comunicativa favorável dentre um coletivo Tapirapé e um grupo de missionárias, havendo a conformação do que o autor chama de *uma comunidade de argumentação* em busca de uma solução “negociada” dentre os pontos de vista distintos. Já em um segundo caso citado, dentre os Tikuna e encarregados de um posto indígena da FUNAI, o desencontro de valores dentre os pontos de vista, assim como a não abertura para o estabelecimento da argumentação, representou uma tomada de decisão unilateral e assimétrica por parte dos que ocupavam cargos de poder.

Penso que a proposta de Cardoso de Oliveira a respeito de uma eticidade discursiva, ou ainda dialógica, é pertinente para compreender o estabelecimento destas arenas de interlocução e argumentação, sendo uma referência interessante no campo de debates da antropologia para tratarmos do acompanhamento e das adequações que vêm ocorrendo em cada um destes processos seletivos específicos. Apesar de não partilhar do interesse na proposta filosófica de autores como Gadamer, de uma “fusão de horizontes”, citada no texto de Oliveira, penso que estas arenas de argumentação difíceis e possíveis são interessantes justamente pela multiplicidade de pontos de vista, de experiências, de disputas em jogo, demandando sempre novos e diferentes debates e (re)adequações institucionais.

³⁶OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “Antropologia e Moralidade”. In: www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_24/rbcs24_07.htm. Este texto, em sua versão original e com o título *Ethnicity and the possibilities of a planetary ethics*, foi elaborado para ser um dos papers da sessão plenária do XIII Congresso da *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences*, intitulada *Societies, evolution and globalization*, realizada na Cidade do México em 29 de julho de 1993; uma segunda versão, intitulada “Antropologia e Moralidade”, constituiu-se na *Primeira Conferência Luiz de Castro Faria*, ministrada em 5 de julho de 1993 no Salão Nobre “Pedro Calmon”, no Fórum de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O presente artigo é, portanto, uma terceira versão.

Em suma, busquei trazer ao longo deste capítulo as falas e considerações tecidas pelas lideranças do Rincão da Faxina que têm participado da implementação desta nova modalidade de acesso ao ensino superior e, portanto, têm trazido para os debates seus questionamentos e críticas pontuais a respeito das construções valorativas em termos de legitimidades e *merecimentos* de cada grupo e de cada tipo de trajetória pessoal considerada, como as polêmicas enunciando os quilombolas que “realmente merecem” e que “realmente precisam”.

Há que se considerar a complexidade da composição desse campo de saberes e interlocuções, em que as argumentações operam mais no sentido de explicitar saberes e especialismos conclamados a dar seus pareceres a respeito da questão, seja a antropologia, a assistência social, o direito, etc; para as redefinições e adequações dos editais, por exemplo, e não necessariamente no formato de posicionamentos de representantes institucionais. Em alguns casos, há uma dupla inscrição nesse sentido, de agentes do poder público ou saberes especialistas que também atuam de maneira engajada, lançando mão de suas trajetórias pessoais e redes de relações para conclamar a participação de lideranças quilombolas e dos movimentos negros na divulgação e andamento dos processos.

Na consideração de um dos últimos momentos de diálogo com as lideranças e com as famílias que estiveram diretamente envolvidas em um destes últimos processos seletivos, no caso o da UFPel, destaco a alegria e o orgulho que pude enxergar no olhar dos pais da jovem aprovada para a vaga no curso de Enfermagem. Em minha última viagem a Piratini, pude estar presente no jantar de comemoração oferecido pelos pais aos familiares mais próximos. Com toda a controvérsia, a participação é celebrada não só dentre os familiares, mas como um orgulho da Faxina, já que *os nossos jovens estão na universidade*.

Acredito que estes movimentos empreendidos visando mobilizações, alargamento das redes de interlocuções e mediações para acompanhamento dos processos ainda vão longe, e talvez sejam o ponto alto do debate, assim como as avaliações de que novas adequações aos editais são necessárias. Enquanto houver possibilidade e abertura a essa multiplicidade de entendimentos, sentidos e valores em disputa, as argumentações prosseguirão.

Considerações Finais

Para elucidar uma síntese possível a respeito de meus aprendizados ao longo de todo o percurso para realização desta pesquisa, inicialmente pontuo minha surpresa à medida em que pude conhecer, e também participar ao longo de meu trabalho de campo, de uma série de atividades e dinâmicas atualmente empreendidas no Rincão da Faxina. A vida comunitária tem suscitado uma abertura relacional ao novo e dinâmico das interlocuções difíceis e possíveis com o poder público tanto quanto o interesse sempre renovado, e relembrado pelos mais velhos, pelos valores e cuidados que tal vida em comum manifesta.

Conhecer a cidade de Piratini, por exemplo, levou-me a falar sobre desenvolvimento regional e acesso a políticas sociais, assim como às movimentações dentre lugares de trabalho e moradia nos distritos rurais e na cidade. Falar sobre os deslocamentos geracionais despertou minha atenção às relações dentre família, gerações e comunidade quilombola. Ainda, abordar o pertencimento étnicorracial tinha a ver com uma gama de questões e demandas, como a religiosidade, os mundos do trabalho e os investimentos pretendidos na política educacional.

Acredito que esta multiplicidade de esferas da vida apresentadas a mim ao longo do convívio com as pessoas e famílias que fizeram parte deste percurso, tenha sido ao menos parcialmente transposta nas reflexões apresentadas em meu trabalho, quando percebo que há tantas histórias a serem narradas e conexões potenciais.

Em um primeiro ponto a ser destacado, inicialmente intentei contrastar dois contextos etnográficos em que lideranças quilombolas expõem avaliações e decisões distintas em relação à abertura a novos diálogos e interlocuções, a um nível comunitário, com agentes do poder público ou projetos relacionados a políticas de desenvolvimento regional. Disso, aprendi que as visibilidades alavancadas pela mobilização em torno do pertencimento étnicorracial nem sempre são desejadas ou convertidas em projetos que dialoguem com os valores e relações privilegiadas em busca de uma autonomia relativa pretendida pelos grupos com quem estive em contato.

Em um segundo ponto, o aprendizado diz respeito ao próprio empreendimento etnográfico, e o quanto essa prática de conhecimento está cada vez mais inserida em

esferas de disputas e lutas por reconhecimento social e reparação histórica. Portanto, a reflexão considerou as dinâmicas distintas de diálogo e recepção em relação a meu interesse de pesquisa. Escutando sobre um acúmulo de experiências pretéritas dos grupos e avaliando as interlocuções já existentes em cada localidade, na tentativa de um primeiro campo, fica mais explícita a não priorização, neste momento, desse tipo de investimento relacional. Em um segundo campo, o qual desenvolvi a partir do segundo capítulo, a receptividade e a visibilidade pretendidas abriram um leque de conexões potenciais, como a própria relação dentre a realização de uma pesquisa acadêmica e a mobilização recente das e dos quilombolas do Rincão da Faxina em torno da política educacional.

Num terceiro aspecto considerado, percebo agora que percorrer os mundos do trabalho e das dinâmicas familiares sob viés geracional revelou as nuances dentre trabalho livre, assalariamento e ideais de busca de autonomia por parte das famílias negras também de modos distintos, ao considerar os apontamentos parciais da primeira situação de campo, em que minha leitura ponderou o entendimento de uma autonomia relativa via relações já estabelecidas localmente e manejo das estratégias de acesso a terra e trabalho. No Rincão da Faxina, a partir do desenvolvimento das discussões priorizadas no terceiro e no quarto capítulos, e conseqüentemente das trajetórias de vida a mim narradas, busquei elucidar tais dinâmicas familiares e comunitárias.

Gostaria de ponderar, em um quarto ponto elencado, que o interesse suscitado pela questão das vagas para quilombolas como modalidade de acesso a instituições de ensino superior, ao longo de meu empreendimento etnográfico, tem relação tanto com a prioridade elencada a essa política pública por grande parte de meus interlocutores e interlocutoras, como pelo caráter de novidade que o acompanhamento desta nova modalidade da política pública voltada ao reconhecimento social da diferença e a uma reparação histórica por séculos de assimetrias e hierarquias construídas em torno de quem ocupa esses espaços de produção de conhecimento, considerando tratar-se de experiências bastante recentes dentro de um amplo leque de “frentes” em que as políticas educacionais vêm buscando afrontar o racismo institucional ainda tão arraigado na sociedade brasileira.

Mais do que apontar falhas às pessoas, instituições, esferas da militância que vêm investindo com grande empenho na implementação destas experiências inovadoras,

ou dicotomizar a questão dentre quem está a favor ou contra os posicionamentos das lideranças quilombolas, meu intento foi de mapear o caráter de abertura e interesse que essas disputas e adequações vêm suscitando. Ainda, o quanto as experiências concretas do grupo com quem estive em interlocução em minha pesquisa podem contribuir e desestabilizar alguns entendimentos a respeito dos pertencimentos étnicorraciais em jogo.

Se por um lado, acompanhar estas experiências e buscar narrar tais fragmentos de vida possibilitou a alegria de rememorar as risadas, os passeios, o sabor das comidas, a escuta das queixas e memórias, também demandou considerar o atual cenário político nacional bastante preocupante em relação à garantia de direitos para povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos.

Por exemplo, as propostas atualmente em tramitação no Congresso Nacional como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que visa transferir para o poder legislativo a competência sobre a identificação e regularização de terras indígenas e territórios quilombolas, ou o movimento de judicialização dos procedimentos administrativos que resulta em maior morosidade para o andamento dos processos. Da mesma forma, os cortes de orçamento e a desqualificação das atuais instituições responsáveis pela aplicação das políticas públicas referentes aos direitos dos grupos étnicos. Assim, fica evidente a persistência das formas em que segue a operar o racismo institucional e a necessidade de reflexões críticas que apontem o papel das políticas de estado no reconhecimento e combate de tais desigualdades e preconceitos historicamente construídos ainda tão entranhados na sociedade brasileira.

Apesar da importância de considerar esse cenário político nacional bastante preocupante e os efeitos que pode acarretar às vidas das pessoas e dos grupos que atualmente afirmam um pertencimento étnico e se reconhecem enquanto remanescentes de quilombos, gostaria de enfatizar a riqueza de situações, diálogos e reflexões que compuseram meu empreendimento etnográfico e minha atenção às maneiras com que novos projetos e novas avaliações também são gestados localmente.

A chegada e o acontecimento das políticas públicas que têm como horizonte o reconhecimento social e a reparação de desigualdades e assimetrias históricas no que tange aos grupos étnicos é sempre situada e relativa à conjunção de atores, relações e valorações que permeiam as vidas em cada localidade. Assim, as maneiras encontradas

por minhas interlocutoras e meus interlocutores para avaliar e manejar tais gamas de relações, demandas, projetos e disputas por legitimidades aponta para os múltiplos modos de protagonismos políticos empreendidos por estas lideranças quilombolas. Considerando um primeiro campo de pesquisa em que não pude prosseguir, ao intentar a retomada de diálogo com o grupo em questão, mais reflexões são postas a respeito das experiências já vivenciadas e mediações a ocorrer em cada local.

Se o enfoque de uma série de engajamentos pautados pelos movimentos sociais negros e, também, na produção de trabalhos acadêmicos têm incidido sobre o direito de posse e de regularização dos territórios tradicionais das comunidades remanescentes de quilombos como uma luta necessária e prioritária, a uma amplitude nacional, pude acompanhar mobilizações recentes apontando para caminhos bastante abertos, como os processos seletivos específicos para quilombolas no acesso a vagas no ensino superior. Com isto, busquei considerar os campos de saberes e interlocuções que estas novas mobilizações vêm impulsionando e o quanto estes processos vêm demandando a cada ano mais debates e avaliações. A criatividade e a coragem para prosseguir se renovam a cada dia.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. Writing against Culture. In R. Fox (ed.) **Recapturing Anthropology**. Santa Fe: School of American Research, 1991, pp.137-162.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 43-81.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas. In: LEITE, Ilka Boaventura. (Org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, 2005, p. 89-112.

_____. Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista. In: MONTEIRO, S.; SANSONE, L. (org.). **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1997, p. 7-38.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras negras: invisibilidade expropriadora. **Terras e territórios de negros no Brasil**. (Textos e debates. Ano I, n. 2). Florianópolis: UFSC, 1991.

BARCELLOS, Daisy et alli. **A Comunidade negra de Morro Alto : Historicidade, identidade e territorialidade**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2004.

BLASER, Mario. **Storytelling globalization: from Chaco and beyond**. Durham: Duke University Press, 2010.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **O espaço da diferença no Brasil : etnografia de políticas públicas de reconhecimento territorial e cultural negro no sul do país**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. (Org.). **O quilombo do Rio das Rãs**: histórias, tradições, lutas. Org. por CARVALHO, José Jorge de; DÓRIA, Siglia Zambrotti; OLIVEIRA JR., Adolfo Neves de. Salvador: EDUFBA, 1995.

CENTENO, Lúcio Domingues. **Multiculturalismo em ação**: o laboratório da política de regulação dos territórios quilombolas no Rio Grande do Sul. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CHAGAS, Miriam. Antropologia em “movimento”: lançando olhares sobre a auto-reflexividade etnográfica. In: CHAGAS, Miriam & MÜLLER, Cintia. **Dinâmicas de cidadania**: abordagens etnográficas sobre a diversidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, P. 261-294.

FERNANDES, Mariana Balen. **Ritual do maçambique**: religiosidade e atualização da identidade étnica na comunidade negra do Morro Alto/RS. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo, Editora Cortez, 1995.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: **A antropologia das sociedades contemporâneas**. FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). São Paulo: Global, 1987, p. 227-344.

GOLDMAN, Marcio & NEIBURG, Federico. Da nação ao império: a guerra e os estudos do 'caráter nacional'. In: Benoît de L'Estoile, Federico Neiburg e Lygia Sigaud (Orgs.). **Antropologia, impérios e Estados nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2002, pp. 187-217.

GUSMÃO, Neusa. A questão política das chamadas “terras de preto”. **Terras e territórios de negros no Brasil**. (Textos e debates. Ano I, n. 2). Florianópolis: UFSC, 1991.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

JARDIM, Denise F. Alteridades e (In) visibilidades: uma perspectiva antropológica sobre direitos humanos e dignidade. In: Jardim, D.F. & Lopez, Laura C. **Políticas da Diversidade: (in) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 21-38.

_____. As ações afirmativas e as políticas de Estado abarcando minorias e direitos humanos do ponto de vista antropológico . In: Jardim, D.F. & Lopez, Laura C. **Políticas da Diversidade: (in) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 121-134.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

LOBO, Janaina Campo. **Entre gingas e cantigas: etnografia da performance do ensaio de promessa de quicumbi entre os morenos de Tavares, Rio Grande do Sul.** Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. . Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LÓPEZ, Laura. C. As ações afirmativas e a possibilidade de diálogo intercultural no Brasil. In: JARDIM, Denise Fagundes & Lopez, Laura C. (Org.). **Políticas da Diversidade: (in) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, p. 93-120.

MARCELIN, Louis HERNES. A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano. In: **Mana**. 5(2):31-60, 1999.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre.** Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Marcelo Mello. **Caminhos criativos da história: territórios da memória em uma comunidade negra rural.** Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** (Org). Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Antropologia e Moralidade.** In: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_24/rbcs24_07.htm.

PEREIRA, Milena Cassal. **Brincando de sair pra rua!:** entre arreganhos, implicâncias e cuidados no “pátio” do quilombo, na “piscina” do laguinho. Dissertação. Pontifícia Universitária Católica, Porto Alegre, 2014.

PINHEIRO, Patrícia dos Santos. **Dinâmicas de reconhecimento identitário de comunidades negras rurais no sul do Brasil em um contexto de relações interétnicas.** Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RAMOS, Ieda Cristina Alves. **O lugar do parentesco na aliança entre um laudo antropológico e um território quilombola:** análise a partir do processo de regularização fundiária do Quilombo Cambará em Cachoeira do Sul/RS. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAMOS, João Daniel Dorneles. **Identidade quilombola:** mobilização política e manifestações culturais em Beco dos Colodianos, Rio Grande do Sul. Dissertação. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RESTREPO, Eduardo. Articulaciones de negridad: políticas y tecnologías de la diferencia en Colombia. In: **Hegemonía cultural y políticas de la diferencia.** Buenos Aires, CLACSO, 2013.

RUBERT, Rosane Aparecida. **A construção da territorialidade:** um estudo sobre comunidades negras rurais da região central do RS. Tese. Doutorado em

Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SAID, Edward. **Orientalismo**. Lisboa, Ed. Cotovia: 2004.

SALAINI, Cristian Jobi. **A "janela" do relatório técnico: variabilidade, criatividade e reconhecimento social em contextos de perícia antropológica**. Tese. Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. **Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses**. 2010, 477 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação : hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In : **Raça, ciência e sociedade**. MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Rio, Editora Fiocruz. CCBB, 1996. (p.41-58).

SILVA, Vera Regina Rodrigues da. **"De gente da Barragem" a "Quilombo da Anastácia"**: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVEIRA, Luciana Conceição Lemos da. **Relações de reciprocidade quilombola: Peixoto dos Botinhas e Cantão das Lombas – município de Viamão (RS)**. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 2002, n.117, p. 219-246.

_____. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. In: **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Joaze Bernardino; Daniela Galdino (orgs). Rio de Janeiro: DP&A, 2004 (p.39-70).

SPIVAK, Gyatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva - Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

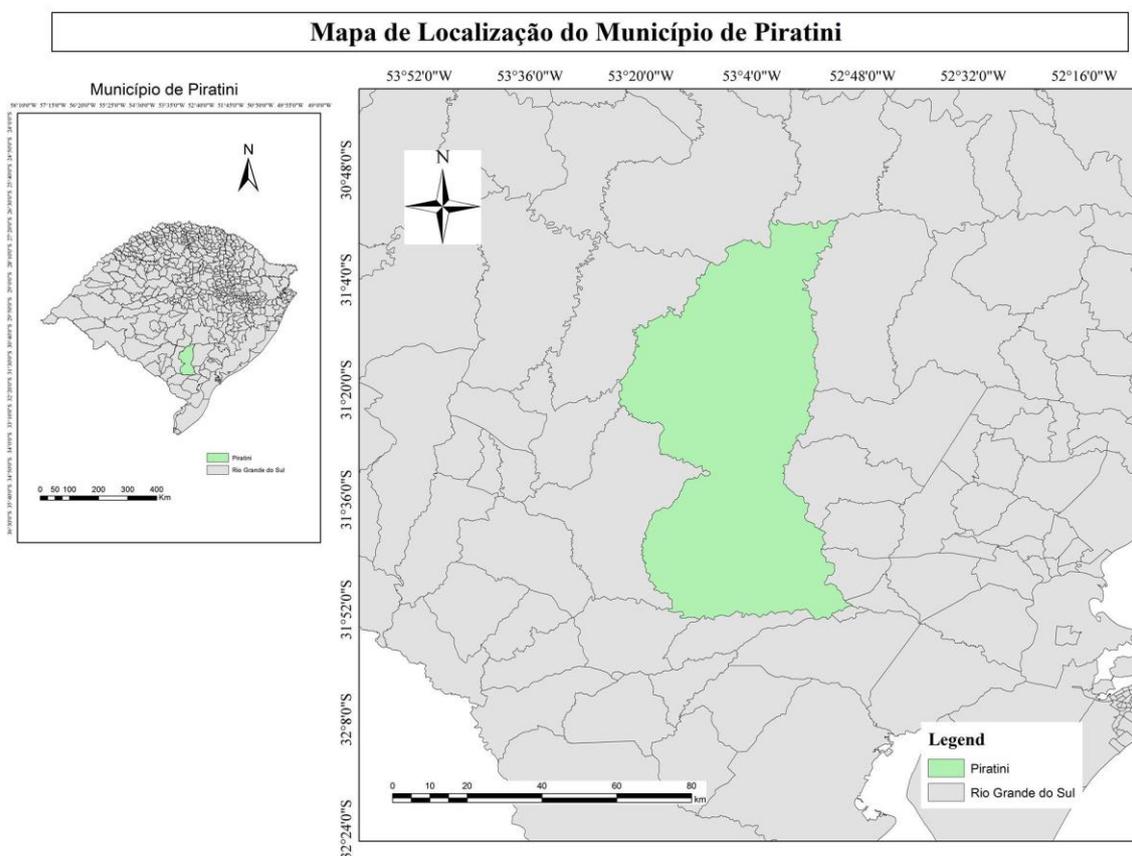
TAYLOR, Charles. La política del reconocimiento. In: **El multiculturalismo y “la política Del reconocimiento”.** México, Fondo de Cultura Economica, 2009.

VIEGAS, Susana de Matos. **Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo-SP: Cosac Naify, 2010.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Trabalho livre para além do assalariamento: campesinato negro no pós-abolição, nem cativos, nem operários. In: **Textos para discussão FEE**, n 141, 2015.

Anexos



Fonte: Mapa gentilmente produzido por Clismam Soares a meu pedido. Inicialmente, planejávamos elaborar mapas com as localizações distritais de Piratini e a localização das 5 comunidades quilombolas situadas no município. Infelizmente, não houve tempo para tanto, assim como para prosseguir na produção dos gráficos genealógicos de sua família e das demais. Fica o registro e o agradecimento pela boa vontade em colaborar com a pesquisa.